



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2022

4º Trimestre de 2022

Prezado leitor,

O longo de 2022, o BRB prosseguiu com seu planejamento estratégico, em meio a uma conjuntura complexa. As incertezas trazidas pela guerra no Leste Europeu e pelo ano eleitoral deterioraram o cenário econômico global.

A taxa Selic elevada impactou a estrutura de custo das instituições financeiras, assim como as taxas de juros das operações de crédito, e a inflação alta afetou a disponibilidade de renda, de modo que se constituiu um ambiente de maior nível de endividamento de famílias e empresas, com menor demanda por crédito e elevação no nível de inadimplência.

Em meio a esse cenário, a carteira de crédito seguiu crescendo, em volume, qualidade e abaixo da média do Sistema Financeiro, lastreada por uma estrutura organizada e diversificada de captações, a um custo inferior ao do mercado.

O BRB chega, então, ao fim de 2022, com crescimento de 30,8% nos ativos totais, atingindo patamar de R\$ 41,5 bilhões, e lucro líquido ajustado de R\$ 345 milhões.

Esse resultado foi construído a partir da estratégia de expansão e diversificação dos negócios, aliado aos esforços em inovação e tecnologia, nos eixos prioritários de digitalização, seguridade, investimentos e pagamentos. Essas iniciativas têm levado o Banco a uma base de clientes abrangente e diversificada, que dispõe de portfólio completo de serviços e produtos financeiros oferecidos no ecossistema BRB, firmando a Instituição como banco de primeiro relacionamento.

O BRB tem investido de forma integrada no tripé da atuação ESG. O ano em que o Banco publicou a sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática foi também o ano em que construiu sua própria matriz de materialidade, identificando os temas mais importantes para o seu stakeholder e produzindo um Relatório Anual Integrado pautado pelos indicadores internacionais da *Global Reporting Initiative*. Dessa forma, o BRB aprimora a forma de se relacionar com essas partes interessadas, agregando maior precisão a seus processos de geração de valor para as pessoas.

O ano também foi especial na atuação do Banco junto ao eixo social: foi alcançada a marca de R\$ 1 bilhão distribuído em programas sociais do GDF, com 278 mil famílias beneficiadas, no acumulado desde 2019. São as soluções do BRB a serviço da gestão pública, levando transparência e equidade para contribuintes e beneficiários.

O Banco segue sua operação em escala nacional, por meio de seus 1.082 pontos de atendimento e seus canais digitais. Assim, o BRB alcança cada vez mais pessoas, usando da tecnologia para encontrar demandas por seus produtos e serviços, cujos resultados se convertem em valor para toda a sociedade.

O Banco não esquece a sua história, e segue construindo o futuro.

Clientes

Em 2022, o BRB alcançou a marca dos **6,8 milhões de clientes**. A estratégia de expansão digital por meio de parcerias promoveu a diversificação da base.

Segundo mensurado pelo indicador CES (*Customer Effort Score*), 78% dos clientes ficaram muito satisfeitos com o processo de abertura de conta-corrente e 85% com a interface de investimento nos produtos de CDB e LCI.

O Banco segue em constante evolução de seus produtos e serviços, de forma a atender as expectativas dos clientes e se antecipar às suas necessidades, com foco em soluções personalizadas.

A plataforma digital de negócios Nação BRB FLA elevou a marca BRB, conectando o Banco à maior torcida do país e expandindo sua presença a 92% dos municípios brasileiros.

Assim, os mais de 40 milhões de torcedores do Flamengo, potenciais clientes da plataforma, ampliam um portfólio completo de produtos e serviços bancários, que inclui meios de pagamento, linhas de crédito, investimentos e seguros.

Essa iniciativa tem como diferencial programas oferecidos aos apaixonados pelo clube, como o +Mengo, que proporciona experiências únicas, e o *marketplace* com produtos exclusivos.

Com expressivo crescimento na base de clientes desde o início da operação, o Nação BRB FLA agora vive nova fase: a seleção de um parceiro que, juntamente ao Banco e ao Flamengo, potencialize o processo de expansão e rentabilização do negócio.

+ de 3 milhões de clientes
+ de 1 milhão de cartões ativos
Marketplace exclusivo
Presente em 92% dos municípios brasileiros

Rede de Atendimento e Canais Digitais

Presença física

O BRB encerrou o ano com 1.082 pontos de atendimento, frente a 726 em 2021, o que representa um crescimento de 49%.

Com a expansão, o BRB está presente no DF e nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

Em 2023, o Banco continuará ampliando seus horizontes de atuação, aumentando sua capacidade, diversificando sua base de clientes e fortalecendo o alcance que a marca conquistou com as parcerias firmadas em seu processo de expansão.

Ao longo de 2022, o BRB continuou implementando sua estratégia de digitalização. No 4T22, foram realizadas **80 milhões de transações bancárias**, das quais 94% em canais digitais, o que inclui as efetuadas pelo app Mobile (63%).

O Banco também iniciou o processo de modernização do parque de autoatendimento, que está ganhando equipamentos mais modernos e novos recursos: depósitos on-line, ampliação das operações com biometria e tecnologia *contactless*.

Os meios digitais oferecem praticidade e celeridade para as transações do dia a dia, permitindo uma expansão segura e eficiente do Banco. De forma conjunta, a rede de agências continua a fazer parte das opções de relacionamento do BRB, focadas especialmente na experiência do cliente, a partir de um atendimento customizado, com gerentes capacitados a atender as demandas de cada um.

Foi iniciado em 2022 o projeto de ampliação da comercialização dos produtos do Banco pelos correspondentes comerciais. Ainda no 1T23, esses agentes passarão a trabalhar também com produtos de crédito, seguridade, cartões e aquisição.

Inovação e Tecnologia

Desde o lançamento do Programa de Inovação, o BRB realiza ações para incorporar criatividade e tecnologia aos projetos do Banco, focado na experiência do cliente e na melhoria de processos.

Ainda no primeiro semestre de 2022, o BRB inaugurou o escritório de inovação no Vale do Silício, maior pólo de inovação do mundo, proporcionando acesso a novas tecnologias e novos modelos de negócio.

Com foco no empreendedorismo, o BRB, em parceria com o Parque Tecnológico de Brasília, lançou o projeto Pitch Day. Com a iniciativa, foram identificadas mais de 34 *startups*, em verticais como *fintechs*, *insurtechs*, *govtechs*, *agtechs*, *sustainability*, dentre outras. O projeto, desenvolvido no BRBLAB, oferece mentorias e acesso às áreas negociais do Banco. Com isso, além de fomentar o espaço de *coworking* do BRBLAB, com a incubação de *startups* e de projetos estratégicos do Banco, o programa promove a união dos ecossistemas de Governo, empreendedores e *startups*.

Big Data, Analytics e Cybersecurity

O BRB tem a agenda digital no cerne de sua operação, com a gestão de *big data* e *analytics* apoiando a tomada de decisões estratégicas e negociais.

A segurança digital é eixo prioritário no processo de transformação do Banco. O investimento em segurança cibernética segue fortalecendo os mecanismos de prevenção à perda de dados (DLP), o que acrescenta mais uma camada de proteção à privacidade dos dados, e ao desenvolvimento ágil e seguro (DevSecOps) de novos códigos e aplicativos, criando uma cultura de inovação coesa e transparente, que possibilita a ampliação dos resultados.

O BRB segue fortalecendo o instrumental analítico em suas rotinas. Para tanto, tem investido na automatização de processos e na constante modernização de seus sistemas. Em 2022, o Banco criou e pôs em plena operação suas próprias bases analíticas, oriundas de sistemas legados de alta e baixa plataforma. As áreas negociais utilizam esses recursos para otimizar a observação dos dados de clientes, assim antecipando as demandas de cada um.

O trabalho com essas informações funciona a partir de uma cultura de democratização do acesso ao dado, visto que o próprio gestor passa a ter autonomia e segurança para trabalhar em suas rotinas de mineração, criar protótipos, como estatísticas SLA das transações PIX e bloqueios cautelares.

Parcerias Estratégicas

AmericaBRB

O BRB deu mais um passo em sua estratégia de expansão digital através de sua parceria com a telecom American. Essa iniciativa, já em plena operação, permite que o Banco acesse uma base de clientes fidelizada pela companhia, oferecendo uma plataforma negocial própria, construída nos moldes já testados do Nação BRB FLA. A estratégia negocial envolve a oferta de facilidades no pagamento de faturas e abrange todo o portfólio BRB de produtos e serviços bancários.

Projeto Atalala

Em setembro de 2022, o BRB enviou oferta vinculante para compra de participação no Banco do Estado do Sergipe S.A. O aumento de capital tem como objetivo ser realizado sem alteração na estrutura de controle acionário.

A transação está alinhada ao planejamento estratégico e visa ampliar a presença nacional do Banco, bem como contribuir para a geração de novos negócios e valor para os acionistas. O anúncio dos termos e condições finais da operação ocorrerá após a aprovação da oferta pelo Acionista Controlador do Banese, e da conclusão dos procedimentos de diligência e cumprimento das condições precedentes.

Projeto Lucky

A Lei Distrital nº 7.155/2022 instituiu o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, tornando o BRB o responsável exclusivo pela operação dos jogos lóticos, incluindo o jogo eletrônico pelos meios físico e digital. Está em andamento um processo competitivo para a busca de parceiro estratégico, de forma a potencializar os resultados desse modelo de negócio.

Com a iniciativa, o BRB fortalece sua base de relações com a população do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que destina recursos ao Fundo para Geração de Emprego e Renda (Funger), patrocínio de atividades culturais e outras operações de reconhecida relevância social.

BRB Venture Capital

Mais uma importante realização do Banco em 2022 foi a aprovação de seu primeiro fundo de *venture capital*. Com a iniciativa, o BRB vai investir até R\$ 50 milhões, nos próximos dez anos, em *startups* que atuam nas mais diversas vertentes de negócios.

O fundo vai impulsionar de 15 a 30 *startups* atuantes em variados segmentos, incluindo serviços financeiros, agronegócio, seguridade, *blockchain*, *cybersecurity* e administração pública.

Seguridade

A parceria entre o BRB e a Wiz, firmada em 2021, com a criação da BRB Seguros, ampliou e modernizou a oferta de produtos de seguros, nos canais de distribuição do Banco.

Em 2022, a empresa emitiu **R\$ 522,7 milhões em prêmios**¹ e gerou **resultado líquido**² de **R\$ 39,8 milhões**.

Esses resultados reforçam o direcionamento do BRB na busca de parceiros estratégicos para a operação conjunta de negócios.

Em continuidade à estratégia de expansão e modernização dos negócios de seguridade, o BRB celebrou parcerias com seguradoras, para operar com exclusividade nos canais do Banco, pelo prazo de vinte anos.

As Parcerias foram realizadas com as multinacionais Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. e a Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. — para os produtos Vida, Prestamista e Cartão Protegido — e, com a seguradora Mapfre Seguros Gerais S.A., para os produtos Residencial e Habitacional.

¹ Prêmio de seguros. Não considera os produtos de capitalização, consórcios e previdência.
² A BRB Seguros gerou lucro líquido contábil de R\$ 79,8 milhões, dos quais R\$ 39,4 milhões são referentes à participação por equivalência do BRB.

Plataforma BRB Investimentos

Com o objetivo de reformular sua estratégia de distribuição de produtos de investimentos para clientes pessoas físicas e institucionais, em todos os seus canais, o BRB realizou processo competitivo para seleção de parceiro comercial, no qual a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. foi selecionada como parceira estratégica de negócios de investimentos.

Nesse contexto, em setembro de 2021 foi lançada a Plataforma BRB Investimentos, com a disponibilização, aos clientes do Banco, de mais de 600 produtos, além do *home broker*, o que permite operar, diretamente, no mercado de ações.

Em 2022, o Patrimônio Líquido da Plataforma BRB Investimentos atingiu o montante de R\$ 450 milhões, com a **captação líquida de R\$ 435 milhões** no ano. No mesmo período, foram abertas mais de 22 mil contas, crescimento de 125%, quando comparado a 2021.

Em complemento, por meio da mesa de operações da BRB DTVM e da plataforma BRB Investimentos, foram **negociados mais de R\$ 290 milhões em produtos de tesouraria** de emissão do BRB, inclusive gerando liquidez para os títulos, no mercado secundário.

BRB DTVM

Em 2022, a BRB DTVM alcançou o maior resultado da sua história. No período, a empresa realizou um **lucro líquido de R\$ 8,1 milhões**, que corresponde a um crescimento de 150% em relação ao 4T21, fruto das ações estratégicas e operacionais desenvolvidas pela companhia.

A Distribuidora encerrou o exercício com **produção de R\$ 18,5 milhões em receitas com prestação de serviços**, crescimento de 43% na comparação com 2021, decorrente principalmente da **elevação do patrimônio administrado dos fundos, que atingiu R\$ 3,32 bilhões** — crescimento de 66% em 12 meses.

Prêmios e reconhecimentos da BRB DTVM

Em 2022, a BRB DTVM foi eleita a Melhor Gestora do ano no Grupo Gestores de Nicho, segmentos Alta Renda e Money Market, tendo 4 fundos premiados no Guia FGV Fundos de Investimento 2022. Também o FIA PETROVALE do BRB foi eleito o melhor fundo de ações por rentabilidade de 2022, pelo Portal Terra.



BRB Card

No quarto trimestre de 2022, a BRB Card alcançou o **lucro líquido de R\$ 71 milhões**, que corresponde a um crescimento de 55,8% em relação ao 3T22.
Ao final de 2022, a base de cartões atingiu a marca de 1,2 milhão de unidades ativas.

Pulseira da Nação

Em 2022 foi lançada a pulseira *contactless* para a Nação BRB FLA. Esse meio de pagamento uma estética, praticidade para o dia a dia e o amor pelo clube rubro-negro, para melhor servir e engajar esse nicho.

O valor de uma experiência

Os cartões de crédito BRB consagraram sua posição no mercado nacional em 2022, com destaque para os cartões temáticos.

A estratégia foi identificar as experiências preferidas dos clientes e transformá-las em produtos financeiros exclusivos associados às suas paixões e aos seus objetivos de vida. Esse novo portfólio foi capaz de rentabilizar e fidelizar a relação do Banco com grupos que vão dos apreciadores dos vinhos aos fãs do tênis e do automobilismo.

Esses resultados são fruto de uma jornada de inovação empreendida pelo Banco, com centralidade no cliente e iniciativas voltadas à geração de benefícios exclusivos, dentre os quais:

- Espaços *coworking* BRB nos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont
- Estacionamento exclusivo BRB no Aeroporto de Brasília
- DUX premiado Melhor Cartão Ultra High do Brasil
- Cartões VISA Copa do Mundo

Apple Pay

O BRB disponibilizou para seus clientes Mastercard a carteira digital Apple Pay, que possibilita a realização de pagamentos por intermédio de dispositivos móveis com sistema operacional IOS. A medida viabilizou o aumento das transações via *token*, proporcionando maior praticidade e segurança aos clientes.

BRB Pay – Adquirência
R\$ 43 milhões em pagamentos

Soluções Governamentais

O portfólio de produtos de governo do BRB tem se consolidado como referência nacional. Essa gama de soluções foi inicialmente desenvolvida na experiência junto ao Governo do Distrito Federal, depois passando a ser disponibilizada a outras regiões do país. No suporte à ação social, são meios de pagamento, mecanismos de transferência de renda e transparência pública sendo usados para a distribuição de recursos e benefícios em grandes volumes, o que permite que a ação governamental acesse populações inteiras, de forma prática, célere e igualitária. Esses serviços incluem também a gestão do sistema de transporte público local e da rede de unidades da Na Hora, para atendimento ao cidadão.

Plano de saúde GDF

O BRB é o gestor do Plano de Saúde dos servidores do Governo do Distrito Federal. O Banco oferece à administração pública e aos seus profissionais sua expertise em soluções de gestão, que são capazes de transformar o acesso à saúde, garantindo ao servidor público um serviço de qualidade, ao mesmo tempo em que gera valor para todos.

No 4T22, essa iniciativa fez a diferença na vida de mais de **71 mil beneficiários**, chegando à marca das mais de **495 mil consultas** já realizadas. O plano também já viabilizou mais de **82 mil tratamentos**, **21 mil internações** e mais de **2,8 milhões de exames**.

O plano dispõe de ampla rede de atendimento, contando com 550 unidades credenciadas, entre hospitais, clínicas, consultórios e laboratórios, além de mais de 2.000 unidades da associação AMHP/DF.



As unidades Na Hora são centros integrados de serviços públicos que reúnem diversos órgãos em um só lugar, para atendimento ao cidadão. Fruto de contrato celebrado entre o Banco, a BRB Serviços e a Secretaria de Justiça do Distrito Federal (Sejus-DF), a parceria tem como objetivo melhorar a experiência do usuário e fornecer um atendimento mais rápido, moderno e eficiente para a população do Distrito Federal.

A remodelagem começou com a substituição dos equipamentos de tecnologia e de rede das unidades, com troca dos computadores por máquinas mais avançadas e fornecimento de mão de obra qualificada para atendimento ao público.

Marcando a melhoria dos ambientes, o BRB entregou as unidades Rodoviária, Brasília, Sobradinho, Ceilândia e Riacho Fundo completamente revitalizadas. Ainda para 2023, estão previstas as Unidades do Gama e de Taguatinga.

O Banco está desenvolvendo o aplicativo Na Hora Digital, que proporcionará comodidade e facilidade ao cidadão, centralizando serviços e informações na palma da mão, além de ofertar produtos e serviços bancários.

Novas Unidades

- Rodoviária
- Brasília
- Sobradinho
- Ceilândia
- Riacho Fundo

Unidades Previstas

- Gama
- Taguatinga

Programas Sociais

O BRB é referência nacional na instrumentalização de programas sociais. As tecnologias de meios de pagamento do Banco viabilizam programas de distribuição de renda, garantindo eficiência e transparência às políticas públicas de equidade social. Em 2022, o Banco creditou um total de **R\$ 473 milhões em benefícios sociais**, crescimento de 67%, na comparação anual.

Empreendedorismo no campo e na cidade

Como agente financeiro do Fundo para Geração de Emprego e Renda, o BRB fomenta o empreendedorismo tanto nos centros urbanos como no campo, em toda a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Essa iniciativa fechou o 4T22 superando a marca das 3 mil operações ativas, o que representa crescimento de 7,42%, em relação ao mesmo período de 2021. Esses projetos compõem um **patrimônio administrado de R\$ 33 milhões**.

Segurança alimentar, geração de empregos, produtividade

O BRB é o agente financeiro do Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural (FDR), que visa promover o desenvolvimento do agronegócio no Distrito Federal, com ações que permitam

a permanência das pessoas no campo e o aumento da produção, da renda e da segurança alimentar das famílias. O Banco tem a atribuição de operacionalizar e liberar os créditos oriundos dos financiamentos de projetos de investimento e custeio da produção agropecuária.

Atualmente, o projeto conta com **saldo administrado de R\$ 15 milhões**. A concessão dos financiamentos passa por análise de viabilidade, que é elaborada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

Tempo de plantar

O BRB disponibilizou R\$ 15 milhões, via Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), para o ano-safra 2022/2023. Creditado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Banco se tornou, pelo segundo ano consecutivo, agente financeiro do Fundo e concede recursos para financiamento dos tratamentos culturais de lavoura; armazenagem, comercialização e aquisição do produto; capital de giro para indústrias e cooperativas de produção; e para recuperação de cafezais danificados por fenômenos climáticos.

Até o momento, o BRB já liberou R\$ 8,5 milhões por meio do programa, montante que representa crescimento de 66,7% na concessão para a cultura cafeeira, na comparação com o ano-safra anterior.

Serviços judiciais

A partir da parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o BRB desenvolveu o serviço bancário de Fix Judicial. A estratégia foi expandida a todos os municípios da Bahia, pela parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), tornando-se referência nacional no serviço.

O Banco é o agente exclusivo para captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, no TJBA. Com isso, o Banco tem ofertado à população maior celeridade e segurança no acesso a valores auferidos judicialmente.

Com essas iniciativas, o BRB coloca suas tecnologias a serviço das pessoas, ao mesmo tempo em que gera valor para o seu acionista: ao final de 2022, a carteira de depósitos judiciais do Banco já ultrapassava a marca dos **R\$ 9,5 bilhões**.

Mobilidade

O BRB é o operador do Sistema de Bilihetagem Automática (SBA) do transporte público do DF. O Banco disponibiliza seus meios de pagamento à sociedade, modernizando os equipamentos públicos e servindo à população. No 4T22, o Banco viabilizou um total de **83,6 milhões de acessos** pelo SBA. Financeiramente foram **movimentados R\$ 142,6 milhões**, incremento de 7,2%, em comparação ao terceiro trimestre do ano.

No 4T22, o Banco expandiu para as 27 unidades do metrô do DF a funcionalidade do pagamento por aproximação diretamente nos acessos. Os usuários agora podem transportar o bloqueio apresentando um cartão bancário *contactless*.

Para facilitar as transações de créditos de bilihetagem, o Banco construiu a rede de atendimento do SBA no DF, que atualmente conta com **133 pontos de atendimento e de recarga**. Além disso, são disponibilizados os canais digitais do BRB, como o sistema web de vendas de crédito e o aplicativo para *smartphones*.

Pessoas

Treinamento e capacitação

O BRB investe constantemente no aperfeiçoamento de suas pessoas, ao mesmo tempo em que oferece estímulos à busca do conhecimento com incentivos à progressão de carreiras.

Entre os benefícios que o Banco proporciona estão o auxílio financeiro para cursos de graduação, pós-graduação e idiomas, para todos os seus funcionários. Internamente, no âmbito da Universidade Corporativa, há diversos programas, como a **Formação Executiva no Executivo**, a Academia U-Lead, voltada às necessidades das lideranças; o programa de *treinee*, para aceleração da carreira, e a disponibilização de certificações internas, com conteúdo próprio da plataforma.

O BRB desenvolve competências e mobiliza os potenciais de suas pessoas para serem protagonistas e impulsionarem os resultados e o crescimento da Instituição.

Preparando as lideranças para o futuro, o programa Academia U-lead chegou ao fim de sua primeira edição, com o desenvolvimento pessoal e profissional de **77 líderes**, entre Consultores, Superintendentes e Administradores.

No mesmo ano, 534 gerentes da rede de agências passaram pelo programa Gerente-Artífice, incrementando sua capacidade de gerar valor para cada cliente, de forma personalizada.

A Universidade Corporativa BRB, no 4T22, emitiu mais de 1.100 certificados, com a **média de horas-aula cursadas por empregado tendo chegado a 68h**, um acréscimo de 87% em relação ao trimestre anterior e que representa quase o triplo da média de horas praticada no mercado nacional (24h)³.

³ Panorama do Treinamento no Brasil 2021-2022 – 16ª edição.

Ampliando o nosso Time

No 4T22, o BRB realizou novo concurso público, para a admissão de profissionais para o cargo de Escriturário, porta de entrada da carreira bancária. O certame contempla um total de 500 contratações, entre as vagas imediatas e o cadastro de reserva.

Essa iniciativa segue as diretrizes do Planejamento Estratégico vigente, que prevê que o esforço de expansão nacional seja acompanhado de aumento proporcional em seu quadro de empregados, de modo que o Banco possa atender às novas demandas, preservando seus níveis de eficiência.

Desenvolvimento e retenção de talentos

Nos últimos quatro anos, o BRB tem promovido uma transformação cultural voltada a incrementar seus instrumentos de desenvolvimento profissional e retenção de talentos. No 4T22, foram realizados 53 processos de seleção interna no BRB, impactando 1.798 empregados.

Instituto BRB

O Instituto BRB desenvolve iniciativas de apoio à comunidade em diversos campos de atuação, sendo o principal produtor de ação social do Banco. Em 2022, a organização foi pela quarta vez contemplada com o Selo Social DF, iniciativa do Instituto Abaçaí que visa mobilizar e integrar órgãos públicos, empresas e organizações sociais comprometidas com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. Na edição 2022, o Instituto foi premiado por suas ações de enfrentamento aos efeitos da pandemia.

O Instituto recebeu o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado, concedido pelo Governo Federal, pelo desenvolvimento e manutenção do programa de voluntariado empresarial BRB Solidário, que já beneficiou milhares de pessoas desde a sua criação.

A finalidade do BRB Solidário é propor e articular ações sociais que envolvam os empregados do Banco, das coligadas e terceirizadas.

O projeto BRB Solidário também figura entre as 20 melhores iniciativas brasileiras desenvolvidas nos últimos 12 meses, na categoria Voluntariado Empresarial.

Para conhecer o trabalho do Instituto BRB, como o Projeto CSA, Campanhas das Crianças, Projeto Mão na Massa, entre outras iniciativas, acesse o site instituto.br ou br.

ESG

"Estimulamos nossos clientes a terem um pensamento voltado às práticas de responsabilidade social, ambiental e climática, orientando-os a fazerem boas escolhas com o dinheiro, aprendendo a utilizar os produtos e serviços financeiros a favor dos seus projetos de vida."
— Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do BRB

O ano de 2022 trouxe um marco para as práticas de responsabilidade ambiental do BRB: foi publicada a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, documento que implementa nas rotinas de concessão de crédito rural a metodologia de validação socioambiental, usando o Sistema de Informações Geográficas (SIG). O Banco segue atento e apto a auxiliar suas partes relacionadas na adequação às boas práticas de preservação da natureza.

O BRB reafirma sua importância social sobretudo disponibilizando suas estruturas e tecnologias às pessoas em condição de vulnerabilidade. No período de 2019-2022, foram feitos **4,4 milhões de lançamentos de benefícios**, com mais de **R\$ 1 bilhão repassados**, apenas no Distrito Federal.

Em 2022, o Banco conduziu com sucesso a operacionalização de **14 programas sociais**, fazendo a diferença na vida de **mais de 210 mil famílias**. As tecnologias de meios de pagamento garantiram o uso adequado dos recursos dos programas Cartão Gás, Prato Cheio, DF Social, Renova DF, Cartão Creche, Educador Esportivo Voluntário, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Vulnerabilidade Temporária, Auxílio Calamidade, Benefício Excepcional, Caminhos da Cidadania e Famílias Acolhedoras.

Também em 2022 o Banco, pela primeira vez, construiu sua própria matriz de materialidade, mapeando os temas que mais importam aos seus *stakeholders*. A matriz permitiu ao Banco publicar o seu **primeiro Relatório Anual Integrado** que observou os indicadores internacionais da *Global Reporting Initiative* e que foi validado por auditoria independente.



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



O agronegócio com bandeira BRB segue limpo e rentável. O Banco mantém sua posição segura como principal financiador da agricultura de alto porte no DF e arredores, e segue a expandir sua escala de atuação para os negócios rurais de maior volume, sempre modernizando suas ações de preservação ambiental. A estratégia desse movimento se baseia em grande medida nos repasses institucionais, como o Pronamp e o Pronaf, e tem obtido relevantes ganhos de eficiência com o uso de tecnologias de fiscalização remota no monitoramento das operações contratadas.

Qualidade da Carteira de Crédito



Apesar de 2022, as instituições financeiras enfrentaram redução da demanda por crédito e a elevação da inadimplência, impactadas pelo cenário econômico desafiador, com inflação e Selic elevadas, redução da renda disponível e alto nível de endividamento das famílias.

Mesmo diante dessa conjuntura, o BRB conciliou o crescimento da carteira de crédito com a manutenção de sua qualidade e solidez.

Nesse sentido, os índices de inadimplência apresentaram redução no comparativo trimestral, mantendo-se baixos, em decorrência da estratégia de concentração em produtos de baixo risco, como os créditos consignado e pessoal destinados a servidores públicos, e imobiliário, que somados representam 72,4% da carteira de crédito ampla.

A inadimplência do conglomerado encerrou o ano a 2,12%, abaixo da média de mercado (3,0%).

Da mesma forma seguiu a pré-inadimplência, que apresentou redução de 0,18 p.p., atingindo 1,89%, no quarto trimestre.

A qualidade da carteira segue evoluindo, com 96,5% das operações classificadas entre AA e C.

Inadimplência Total, Panorama de Crédito Dezembro de 2022 - Febraban

Captação e Funding

A evolução da carteira de crédito precisa estar lastreada por um crescimento organizado, sustentável e diversificado das captações, que atingiram o total de R\$ 35,4 bilhões no 4T22.

Esse resultado representa um crescimento de 39,7% em 12 meses, sendo fruto das ações estratégicas que proporcionaram não apenas o crescimento da carteira, mas também o acesso a recursos a um custo de captação menor do que o da média de mercado.

A partir de parcerias realizadas com outras instituições do mercado, produtos financeiros do BRB têm sido ofertados em diversas plataformas de investimento, atingindo investidores que ainda não são correntistas do Banco.

Isso é expresso pelo crescimento de 73,1% em operações com LCI e LCA nos últimos 12 meses, as quais atingiram o volume total de R\$ 5,3 bilhões.

A carteira de depósitos a prazo apresentou aumento de 61,7%, nos últimos 12 meses, atingindo o volume total de R\$ 22,5 bilhões.

Destaque para o crescimento dos recursos advindos dos Depósitos Judiciais, que apresentam elevação de 204,7% em 12 meses, em função da gestão dos depósitos judiciais do estado da Bahia, que desde o início do ano é realizada com exclusividade pelo BRB.

A relação entre a carteira de crédito e os depósitos totais (loan to deposit) encerrou 2022 em 86,1%, patamar que demonstra eficiência na relação entre a liquidez e a utilização dos recursos disponíveis.

Desempenho Financeiro

No 4T22, o BRB registrou lucro líquido de R\$ 56,5 milhões. Para o acumulado do ano, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 345 milhões.

Esse resultado foi gerado em meio a um cenário de desafios, marcado por elevação na taxa Selic, que saiu de 9,25% a.a. para 13,75% a.a., ao longo de 2022. São condições que impactaram diretamente a estrutura de custos das instituições financeiras, bem como as taxas de juros das operações de crédito.

Nesse contexto, foi registrada margem financeira líquida de R\$ 546 milhões no trimestre — redução de 6,4% no comparativo anual, portanto abaixo do esperado, dada a adversidade do cenário.

A carteira de crédito ampla BRB chegou ao fim do trimestre a R\$ 30,4 bilhões, crescimento de 5% no comparativo trimestral e de 39,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse desempenho, destacou-se a carteira de crédito PJ de infraestrutura, que cresceu 668% na comparação anual, sobretudo devido aos financiamentos a obras governamentais. Ressalta-se também o desempenho das carteiras de consignado e imobiliário, que constituem cerca de 70% do saldo total, com crescimentos de 42% e 49%, respectivamente.

Esse resultado é fruto da estratégia de expansão do BRB, que vem diversificando suas linhas de crédito por meio de plataformas de negócios especializadas, ao mesmo tempo em que mantém seu papel de Banco público presente no desenvolvimento sustentável tanto no Distrito Federal quanto em nível nacional.

A receita de prestação de serviços do BRB para o trimestre foi de R\$ 133 milhões, crescimento de 3,3% na comparação trimestral, mesmo excluindo as receitas com seguradora, que agora são incorporadas via equivalência patrimonial. Nesse resultado, destacaram-se as receitas de cartões e comissões.

Os ativos totais chegaram ao final do 4T22 a R\$ 41,5 bilhões, crescimento de 30,8% na comparação anual, o que se explica pela evolução na gama de produtos oferecidos pelo Banco no mercado, os quais têm sido levados a uma base de clientes maior e mais heterogênea.

Para o mesmo período, os indicadores de eficiência do Banco foram ROAE de 14,3% e ROAA de 0,94%.

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o resultado contábil e o ajustado de 2022. No 1T22 o Banco apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 107 milhões, o qual desconsidera perda de capital não recorrente, no valor bruto de R\$ 64,7 milhões, e considera a receita de leilão de immobilizado (agências), de R\$ 176,4 milhões. Não foram realizados ajustes no 2T22, 3T22, nem no 4T22.

	2022 (contábil)	Ajuste (contábil)	2022 (ajustado)
Resultado Não Operacional	198	65	263
Resultado Antes de Impostos	415	65	480
Efeitos Tributários e PLR	-48	-21	-69
Lucro Líquido	306	39	345

Eficiência Operacional e Despesas Administrativas

Simplicidade e Eficiência Operacional são valores fundamentais para o BRB. Diante disso, pelo segundo ano consecutivo, o Banco operacionalizou o Programa de Eficiência Operacional. O principal objetivo da iniciativa é estimular ações que reduzam as despesas e aumentem as receitas.

No ano de 2022, a iniciativa obteve um resultado bruto de R\$ 488,6 milhões. Esses números são consequência de um total de 108 ações de eficiência, incluindo Renegociação de Contratos, Desmobilização de Agências, Recuperação de Crédito Judicial e Redução de Custos com Cartões.

Por meio do programa, o Banco se torna cada vez mais ágil, leve, rentável e eficaz, gerando cada vez mais valor para todos os seus stakeholders.

Patrocínio e Ação Social

O BRB procura se comunicar com a sociedade de forma eficiente, otimizando os recursos disponíveis e impulsionando sua marca, ao mesmo tempo em que cumpre com seu papel social. E por isso que a estratégia de divulgação da marca prioriza o patrocínio ao esporte, à cultura e às causas sociais.

O valor distribuído em 2022 cresceu 48%, na comparação anual. Foram repassados mais de R\$ 32 milhões em apoio a iniciativas que incluem a Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial; time de futsal da Associação Atlética Desportiva de Brasília; os times de futebol feminino Real Futebol Clube e Clube Recreativo e Esportivo de Subtenentes e Sargentos da PMDF; o projeto Vela para Todos, da Federação Brasileira de Vela Adaptada; o Brasília Vôlei Esporte Clube e, no basquete, os clubes Brasília, Cerrado e Flamengo.

Gestão do Capital

Evolução do Índice de Basileia



Em dezembro de 2022, o Índice de Basileia registrado para o Conglomerado Prudencial foi de 14,79%, representando uma redução de 0,72 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. Considerando o fechamento do 3º trimestre de 2022, o índice registrou elevação de 0,44 p.p.

O Patrimônio de Referência encerrou o 4º trimestre de 2022 a R\$ 3,522 bilhões, superando em 23,36% (R\$ 667 milhões) o observado em dezembro de 2021, impulsionado pela emissão de novas Letras Financeiras Subordinadas. Quando comparado ao 3º trimestre de 2022, o aumento foi de 6,46% (R\$ 214 milhões).

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (somatório das parcelas referentes ao Risco de Crédito, Mercado e Operacional), no 4º trimestre de 2022, totalizou R\$ 23,81 bilhões, crescendo 32,56% (R\$ 5,84 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. No comparativo com o 3º trimestre de 2022, houve avanço de 3,29% (R\$ 0,76 bilhão).

Informações Legais

Conforme art. 8º da Circular Bacen nº 3.068/2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Conforme Resolução nº 162/2022, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o conglomerado BRB, no 4º trimestre de 2022, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. De acordo com o art. 243, da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, o BRB informa que o valor total dos seus investimentos em Controladas e Coligadas é de R\$ 900 milhões, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

Agradecimentos

Agradecemos a confiança e a fidelidade de nossos clientes, o apoio da população do Distrito Federal, o trabalho e a dedicação de nossos colaboradores — empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores — e a confiança de nossos acionistas.

- Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa**
Presidente BRB
Respondendo pela Diretoria Executiva de Negócios Digitais
- Cristiane Maria Lima Bukowitz**
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas
Respondendo pela Diretoria Executiva de Operações
- Dario Oswaldo Garcia Júnior**
Diretor Executivo de Varejo
- Fabiano Pereira Côrtes**
Diretor Executivo de Tecnologia
- Hellen Fação de Carvalho**
Diretora Jurídica
- Cynthia Judite Perciano Borges**
Diretora Executiva de Finanças, Controladoria e de Relações com Investidores
- Eugênia Regina de Melo**
Diretora Executiva de Atacado e Governo
- Luana de Andrade Ribeiro**
Diretora Executiva de Controle e Riscos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	BRB-MÚLTIPLO		BRB-CONSOLIDADO		PASSIVO	Nota	BRB-MÚLTIPLO		BRB-CONSOLIDADO	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		38.878.331	28.948.755	40.653.488	30.978.773	CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		37.862.991	27.947.504	38.899.222	29.179.226
DISPONIBILIDADES	5	266.110	161.496	266.632	162.054	INSTRUMENTOS FINANCEIROS		36.078.921	25.726.744	35.538.764	25.586.460
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		36.782.972	27.311.500	38.573.986	29.480.982	Depósitos	18	26.978.891	19.175.554	26.452.993	19.035.428
Aplicações Interfinanceiras	6	2.458.828	2.433.409	259.868	578.342	Captação no Mercado Aberto	19	1.711.098	1.335.392	1.696.839	1.335.234
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	595.120	683.585	595.120	683.585	Dívidas Subordinadas	20	1.732.155	597.466	1.732.155	597.466
Títulos e Valores Mobiliários	8	5.809.875	5.694.020	5.882.718	5.990.057	Outros Passivos Financeiros	21	5.656.777	4.618.332	5.656.777	4.618.332
Operações de Crédito	9	27.684.945	18.440.978	31.297.785	21.709.051	OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	888.559	1.191.606	2.205.711	2.548.855
Outros instrumentos financeiros	10	234.204	59.508	538.495	519.947	Relações interfinanceiras e interdependências		33.192	15.993	1.007.892	872.049
PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO		(653.186)	(809.582)	(738.518)	(924.615)	Outras		855.367	1.175.613	1.197.819	1.676.806
Operações de Crédito	9c	(652.023)	(808.419)	(734.329)	(919.591)	PASSIVO ATUARIAL	31	197.443	294.064	197.443	294.064
Outros Créditos	9f	(1.163)	(1.163)	(4.189)	(5.024)	PROVISÕES	22	695.639	674.927	711.458	686.843
OUTROS ATIVOS		1.949.849	1.705.220	1.952.018	1.608.606	OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	25d	2.429	60.163	245.846	63.004
Relações interfinanceiras e interdependências	11	251.034	236.657	251.034	236.657	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	2.227.812	2.364.833	2.227.812	2.364.833
Outros Valores e Bens	12	216.141	159.164	238.698	171.861	Capital		1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000
Outros Créditos	13	1.477.796	1.308.941	1.455.392	1.197.534	Reservas de lucros		1.021.981	1.188.299	1.021.981	1.188.299
Outros investimentos	14	4.878	458	6.894	2.554	Outros resultados abrangentes		(94.169)	(123.466)	(94.169)	(123.466)
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	14	-	(163)	(184)	(164)	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA		-	-	340.184	(162.322)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	25b	532.586	580.284	599.554	651.910	TOTAL DO PASSIVO		40.090.803	30.312.337	41.467.218	31.710.381
ATIVO PERMANENTE		1.212.472	1.363.582	813.730	731.608						
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	15	900.693	1.113.697	485.346	469.260						
IMOBILIZADO DE USO	16	242.455	246.673	275.712	275.596						
INTANGÍVEL	17	436.666	346.654	446.835	355.499						
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	16 e 17	(367.342)	(343.442)	(394.163)	(368.747)						
TOTAL DO ATIVO		40.090.803	30.312.337	41.467.218	31.710.381						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	NOTA	BRB-MÚLTIPLO			BRB-CONSOLIDADO		
		2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.915.770	5.528.457	2.968.650	2.953.916	5.626.576	3.463.748
Operações de crédito	9g	2.289.214	4.113.681	2.525.481	2.465.278	4.442.257	3.101.289
Resultado de aplicações interfinanceiras, operações com títulos e valores mobiliários e derivativos		597.463	1.362.014	415.319	463.369	1.137.867	333.757
Resultado de câmbio		1.713	4.021	3.151	(2.111)	(2.289)	4.003
Resultado de aplicações compulsórias		27.380	48.741	24.699	27.380	48.741	24.699
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.998.618)	(3.708.341)	(1.629.103)	(1.994.985)	(3.664.494)	(1.676.788)
Operações de captações no mercado		(1.750.496)	(3.229.631)	(984.517)	(1.715.832)	(3.171.340)	(964.655)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(8.262)	(39.881)	(39.274)	(8.262)	(39.881)	(39.274)
Provisões para perda esperada associada ao risco de crédito	9d	(239.860)	(438.829)	(605.312)	(270.891)	(453.273)	(672.859)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		917.152	1.820.116	1.339.547	958.931	1.962.082	1.786.960
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(875.673)	(1.674.845)	(993.316)	(904.220)	(1.759.084)	(1.581.773)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	26a	148.918	274.439	247.420	262.489	488.812	617.839
Despesas de pessoal	26b	(551.064)	(1.057.573)	(929.266)	(614.898)	(1.175.819)	(1.056.870)
Outras despesas administrativas	26c	(434.205)	(805.154)	(698.000)	(444.184)	(805.590)	(706.229)
Despesas tributárias		(71.085)	(133.967)	(119.490)	(105.515)	(198.361)	(199.076)
Resultado de participações em coligadas e controladas	15	65.379	153.076	581.402	29.144	47.083	(2.008)
Outras receitas operacionais	26d	108.013					



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	BRB Múltiplo e BRB Consolidado		
	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)
Resultado do período	115.761	306.286	592.960
Outros resultados abrangentes	6.577	34.595	80.511
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	8.383	(2.966)	8.802
Ganhos/perdas de ativos disponíveis para venda próprios	15.517	(5.832)	10.975
Efeito fiscal TVM	(7.187)	2.820	(5.119)
Ganhos/perdas de ativos disponíveis para venda de coligadas e controladas	53	46	31
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	(1.806)	37.561	71.709
Passivo atuarial	5.085	68.292	130.381
Efeito fiscal passivo atuarial	(6.891)	(30.731)	(58.672)
Total do Resultado Abrangente	122.338	340.881	673.471
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	122.338	340.881	673.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BRB MÚLTIPLO E CONSOLIDADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS DE LUCRO	LUCROS (PREJUÍZOS ACUMULADOS)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		CONTROLADORES	NÃO CONTROLADORES	TOTAL
					PRÓPRIOS	CONTROLADAS			
Saldos em 31.12.2020 (Reapresentado nota 3w)	1.300.000	170.495	655.461	-	(203.978)	1	1.921.979	172.479	2.094.458
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	5.856	31	5.887	-	5.887
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	313	2.915	-	3.228	-	3.228
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	71.709	-	71.709	-	71.709
Lucro líquido	-	-	-	592.960	-	-	592.960	60.701	653.661
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	30.386	-	(30.386)	-	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	331.957	(331.957)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	(55.034)	-	-	(55.034)	(54.015)	(109.049)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(12.843)	(12.843)
Juros sobre capital próprio pago antecipadamente	-	-	-	(62.307)	-	-	(62.307)	-	(62.307)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	(113.589)	-	-	(113.589)	-	(113.589)
Saldos em 31.12.2021 (Reapresentado nota 3w)	1.300.000	200.881	987.418	-	(123.498)	32	2.364.833	166.322	2.531.155
Mutações no período	-	30.386	331.957	-	80.480	31	442.854	(6.157)	436.697
Saldos em 31.12.2021 (Reapresentado nota 3w)	1.300.000	200.881	987.418	-	(123.498)	32	2.364.833	166.322	2.531.155
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(3.012)	46	(2.966)	-	(2.966)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(149.861)	(5.298)	-	(155.159)	160.144	4.985
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	37.561	-	37.561	-	37.561
Lucro líquido	-	-	-	306.286	-	-	306.286	33.116	339.402
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	15.314	-	(15.314)	-	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	68.368	(68.368)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(250.000)	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Juros sobre capital próprio antecipado	-	-	-	(72.400)	-	-	(72.400)	-	(72.400)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	(343)	-	-	(343)	(19.398)	(19.741)
Saldos em 31.12.2022	1.300.000	216.195	805.786	-	(94.247)	78	2.227.812	340.184	2.567.996
Mutações no período	-	15.314	(181.632)	-	29.251	46	(137.021)	173.862	36.841
Saldos em 30.06.2022 (Reapresentado nota 3w)	1.300.000	210.407	846.017	-	(88.130)	58	2.268.352	166.322	2.434.674
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(2.434)	20	(2.414)	-	(2.414)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(149.861)	(6.480)	-	(156.341)	160.144	3.803
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	2.797	-	2.797	-	2.797
Lucro líquido	-	-	-	115.761	-	-	115.761	33.116	148.877
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	5.788	-	(5.788)	-	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	(40.231)	40.231	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(19.398)	(19.398)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	(343)	-	-	(343)	-	(343)
Saldos em 31.12.2022	1.300.000	216.195	805.786	-	(94.247)	78	2.227.812	340.184	2.567.996
Mutações no período	-	5.788	(40.231)	-	(6.117)	20	(40.540)	173.862	133.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	NOTA	BRB-MÚLTIPLO		BRB-CONSOLIDADO		
		2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	2º Semestre	31.12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS		58.527	287.715	581.322	140.263	414.922
Depreciações e amortizações	26c	54.743	103.833	98.184	56.651	107.954
Provisões para operações de crédito	9d	239.860	438.829	605.312	270.891	453.273
Provisões para contingências	26f	(9.402)	(17.325)	1.363	(12.590)	(13.943)
Despesa com atualizações	22	25.212	50.174	28.313	25.730	52.885
Provisão para perdas/desvalorizações	22	(1.669)	(857)	(11.090)	(1.873)	(775)
Lucro alienação de ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	27	(6.158)	(182.593)	-	(6.158)	(182.593)
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		839	2.156	1.337	1.853	8.466
Resultados participação em coligadas e controladas	15	(65.379)	(153.076)	(581.402)	1.663	(16.086)
Outros ajustes		-	-	-	2.242	-
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		296.573	528.756	723.339	481.672	824.103
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		235.009	(1.084.796)	(515.225)	(375.937)	(1.749.992)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.993.110	(153.531)	87.103	2.993.111	(153.531)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		89.865	(1.669)	88.865	89.865	88.465
Títulos e valores mobiliários para negociação e derivativos		-	10.279	(10.279)	7.593	147.859
Operações de crédito		(5.142.343)	(9.839.192)	(5.252.500)	(5.522.787)	(10.227.269)
Créditos tributários diferidos		(1.015)	27.911	66.176	(1.006)	246.063
Outros instrumentos financeiros		(152.882)	(174.696)	(5.502)	(308.100)	(18.548)
Relações interfinanceiras e interdependências		(72.117)	2.822	(71.694)	38.211	121.466
Outros valores e bens		176.011	323.816	(13.631)	169.569	313.957
Outros créditos		287.211	(21.837)	(266.754)	(57.809)	(258.693)
Depósitos		2.061.766	7.803.337	2.096.337	1.895.496	7.417.585
Captações no mercado aberto		(178.554)	375.706	994.535	(182.617)	361.605
Outros passivos financeiros		882.887	1.038.445	1.793.175	882.887	1.038.445
Outras obrigações		(708.930)	(566.321)	1.704.436	(337.708)	(768.294)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	-	(85.986)	(32.642)	(59.082)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO (APLICADO) EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		531.582	(556.040)	208.114	105.735	(925.889)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(873.756)	(134.132)	(2.066.157)	(788.995)	(49.197)
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.003	5.032	(12.069)	4.424	5.711
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	12b	(165.081)	(126.483)	81.617	(165.081)	(126.483)
Alienação de imobilizado de uso	16	9.851	2.427	2.427	1.805	9.893
Alienação de investimentos		(218)	(4.978)	8	83	(4.899)
Alienação do Intangível	17	-	-	361	169	152
Ajuste de avaliação patrimonial		146.646	146.620	(31)	-	-
Aquisições de ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	12b	(18.699)	(70.923)	(62.933)	(18.699)	(70.923)
Aquisições em investimentos	14	382	558	(33)	119	558
Aquisições em imobilizado de uso	16	(31.614)	(60.055)	(41.166)	(36.579)	(66.493)
Aquisições do intangível	17	(53.824)	(115.523)	(59.933)	(54.306)	(117.542)
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos	15	-	72.442	180.536	-	-
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(995.094)	(277.591)	(1.977.373)	(1.057.060)	(419.223)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		719.195	1.134.689	(168.727)	719.195	1.134.689
Juros sobre capital próprio/dividendos pagos	24	(45.547)	(322.400)	(117.341)	(45.547)	(322.400)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	173.862	(173.862)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		673.648	812.289	(286.068)	847.510	986.151
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		210.136	(21.342)	(2.055.327)	(103.815)	(358.961)
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA						
Início do período		-	-	-	-	-
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	5	2.278.762	2.511.557	4.568.221	398.099	657.048
Fim do período	5	2.488.059	2.488.059	2.511.557	289.621	657.048
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		210.136	(21.342)	(2.055.327)	(103.815)	(358.961)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	BRB-MÚLTIPLO				BRB-CONSOLIDADO							
	2º Sem	%	31.12.2022	%	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	%	2º Sem	%	31.12.2022	%	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	%
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	704.632		1.490.976		1.188.242		925.480		1.915.577		2.295.926	
Receitas da intermediação financeira	2.915.770		5.528.457		2.968.650		2.953.916		5.626.576		3.463.748	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	148.918		274.439		247.420		262.489		488.812		617.839	
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(239.860)		(438.829)		(605.312)		(270.891)		(453.273)		(672.859)	
Outras receitas/despesas operacionais	(199.484)		(407.275)		(373.709)		(200.651)		(420.058)		(540.791)	
Resultado não operacional	7.646		125.119		236.454		72.962		197.981		679.714	
Despesas da intermediação financeira	(1.758.758)		(3.269.512)		(1.023.791)		(1.724.094)		(3.211.221)		(1.003.929)	
Materiais, energia e outros	(12.787)		(25.672)		(23.921)		(14.984)		(29.980)		(29.266)	
Serviços de terceiros	(156.813)		(295.751)		(237.549)		(153.267)		(283.260)		(218.530)	
VALOR ADICIONADO	70											

Correio Braziliense • Brasília, sábado, 22 de abril de 2023



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. (BRB ou Banco) é uma instituição financeira sociedade de economia mista e de capital aberto, com sede no Centro Empresarial CNC Setor de Autarquias Norte, Quadra 5 Lote C, Bloco C em Brasília - DF. Controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio das empresas de seu grupo, atua também nos segmentos de crédito, financiamento e investimento, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de fundos, cartões de crédito, seguridade e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Conglomerado BRB, atuando no mercado de modo integrado.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (n.º 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009), Lei do Sistema Financeiro Nacional (n.º 4.595/1964), normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central, por meio da Resolução BCB n.º 2/2020, estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 01.01.2021, de maneira prospectiva. Com as alterações advindas da Resolução BCB n.º 2/2020, estão apresentadas as informações dos resultados recorrentes e não recorrentes.

As demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas e divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen ("Cosif"), estão sendo voluntariamente divulgadas conforme artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BRB evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perda associada ao risco de crédito, realização de créditos tributários, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros, passivos relacionados a benefícios pós-emprego e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações financeiras.

Destacamos as principais sociedades e fundo de investimento, com participação direta ou indireta, incluídas nas demonstrações financeiras do Conglomerado:

Entidades	Componentes	Participação
BRB - Banco de Brasília S.A.	Controlador	-
BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Controlada direta	100%
BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Controlada direta	99%
Cartão BRB S.A.	Controlada indireta	69,74%
BRB - Administradora e Corretora de Seguros S.A.	Controlada indireta	100%
BRB - Corretora de Seguros S.A.	Coligada	49%
BRB - Serviços S.A.	Controlada indireta	100%
BSB - Participações S.A.	Controlada indireta	100%
BRB - Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo	Fundo de investimento	100%

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN n.º 4.524/2016 e Resolução CMN n.º 4.817/2020;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN n.º 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN n.º 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN n.º 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN n.º 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN n.º 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução BCB n.º 2/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Resolução CMN n.º 4.924/2021;

As demonstrações financeiras estão em conformidade com o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador em 10 de março de 2023.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

As políticas contábeis e estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas equivalem-se às aquelas aplicadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2021 e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos, independentemente de sua expectativa de realização, são classificados no ativo não circulante.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na Nota 4.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e as aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de contratação seja inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de realização, que são gerenciados pelo BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

f) Instrumentos financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. Quando pós-fixadas as operações são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

II - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial. Eles são classificados nas seguintes categorias de acordo com a Circular Bacen n.º 3.068/2011:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente, embora possam vir a ser negociados. Estes títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado;

- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não transacionais, são refletidas no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor justo que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;

- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na B3;

- Na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;

- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

III - Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de AA a H, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal, conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação das operações	Percentual mínimo de provisionamento
de 15 a 30 dias	B	1%
de 31 a 60 dias	C	3%
de 61 a 90 dias	D	10%
de 91 a 120 dias	E	30%
de 121 a 150 dias	F	50%
de 151 a 180 dias	G	70%
superior a 180 dias	H	100%

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização (*accruval*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de créditos classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura do risco de crédito. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da carteira.

A Administração entende que a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

g) Outros valores e bens

I - Ativos não financeiros mantidos para venda

Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica, ou o grupo de alienação, que atenda aos requisitos de realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Se classificados sob o primeiro requisito, devem ser avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada; e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

Se classificado sob o segundo requisito, devem ser avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

Eventuais diferenças decorrentes dessas avaliações são reconhecidas em contrapartida ao resultado do período.

h) Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976.

i) Outros investimentos

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo.

k) Intangível

O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.534/2016, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente.

l) Redução do valor recuperável de ativos - Impairment

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso tem seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indicio de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

m) Passivos financeiros

- Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos interfinanceiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na Nota 4.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativo e Passivo), PIS, Cofins e ISS

Calculados às alíquotas a seguir demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	9,00% / 15,00% / 16,00% / 20,00% / 21,00%
PIS (2)	0,65%
Cofins (2)	4,00%
ISS	Até 5,00%

(1) A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota aplicada às empresas financeiras e BRBCard foi de 15%, exceto para o Banco, que será de 20% conforme disposto na Lei 14.183 de 14/07/2021, que alterou o artigo 3º da Lei n.º 7.689 de 15/12/1988. Entre agosto e dezembro de 2022, as alíquotas de 15% e 20% das empresas financeiras irão aumentar em 1 ponto percentual, conforme disposto na MP 1.115 de 28/04/2022, convertida na Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022. Para a Corretora BRB e a BRB Serviços a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

São constituídos créditos tributários para:

- Diferenças temporárias - alíquota de 25% referente ao IRPJ e 9%, 15% ou 20% para a CSLL;

- Prejuízo fiscal de imposto de renda - alíquota de 25%;

- Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido - alíquota de 9%, 15% ou 20%.

Os créditos tributários de diferenças temporárias são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e avaliações da Administração, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.842/2020.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%, 15%, 20%).

q) Patrimônio líquido

Capital social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social.

Reserva legal: 5% do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25%, no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% do capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial:

- ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.

- ganho ou perda atuarial de plano de benefício definido, líquido dos efeitos tributários, em consonância com a Resolução CMN n.º 4.877/2020.

r) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas do conglomerado, pessoal-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal - GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

O Banco possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco e de seus acionistas. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Conglomerado.



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



s) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB n.º 2/2020. Considera-se não recorrente o resultado que tenha ou não relação com as atividades típicas do banco e não tenha previsão para ocorrer com frequência.

t) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e eventuais relacionados à assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 4.877/2020, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e

- as remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

u) Demonstração do valor adicionado - DVA

O BRB elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

v) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

w) Reapresentação de saldos - Retificação de erro (CPC 23)

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

Segundo o CPC 23, as Políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. Por sua vez, retificação de erro são omissões e incorreções (de períodos anteriores) nas demonstrações decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação. Com base nisso:

w.1. O BRB foi requerido a refazer as posições informadas relativas ao direcionamento obrigatório dos recursos de poupança, referente ao período de 2012 a abril de 2015, nos termos da Resolução n.º 4.676, de 31 de julho de 2018, onde excluiu, do saldo devedor bruto, os créditos correspondentes às dívidas novas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, o que implicou em insuficiência de direcionamento obrigatório, resultando, após recálculo das exigibilidades, em custos financeiros, no montante bruto de R\$ 62.070 (efeito tributário R\$ 4.750), apurados com base na Circular n.º 3.094/2002, Circular n.º 3.633/2013 e Resolução BCB n.º 188/2022.

Ano	Ajuste bruto	Ajuste líquido
2012	2.857	2.857
2013	11.072	11.072
2014	14.398	14.398
2015	12.594	12.594
2016	5.736	5.736
2017	4.637	4.637
2018	3.298	1.814
2019	3.254	1.952
2020	1.595	893
2021	2.629	1.367
Total	62.070	57.320

O montante descrito não foi reconhecido conforme sua competência e, assim, não está apresentado em demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Dessa forma, houve necessidade de ajuste nas Reservas de Lucro do Banco referente ao exercício findo em dezembro de 2021, com base na Carta Circular n.º 1.273/1987.

w.2. No curso do 2º trimestre de 2022, foram apuradas despesas administrativas incorridas durante o ano de 2021. Em observância ao regime de competência, os saldos comparativos ora apresentados estão sendo retificados para fins de registro dessas despesas, não reconhecidas nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas, no montante R\$ 25.757 (efeito tributário R\$ 12.681).

Ano	Ajuste bruto	Ajuste líquido
2021	25.757	13.076
Total	25.757	13.076

w.3. O aumento de capital do BRB por meio da integralização das ações da BRB Card foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 17.12.2021 e os altos societários necessários ao aumento de capital foram submetidos a apreciação pelo Bacen, que o indeferiu em setembro de 2022, conforme Fato Relevante publicado no dia 20 de setembro de 2022.

Isto posto, foi efetuado o cancelamento dos recibos de subscrição emitidos, referentes a 363.006 ações Ordinárias Nominativas e 167.413 ações Preferenciais Nominativas, e a devolução dos valores depositados pelos acionistas referentes ao exercício do direito de preferência no aumento de capital.

O BRB implementará medida alternativa para o atingimento do objetivo do Plano Geral de Reorganização Geral, qual seja, tornar as empresas Cartão BRB, BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. e BRB Serviços, subsidiárias integrais vinculadas diretamente ao BRB, de modo a aprimorar a governança das subsidiárias do Conglomerado BRB e viabilizar a expansão dos negócios, com benefício direto para o BRB e seus stakeholders.

Dessa forma, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 23, os saldos de abertura e de movimentação do exercício de 2021 estão sendo reapresentados. O Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, do período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados conforme detalhamento apresentado a seguir:

BRB - Banco de Brasília S.A.						
Balanço Patrimonial						
(em milhares de reais)						
ATIVO	BRB-MÚLTIPLO			BRB-CONSOLIDADO		
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
OUTROS ATIVOS	1.691.198	14.022	1.705.220	1.594.584	14.022	1.608.606
Outros Valores e Bens (1)	162.574	(3.410)	159.164	175.271	(3.410)	171.861
Outros Créditos (2)	1.291.509	17.432	1.308.941	1.180.102	17.432	1.197.534
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	1.280.019	(166.322)	1.113.697	469.260	-	469.260
TOTAL DO ATIVO	30.464.637	(152.300)	30.312.337	31.696.359	14.022	31.710.381

(1) Refere-se a despesa antecipada (despesa administrativa) não apropriada ao resultado na competência 2021 (nota w.2).

(2) Refere-se ao efeito tributário dos valores ajustados.

PASSIVO	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	27.863.086	84.418	27.947.504	29.094.808	84.418	29.179.226
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.107.188	84.418	1.191.606	2.464.437	84.418	2.548.855
Outras (1)	1.091.195	84.418	1.175.613	1.592.388	84.418	1.676.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.601.551	(236.718)	2.364.833	2.601.551	(70.396)	2.531.155
Capital (2)	1.466.322	(166.322)	1.300.000	1.466.322	(166.322)	1.300.000
Reservas de lucros (1)	1.258.695	(70.396)	1.188.299	1.258.695	(70.396)	1.188.299
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	166.322	166.322
TOTAL DO PASSIVO	30.464.637	(152.300)	30.312.337	31.696.359	14.022	31.710.381

(1) Refere-se ao reconhecimento da obrigação a pagar não reconhecida na competência, sendo: R\$ 62.070 pelo evento descrito na nota w.1 e R\$ 22.348 pelo evento descrito na nota w.2.

Demonstração do Resultado						
(em milhares de reais)						
	BRB-MÚLTIPLO			BRB-CONSOLIDADO		
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS	(964.936)	(28.380)	(993.316)	(1.553.393)	(28.380)	(1.581.773)
Outras despesas administrativas	(672.249)	(25.751)	(698.000)	(680.478)	(25.751)	(706.229)
Outras despesas operacionais	(189.921)	(2.629)	(192.550)	(407.446)	(2.629)	(410.075)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	96.041	13.628	109.669	(140.740)	13.628	(127.112)
LUCRO LÍQUIDO	607.712	(14.752)	592.960	607.712	(14.752)	592.960
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO						
Número médio ponderado de ações (básico)	355.785.570		358.205.880			
Número médio ponderado de ações (diluído)	355.758.689		358.171.893			
Lucro por ação (básico) (R\$)	1,6554		1,6554			
Lucro por ação (diluído) (R\$)	1,6555		1,6555			

BRB - Banco de Brasília S.A.			
Demonstração do Resultado Abrangente			
(em milhares de reais)			
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
Resultado do período	607.712	(14.752)	592.960
Total do Resultado Abrangente	688.223	(14.752)	673.471
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	688.223	(14.752)	673.471

BRB - Banco de Brasília S.A.					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
(em milhares de reais)					
	OUTRAS RESERVAS DE LUCRO		NÃO CONTROLADORES		TOTAL
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	
Saldo em 31.12.2020	711.418		1.977.936		-
Ajuste	(55.957)	(55.957)			(55.957)
Saldo em 31.12.2020 reapresentado	655.461		1.921.979		-
Reserva para margem operacional	331.957	(331.957)			-
Saldo em 31.12.2021	988.484	2.363.767			-
Reserva para margem operacional Ajuste	(1.066)	1.066			- 1.066
Saldo em 31.12.2021 Ajuste	(1.066)	1.066			-
Reserva para margem operacional reapresentado	330.891	(330.891)			- (330.891)
Saldo em 31.12.2021 reapresentado	987.418	2.364.833			-
Saldo em 31.12.2021	1.057.814	2.601.551			-
Saldo em 31.12.2021 Ajuste	(70.396)	(236.718)			166.322
Saldo em 31.12.2021 reapresentado	987.418	2.364.833			166.322

Demonstração do Valor Adicionado						
(em milhares de reais)						
	BRB-MÚLTIPLO			BRB-CONSOLIDADO		
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.216.623	(28.380)	1.188.243	2.324.306	(28.380)	2.295.926
Outras receitas/despesas operacionais	(345.344)	(28.364)	(373.708)	(512.427)	(28.364)	(540.791)
Serviços de terceiros	(237.533)	(16)	(237.549)	(218.514)	(16)	(218.530)
VALOR ADICIONADO	1.216.623	(28.380)	1.188.243	2.324.306	(28.380)	2.295.926
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.699.841	(28.380)	1.671.461	2.158.036	(28.380)	2.129.656
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Remuneração do governo	171.536	13.628	185.164	504.166	13.628	517.794
Imposto de Renda/Contribuição Social	(96.040)	13.628	(82.412)	140.740	13.628	154.368
Remuneração dos acionistas	607.712	(42.008)	565.704	607.712	(42.008)	565.704
Lucro retido	607.712	(42.008)	565.704	490.371	(42.008)	448.363
VALOR DISTRIBUIDO	1.699.841	(28.380)	1.671.461	2.158.036	(28.380)	2.129.656

Demonstração dos Fluxos de Caixa						
(em milhares de reais)						
	BRB-MÚLTIPLO			BRB-CONSOLIDADO		
	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado	31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 Reapresentado
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(543.605)	2.000	(541.605)	(1.293.774)	2.960	(1.290.814)
Outros valores e bens	(27.653)	1.259	(26.394)	(38.093)	2.000	(36.093)
Outras obrigações	156.078	741	156.819	100.560	960	101.520

Nota 4 - Segregação do balanço em circulante e não circulante

ATIVO	Nota	BRB-MÚLTIPLO			
		31.12.2022		31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	5	266.110	-	161.496	-
Instrumentos financeiros		9.991.578	26.791.394	8.932.113	18.379.387
Aplicações interfinanceiras	6	2.338.807	120.021	1.957.433	475.976
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	595.120	-	683.585	-
Títulos e valores mobiliários	8	67.423	5.742.452	1.258.093	4.435.927
Operações de crédito	9	6.760.298	20.924.647	4.975.165	13.465.813
Outros instrumentos financeiros	10	229.930	4.274	57.837	1.671
Provisão para perda associada ao risco de crédito		(378.913)	(274.273)	(415.998)	(393.584)
Operações de crédito		(378.913)	(273.110)	(415.998)	(392.421)
Outros créditos		-	(1.163)	-	(1.163)
Outros ativos		465.072	1.484.777	470.424	1.234.796
Relações interfinanceiras e interdependências	11	140.642	110.392	128.601	108.056
Outros valores e bens	12	29.452	186.689	20.053	139.111
Outros créditos	13	294.978	1.182.818	321.770	987.171
Outros investimentos	14	-	4.878	-	458
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	14	-	-	-	(163)
Créditos tributários	25	-	532.586	-	580.284
Ativo permanente			1.212.472	-	1.363.582
Investimento em coligadas e controladas	15	-	900.693	-	1.113.697
Imobilizado de uso	16	-	242.455	-	246.673
Intangível	17	-	436.666	-	346.654
Depreciação e amortização			(367.342)	<	



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



Imobilizado de uso	16	-	275.712	-	275.596
Intangível	17	-	446.835	-	355.499
Depreciação e amortização		-	(394.163)	-	(368.747)
Imobilizado	16	-	(136.633)	-	(169.694)
Intangível	17	-	(257.530)	-	(199.053)
Total do ativo		10.154.072	31.313.146	9.384.446	22.325.935

PASSIVO	Nota	BRB-CONSOLIDADO			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos financeiros		25.559.592	9.979.172	18.188.878	7.397.582
Depósitos (1)	18	18.847.203	7.605.790	13.503.634	5.531.794
Captação no mercado aberto	19	1.696.839	-	1.335.234	-
Dívidas subordinadas	20	-	1.732.155	-	597.466
Outros passivos financeiros	21	5.015.550	641.227	3.350.010	1.268.322
Outras obrigações	23	1.853.953	351.758	2.291.877	256.978
Relações interfinanceiras e interdependências		1.007.892	-	872.049	-
Outras		846.061	351.758	1.419.828	256.978
Passivo atuarial	31	10.376	187.067	11.503	282.561
Provisões	22	3.363	708.095	48.111	638.732
Obrigações fiscais diferidas	25	243.255	2.591	2.028	60.976
Patrimônio líquido	24	-	2.227.812	-	2.364.833
Capital		-	1.300.000	-	1.300.000
Reservas de lucros		-	1.021.981	-	1.188.299
Outros resultados abrangentes		-	(94.169)	-	(123.466)
Participação de não controladores		-	340.184	-	166.322
Patrimônio líquido administrado pela controladora		-	2.567.996	-	2.531.155
Total do passivo		27.670.539	13.796.679	20.542.397	11.167.984

(1) Contemplam aproximadamente R\$ 8 bilhões em depósitos judiciais administrados pelo BRB, conforme mencionado na NE 32c, que não possuem prazo de vencimento e que estão apresentados no circulante. A Administração do BRB não tem expectativa de que todo o saldo seja liquidado no curto prazo, dado que depende, entre outros fatores, de desfechos judiciais de processos aos quais tais depósitos são vinculados. Desconsiderando o montante de tais depósitos, o passivo circulante do BRB seria de R\$ 12.542.397 mil.

Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	266.110	161.496	266.632	162.054
Equivalentes de caixa (1)	2.221.949	2.350.061	22.989	494.994
Aplicações em operações compromissadas	-	475.976	-	475.976
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.221.949	1.874.085	20.769	18.523
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	2.220	495
Total	2.488.059	2.511.557	289.621	657.048

(1) Refere-se às operações com vencimento de curto prazo cujo prazo de contratação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 6 - Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição e prazos

	Índice/taxa	BRB - Múltiplo					31.12.2022	31.12.2021
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 1 ano		
Aplicações em operações compromissadas		-	-	-	-	120.021	120.021	475.976
Letras financeiras do Tesouro	SELIC OVER	-	-	-	-	-	-	467.776
Letras do Tesouro Nacional	SELIC OVER	-	-	-	-	-	-	8.200
Notas do Tesouro Nacional	SELIC OVER	-	-	-	-	120.021	120.021	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		414.387	1.807.561	-	116.859	-	2.338.807	1.957.433
CDI Pós	PÓS	412.374	1.788.805	-	-	-	2.201.179	1.855.562
DIM Microfinanças	PRÉ	2.013	18.756	-	-	-	20.769	18.523
DIRP - Pronaf	PRÉ	-	-	-	49.295	-	49.295	42.561
DIRG - Pronamp	PRÉ	-	-	-	67.564	-	67.564	40.787
Total em 31.12.2022		414.387	1.807.561	-	116.859	120.021	2.458.828	-
Total em 31.12.2021		40.402	1.864.215	52.816	-	475.976	-	2.433.409

(1) As operações compromissadas tem como lastro títulos públicos federais (LFT e LTN).

	Índice/taxa	BRB - Consolidado					31.12.2022	31.12.2021
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 1 ano		
Aplicações em operações compromissadas		-	-	-	-	120.021	120.021	475.976
Letras financeiras do tesouro	SELIC OVER	-	-	-	-	-	-	467.776
Letras do tesouro nacional	SELIC OVER	-	-	-	-	-	-	8.200
Notas do tesouro nacional	SELIC OVER	-	-	-	-	120.021	120.021	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.013	18.756	-	116.859	-	137.628	101.871
DIM Microfinanças	PRÉ	2.013	18.756	-	-	-	20.769	18.523
DIRP - Pronaf	PRÉ	-	-	-	49.295	-	49.295	42.561
DIRG - Pronamp	PRÉ	-	-	-	67.564	-	67.564	40.787
Aplicações em moedas estrangeiras		2.219	-	-	-	-	2.219	495
Total em 31.12.2022		4.232	18.756	-	116.859	120.021	259.868	-
Total em 31.12.2021		1.497	48.053	52.816	-	475.976	-	578.342

(1) As operações compromissadas tem como lastro títulos públicos federais (LFT e LTN).

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e de poupança, sendo tais aplicações efetuadas normalmente com reciprocidade de aplicação pela contraparte, no mesmo montante aplicado pelo BRB, com acordo de compensação registrado na B3 para garantir eventual inadimplência, mitigando assim o risco de crédito e liquidez.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas	70.174	129.489	38.588	70.174	129.489	38.588
Posição bancada	70.047	129.318	20.955	70.047	129.318	20.955
Posição financiada	127	171	17.633	127	171	17.633
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	144.049	247.402	84.483	4.255	4.825	1.605
Total	214.223	376.891	123.071	74.429	134.314	40.193

Nota 7 - Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

a) Composição

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas compulsórias em espécie	176.107	268.990
Depósitos de poupança	419.013	414.279
Outros	-	316
Total	595.120	683.585

b) Resultado de aplicações compulsórias

	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Vinculados ao Bacen	19.849	35.056	14.479
Total	19.849	35.056	14.479

Nota 8 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Resumo

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos para negociação	-	-	10.279	-
Títulos disponíveis para venda	60.986	5.645.148	1.247.814	4.327.154
Títulos mantidos até o vencimento	6.437	97.304	-	108.773
Total	67.423	5.742.452	1.258.093	4.435.927

	BRB - Consolidado		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos para negociação	38.203	-	186.062	-
Títulos disponíveis para venda	61.096	5.679.401	1.353.307	4.340.959
Títulos mantidos até o vencimento	6.437	97.581	-	109.729
Total	105.736	5.776.982	1.539.369	4.450.688

b) Composição por carteira

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Custo corrigido	Ajuste ao valor justo	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor justo	Valor Contábil
Carteira própria	4.011.290	(6.421)	4.004.869	4.188.769	3.795	4.192.564
Carteira financiada	1.719.158	(583)	1.718.575	1.420.999	3.839	1.424.838
Vinculados a garantias	86.429	2	86.431	76.893	(275)	76.618
Total	5.816.877	(7.002)	5.809.875	5.686.661	7.359	5.694.020

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Custo corrigido	Ajuste ao valor justo	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor justo	Valor Contábil
Carteira própria	4.084.032	(6.320)	4.077.712	4.386.236	3.794	4.390.030
Carteira financiada	1.719.158	(583)	1.718.575	1.420.999	3.839	1.424.838
Vinculados a garantias	86.429	2	86.431	175.463	(274)	175.189
Total	5.889.619	(6.901)	5.882.718	5.982.698	7.359	5.990.057

c) Composição e prazos nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

Vencimento em dias	BRB - Múltiplo					Total Contábil	31.12.2021	Total Ajuste ao valor justo	Contábil	
	Sem venc.	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Custo Corrigido					
Títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	8.859	10.279	-	
Debêntures (1)	-	-	-	-	-	-	1.420	8.859	10.279	
Títulos disponíveis para venda	4.665	-	56.321	5.645.148	5.713.136	(7.002)	5.706.134	5.574.968	(1.500)	
Ações de companhias abertas	4.665	-	-	-	10.811	(6.146)	4.665	10.811	(5.432)	5.379
Letras Financeiras do Tesouro (2)	-	-	56.321	3.840.142	3.896.738	(275)	3.896.463	4.152.106	367	4.152.473
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculada Garantia	-	-	-	65.602	65.601	1	65.602	58.362	(208)	58.154
Letras Financeiras do Tesouro - Tit Caucionado	-	-	-	20.829	20.828	1	20.829	18.530	(66)	18.464
Letras Financeiras do Tesouro - posição financiada	-	-	-	1.718.575	1.719.158	(583)	1.718.575	1.336.598	3.839	1.340.437
Fundo FIR - Santos Virtual	-	-	-	-	-	-	-	61	-	61
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	6.437	97.304	103.741	-	103.741	108.773	-	108.773
Fundo FIP - Criatec II	-	-	6.437	-	6.437	-	6.437	6.712	-	6.712
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	88.664	88.664	-	88.664	84.402	-	84.402
CVS - Títulos Públicos Federais (2)	-	-	-	1.953	1.953	-	1.953	10.728	-	10.728
CVS - Títulos Caucionados	-	-	-	6.687	6.687	-	6.687	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	6.931	-	6.931
Total	4.665	-	62.758	5.742.452	5.816.8					



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



e) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Semestre 31.12.2022	31.12.2021		2º Semestre 31.12.2022	31.12.2021	
Títulos de rendas fixa	383.240	965.546	285.204	388.923	980.947	297.010
Títulos de renda variável	-	19.577	7.183	17	22.606	8.159
Derivativo SWAP	-	-	-	-	-	(11.452)
Total	383.240	985.123	292.387	388.940	1.003.553	293.717

Nota 9 - Operações de crédito, transações de arranjo de pagamento, outros créditos com características de operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoa física	21.964.761	79,3	15.911.555	86,3
Pessoa jurídica	4.858.517	17,7	2.573.139	13,8
Administração pública, defesa e seguridade social	1.022.517	3,7	132.996	0,7
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	136.497	0,5	29.485	0,2
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	45.265	0,2	3.146	-
Alojamento e alimentação	92.028	0,3	93.526	0,5
Artes, cultura, esporte e recreação	57.343	0,2	95.064	0,5
Atividades administrativas e serviços complementares	201.044	0,7	211.476	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	227.045	0,8	103.004	0,6
Atividades imobiliárias	98.970	0,4	48.324	0,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	106.117	0,4	96.154	0,5
Comércio	552.682	2,0	424.832	2,3
Construção	1.402.791	5,1	582.668	3,2
Educação	38.460	0,1	40.426	0,2
Indústrias de transformação	101.581	0,4	82.885	0,4
Indústrias extrativas	3.525	0,1	562	-
Informação e comunicação	153.297	0,6	100.953	0,5
Saúde humana e serviços sociais	399.087	1,4	299.443	1,6
Serviços domésticos	70	-	137	-
Transporte, armazenagem e correio	147.425	0,5	166.261	0,9
Outras atividades de serviços	31.145	0,1	25.164	0,1
Outros	41.628	0,2	36.633	0,2
Subtotal	26.823.278	97,0	18.484.694	100,2
Deságio a apropriar decorrente de compra carteira	(37.551)	(0,1)	(43.716)	(0,2)
Prêmio em operações de crédito (1)	899.218	3,2	-	-
Total	27.684.945	100,1	18.440.978	100,0

(1) Refere-se ao prêmio obtido pela compra de carteira de crédito que será apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente.

	BRB - Consolidado		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoa física	25.560.830	81,7	18.204.419	83,9
Pessoa jurídica	4.875.288	15,5	3.548.648	16,3
Administração pública, defesa e seguridade social	1.022.517	3,3	132.996	0,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	136.632	0,4	29.485	0,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	45.331	0,1	3.146	-
Alojamento e alimentação	92.771	0,3	93.526	0,4
Artes, cultura, esporte e recreação	57.628	0,2	95.064	0,4
Atividades administrativas e serviços complementares	202.526	0,6	211.476	1,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	227.368	0,7	103.004	0,5
Atividades imobiliárias	99.331	0,3	48.324	0,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	107.051	0,3	96.154	0,4
Comércio	559.019	1,8	424.833	2,0
Construção	1.404.691	4,5	582.668	2,7
Educação	39.116	0,1	40.426	0,2
Indústrias de transformação	102.266	0,3	82.885	0,4
Indústrias extrativas	3.556	0,1	562	-
Informação e comunicação	153.630	0,5	100.953	0,5
Saúde humana e serviços sociais	399.655	1,3	299.443	1,4
Serviços domésticos	71	-	137	-
Transporte, armazenagem e correio	147.859	0,5	166.271	0,8
Outras atividades de serviços	32.087	0,1	22.564	0,1
Arranjo de pagamento	-	-	978.078	4,5
Outros	42.183	0,1	36.633	0,2
Subtotal	30.436.118	97,2	21.752.767	100,2
Deságio a apropriar decorrente de compra carteira	(37.551)	(0,1)	(43.716)	(0,2)
Prêmio em operações de crédito (1)	899.218	2,9	-	-
Total	31.297.785	100,0	21.709.051	100,0

(1) Refere-se ao prêmio obtido pela compra de carteira de crédito que será apropriado à adequada conta de resultado em função do prazo remanescente.

b) Concentração das operações de crédito

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	31.12.2022	%	31.12.2021	%	31.12.2021	%
10 maiores devedores	1.607.768	6,0	710.518	3,8	1.607.769	5,3
50 maiores devedores seguintes	1.515.840	5,7	1.509.225	8,2	1.500.939	4,9
100 maiores devedores seguintes	995.706	3,7	1.876.051	10,1	997.276	3,3
Demais devedores	22.703.964	84,6	14.388.900	77,9	26.330.134	86,5
Total	26.823.278	100	18.484.694	100	30.436.118	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível	Operações vincendas - BRB - Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Até 14 dias	65.979	9.833	5.129	7.113	588	175	155	94	495	89.561	91.777
De 15 a 30 dias	336.916	30.300	18.052	8.492	2.332	1.329	1.185	1.320	4.287	404.213	326.231
De 31 a 60 dias	2.388.132	212.404	59.473	27.242	3.041	1.324	1.515	1.223	4.494	2.698.848	1.164.919
De 61 a 90 dias	317.262	22.767	14.527	7.682	2.113	1.191	1.092	1.313	4.203	372.150	287.983
De 91 a 120 dias	101.325	4.328	1.199	4.093	315	129	149	182	766	112.486	115.630
De 121 a 150 dias	138.819	7.092	2.515	4.596	267	141	114	83	330	153.957	100.621
De 151 a 180 dias	787.636	56.734	38.776	16.628	4.805	3.002	2.422	3.578	8.827	921.408	686.172
De 181 a 360 dias	1.180.271	118.580	67.118	53.348	10.849	5.183	4.616	6.169	18.623	1.464.757	1.524.911
Acima de 360 dias	17.359.303	1.459.584	578.894	234.463	107.334	65.296	49.278	72.178	99.099	20.025.429	13.507.640
Total em 31.12.2022	22.675.643	1.920.622	785.683	363.657	131.644	77.770	60.526	86.140	141.124	26.242.809	-
Total em 31.12.2021	12.423.791	3.233.325	1.192.013	431.847	127.924	62.770	40.628	38.415	255.171	-	17.805.884

Nível	Operações vincendas - BRB - Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Até 14 dias	8.000	11.957	5.908	7.807	2.305	763	795	519	3.818	41.872	36.496
De 15 a 30 dias	786	755	20.404	9.795	4.408	1.889	1.622	1.501	7.437	48.597	45.515
De 31 a 60 dias	3.562	2.597	10.345	37.566	17.658	10.141	6.693	23.439	43.152	155.153	261.634
De 61 a 90 dias	-	-	-	925	22.840	3.437	2.587	1.736	7.297	38.822	77.500
De 91 a 120 dias	-	-	-	222	1.457	22.104	3.687	2.318	7.483	37.271	74.385
De 121 a 150 dias	-	-	-	1	446	952	21.063	3.759	9.353	35.574	52.363
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	280	372	217	19.232	16.224	36.325	41.935
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	453	750	1.078	184.574	186.855	68.982	-
Total em 31.12.2022	12.348	15.309	36.657	56.316	49.394	40.111	37.414	53.582	279.338	580.469	-
Total em 31.12.2021	22.619	37.170	69.781	72.977	29.829	15.921	11.822	9.803	408.888	-	678.810

Nível	Operações vincendas e vencidas - BRB - Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Total em 31.12.2022	22.687.991	1.935.931	822.340	419.973	181.038	117.881	97.940	139.722	420.462	26.823.278	-
Valor das provisões em 31.12.2022	-	(9.680)	(9.037)	(12.600)	(18.104)	(35.364)	(48.970)	(97.806)	(420.462)	(652.023)	-
Total geral em 31.12.2021	12.446.410	3.270.495	1.261.794	504.824	157.753	78.691	52.450	48.218	664.059	-	18.484.694
Valor das provisões em 31.12.2021	-	(16.354)	(13.500)	(15.145)	(15.775)	(23.607)	(26.226)	(33.753)	(664.059)	-	(808.419)

Nível	Operações vincendas - BRB - Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Até 14 dias	125.731	14.003	8.836	10.731	1.728	706	950	751	3.564	167.000	162.505
De 15 a 30 dias	842.629	54.922	61.849	23.468	4.336	2.441	1.863	1.954	7.969	1.001.431	885.729
De 31 a 60 dias	2.537.738	224.989	95.979	32.519	3.965	1.862	1.894	1.519	5.683	2.906.148	1.340.113
De 61 a 90 dias	416.668	33.420	49.261	11.430	2.868	1.641	1.417	1.559	5.092	523.356	420.846

De 91 a 120 dias	107.183	4.635	1.378	4.311	346	158	168	198	829	119.206	121.118
De 121 a 150 dias	150.252	7.651	2.903	4.956	343	170	159	112	395	166.941	110.138
De 151 a 180 dias	930.696	82.045	136.473	23.605	6.483	4.012	3.119	4.103	10.747	1.201.283	922.602
De 181 a 360 dias	1.292.830	163.207	246.355	62.319	13.276	6.761	5.765	7.043	21.830	1.819.386	1.832.704
Acima de 360 dias	17.601.021	1.748.099	1.840.054	295.494	123.584	75.595	57.183	77.995	117.781	21.936.806	15.261.608
Total em 31.12.2022	24.004.748	2.332.971	2.443.088	468.833	156.929	93.346	72.518	95.234	173.890	29.841.557	-
Total em 31.12.2021	13.013.647	3.948.753	2.500.932	919.556	199.327	74.896	52.600	46.183	301.469	-	21.057.363

Nível	Operações vincendas - BRB - Consolidado									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



(5) Referem-se aos contratos nas rubricas VAF3/VAF4 (O VAF3 refere-se à diferença de valor apurada entre o saldo devedor teórico (contábil) e o saldo devedor residual (pro rata estabelecido pelo Decreto n.º 97.222/1988) para contratos celebrados com recursos FGTS cujo evento seja término de prazo contratual, conforme estabelecido no art. 15 da Lei n.º 10.150/2000. Os contratos devem ter sido firmados até 08.02.1987 e ter o evento posterior a 15.12.1988. O VAF4 refere-se à diferença de valor entre saldos apurados. Um deles considerando a taxa de juros contratual e o outro considerando a taxa de juros de novação para contratos firmados até 31.12.1987 com origem de recursos FGTS, no período de 01.01.1997 a 31.12.2001, conforme estabelecido pelo art. 44 da MP n.º 2.181-45/2001.

A provisão é constituída com base em um estudo histórico de perdas ocorridas, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atenderam as normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

b.2. SFH – FGTS a ressarcir

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS	1.688	3.453

b.3. Rendas de créditos vinculados ao SFH

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Vinculados ao SFH	7.531	13.685	10.220
Total	7.531	13.685	10.220

Nota 12 - Outros valores e bens

a) Resumo

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)
Outros valores e bens (nota 12b)	146.602	130.228	157.608	135.460
Despesas antecipadas (1)	69.539	28.936	81.090	36.401
Total	216.141	159.164	238.698	171.861

(1) Em 2022, refere-se majoritariamente ao aumento de despesa de corretagem, pagas às corretoras conveniadas, em virtude do aumento nas captações de letras financeiras.

b) Outros valores e bens

	BRB - Múltiplo			
	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Ativos não financeiros mantidos para venda (1)	145.405	70.923	(56.110)	160.218
Material em estoque	842	3.117	(1.439)	2.520
Subtotal	146.247	74.040	(57.549)	162.738
Provisões para desvalorização de outros valores e bens	(16.019)	794	(911)	(16.136)
Total	130.228	74.834	(58.460)	146.602

(1) Inclui bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de doação em pagamento ou consolidação de propriedade ou reclassificação de bens para ativo financeiro mantido para venda realizada em razão da intenção de venda de agências (imóveis próprios) transferidas do imobilizado para ativos não financeiros mantidos para venda. A baixa se deu em razão da venda de parte dos imóveis. Os ganhos decorrentes da operação constam na nota explicativa 26g.

	BRB - Consolidado			
	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Ativos não financeiros mantidos para venda (1)	145.405	70.923	(56.110)	160.218
Material em estoque	6.450	15.700	(8.249)	13.901
Subtotal	151.855	86.623	(64.359)	174.119
Provisões para desvalorização de outros valores e bens	(16.395)	795	(911)	(16.511)
Total	135.460	87.418	(65.270)	157.608

(1) Inclui bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de doação em pagamento ou consolidação de propriedade ou reclassificação de bens para ativo financeiro mantido para venda realizada em razão da intenção de venda de agências (imóveis próprios) transferidas do imobilizado para ativos não financeiros mantidos para venda. A baixa se deu em razão da venda de parte dos imóveis. Os ganhos decorrentes da operação constam na nota explicativa 26g.

Nota 13 - Outros créditos

a) Resumo

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)
Adiantamentos e antecipações salariais	6.581	5.900	9.015	7.762
Impostos e contribuições a compensar	102.985	129.374	122.540	145.753
Pagamentos a ressarcir (1)	70.953	7.708	71.579	8.039
Negociação e intermediação de valores	79	79	332	397
Titulos e Créditos a Receber	-	-	5.856	17.429
Valores a receber – sociedades ligadas (2)	95.935	171.856	18.565	1
Devedores por depósitos em garantia (nota 13b)	1.005.594	934.623	1.013.299	941.837
Devedores diversos – país	195.669	59.401	214.206	76.316
Total	1.477.796	1.308.941	1.455.392	1.197.534

(1) Em 2022, R\$ 61.900 refere-se à divergência na composição das faturas pagas pelo BRB ao TJBA no que se refere à base de cálculo do período de janeiro a setembro de 2022. A base de cálculo apurada foi atrelada ao saldo financeiro dos depósitos judiciais quando deveria ser apenas ao saldo contábil e íntegro das contas TJBA geridas pelo BRB.

(2) No BRB Múltiplo, em 2021, refere-se majoritariamente aos valores a receber da BRBCard devido à transferência da carteira de Empréstimo Rotativo de Cartão.

b) Devedores por depósitos em garantia

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado (nota 3w)
Fiscais	955.952	881.532	961.215	886.484
Trabalhistas	23.392	29.558	24.011	30.223
Outros	26.250	23.533	28.073	25.130
Total	1.005.594	934.623	1.013.299	941.837

Nota 14 - Outros investimentos

	BRB - Múltiplo			
	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Incentivos fiscais, ações e cotas	383	-	(383)	-
Outros (1)	75	4.978	(175)	4.878
Subtotal	458	4.978	(558)	4.878
Ajuste ao valor recuperável	(163)	-	163	-
Total	295	4.978	(395)	4.878

	BRB - Consolidado			
	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Incentivos fiscais, ações e cotas	383	-	(383)	-
Propriedade para investimento	2.264	-	-	2.264
Outros (1)	151	4.978	(175)	4.954
Subtotal	2.798	4.978	(558)	7.218
Ajuste ao valor recuperável	(164)	(387)	366	(185)
Depreciação acumulada (2)	(244)	(79)	-	(323)
Total	2.390	4.512	(192)	6.710

(1) Refere-se majoritariamente ao ajuste na participação do BRB na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP Associação) devido à reorganização societária (desmutualização) dessa organização por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A. ocorrida em 25.05.2022. Em função da desmutualização, sendo a parcela cindida vertida para a entidade resultante da cisão, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação.

(2) Propriedades para investimento da BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A. e da BRB CARD avaliada pelo método de custo com depreciação linear à taxa de 4% e de 8%, respectivamente.

Nota 15 - Investimentos em coligadas e controladas no país

Quantidade de ações	31.12.2022			31.12.2021		
	Financeira BRB	BRB-DTVM	BRBCard	Financeira BRB	BRB-DTVM	BRBCard
Capital social	150.000	40.000	577.228	150.000	40.000	506.560
N.º de ações do BRB						
Ordinárias	210.000	990.000	3.941.551	210.000	990.000	3.941.551
Preferenciais	210.000	-	-	210.000	-	-
Percentual de participação (nota 32a)	100%	99%	69,74%	100%	99%	69,74%
Movimento do investimento	Financeira BRB	BRB-DTVM	BRBCard	Total		
Saldos em 31.12.2020	279.615	47.799	380.087	707.501		
Equivalência patrimonial	53.407	4.418	82.043	139.868		
Dividendos propostos e pagos	(10.087)	(494)	(9.527)	(20.108)		
Ajuste de avaliação patrimonial	-	20	-	20		
Saldo BRB - Múltiplo em 31.12.2021	322.935	51.743	452.603	827.281		
Saldo BRB - Múltiplo em 31.12.2021 (reapresentado nota 3w)	326.697	50.281	736.719	1.113.697		
Eliminações	(326.697)	(50.281)	(736.719)	(1.113.697)		
Investimento BRB Corretora (Nota 32a)	-	-	469.260	469.260		
Saldos BRB - Consolidado em 31.12.2021 (reapresentado nota 3w)	-	-	469.260	469.260		
Saldo BRB - Múltiplo em 31.12.2021	326.697	50.281	736.719	1.113.697		
Aumento do investimento	-	-	311.296	311.296		
Saldo BRB - Múltiplo em 31.12.2021 (reapresentado nota 3w)	326.697	50.281	1.048.015	1.424.993		
Equivalência patrimonial	(4.010)	8.036	149.050	153.076		
Dividendos pagos	(3.490)	-	(68.952)	(72.442)		
Dividendos deliberados	(52.186)	(1.909)	(103.299)	(157.394)		
Lucro não realizado	-	-	(300.920)	(300.920)		

Ajuste de avaliação patrimonial	-	46	(146.666)	(146.620)
Saldo BRB - Múltiplo em 31.12.2022	267.011	56.454	577.228	900.693
Eliminações	(267.011)	(56.454)	(577.228)	(900.693)
Investimento BRB Corretora (Nota 32a)	-	-	485.346	485.346
Saldos BRB - Consolidado em 31.12.2022	-	-	485.346	485.346

Nota 16 - Imobilizado de uso

a) Composição do imobilizado

	BRB - Múltiplo			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	0% a 10%	180.386	(105.321)	75.065
Veículos	20%	575	(575)	-
Benfeitoria em imóveis de terceiros	0% a 10%	35.710	(1.385)	34.325
Imóveis - Edificações	0% a 4%	23.320	(10.485)	12.835
Outros Imobilizados em Uso	10% a 20%	2.464	(80)	2.384
Total		242.455	(117.846)	124.609

	BRB - Consolidado			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	0% a 10%	205.556	(117.542)	88.014
Veículos	20%	704	(684)	20
Benfeitoria em imóveis de terceiros	0% a 10%	35.783	(1.390)	34.393
Imóveis - Edificações	0% a 4%	31.189	(16.936)	14.253
Outros Imobilizados em Uso	10% a 20%	2.480	(81)	2.399
Total		275.712	(136.633)	139.079

b) Movimentação dos ativos imobilizados

	BRB - Múltiplo					
	Taxa de depreciação	31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2022
Móveis e equipamentos em estoque	0%	3.446	-	-	(209)	3.237
Imobilizações em curso	0%	2.223	60.004	-	(59.763)	2.464
Móveis em uso	4%	60.328	-	(37.008)	-	23.320
Instalações	10%	5.771	-	(1.090)	-	4.681
Móveis e equipamentos de uso	10%	37.403	-	(2.390)	10.015	45.028
Sistema de processamento de dados	20%	118.000	-	(22.567)	16.908	112.341
Sistema de comunicação e segurança	10%	14.214	-	(1.030)	1.915	15.099
Sistema de transporte	20%	763	-	(188)	-	575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.525	51	-	31.134	35.710
Subtotal		246.673	60.055	(64.273)	-	242.455
Depreciação acumulada (1)		(152.334)	(19.934)	54.422	-	(117.846)
Total		94.339	40.121	(9.851)	-	124.609

(1) Baixa realizada em razão da intenção de venda de imóveis próprios, valores transferidos para ativos não financeiros mantidos para venda.

	BRB - Consolidado					
	Taxa de depreciação	31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2022
Móveis e equipamentos em estoque	0%	3.446	-	-	(209)	3.237
Imobilizações em curso	0%	2.223	60.020	-	(59.763)	2.480
Imóveis em uso	0%	68.489	-	(37.300)	-	31.189
Instalações	10%	5.772	-	(1.091)	-	4.681
Móveis e equipamentos de uso	10%	40.651	367	(3.539)	10.015	47.494
Sistema de processamento de dados	20%	135.281	5.981	(23.165)	16.908	135.005
Sistema de comunicação e segurança	10%	14.270	-	(1.046)	1.915	15.139
Sistema de transporte	20%	919	-	(215)	-	704
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.545	125	(21)	31.134	35.783
Subtotal		275.596	66.493	(66.377)	-	275.712
Depreciação acumulada (1)		(169.694)	(23.423)	56.484	-	(136.633)
Total		105.902	43.070	(9.893)	-	139.079

(1) Baixa realizada em razão da intenção de venda de imóveis próprios, valores transferidos para ativos não financeiros mantidos para venda.

Nota 17 - Intangível

	BRB - Múltiplo				
	Taxa de amortização	31.12.2021	Adições	Baixas	31.12.2022
Direitos relativos a carteira de clientes	Contrato	4.000	17.352	-	21.352
Sistemas de processamento de dados	10 a 20%	188.331	27.867	(25.511)	190.68



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



Moeda eletrônica – cartão pré-pago	14.732	-	-	-	-	14.732	27.647
Total em 31.12.2022	13.476.833	3.162.732	2.207.638	5.502.734	1.990.635	112.421	26.452.993
Total em 31.12.2021	7.705.599	2.604.963	3.193.072	4.650.646	765.530	115.618	- 19.035.428

c) Despesas de depósitos

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de depósitos de poupança	(103.443)	(195.941)	(84.678)	(103.443)	(195.941)	(84.678)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(6.493)	(34.187)	(43.643)	(6.493)	(34.187)	(43.643)
Despesas de depósitos a prazo	(1.098.238)	(2.065.516)	(594.418)	(1.064.514)	(2.008.361)	(575.114)
Outros	(12.492)	(25.790)	(22.687)	(12.492)	(25.790)	(22.687)
Total	(1.220.666)	(2.321.434)	(745.426)	(1.186.942)	(2.264.279)	(726.122)

Nota 19 - Captação no mercado aberto

a) Resumo

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Carteira própria	1.711.098	1.335.392	1.696.839	1.335.234
Recompras a liquidar	1.711.098	1.335.392	1.696.839	1.335.234
Letras Financeiras do Tesouro	1.711.098	1.335.392	1.696.839	1.335.234
Total	1.711.098	1.335.392	1.696.839	1.335.234

b) Despesa de captação

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Carteira própria	(131.725)	(222.718)	(33.405)	(130.785)	(221.582)	(33.256)
Carteira de terceiros	(127)	(171)	(17.660)	(127)	(171)	(17.251)
Total	(131.852)	(222.889)	(51.065)	(130.912)	(221.753)	(50.507)

Nota 20 - Dívidas subordinadas

a) Resumo do título por indexador e vencimento:

Indexador	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado					31.12.2022	31.12.2021
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
LFSN CDI 119% a 150%	-	-	13.673	131.489	723.818	868.980	123.639
LFSN IPCA+ 4,48% a 8,36%	-	-	-	82.503	198.564	281.067	219.795
LFSN PRÉ	-	-	-	-	272.044	272.044	-
LFSC IPCA+ 7,05%	-	-	-	-	132.707	132.707	-
LFSC CDI 165%	-	-	-	-	177.357	177.357	254.032
Total em 31.12.2022	-	-	13.673	213.992	1.504.490	1.732.155	-
Total em 31.12.2021	-	-	-	92.091	505.375	-	597.466

Nota 21 - Outros passivos financeiros

a) Resumo

	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Recursos Letras Hipotecárias, Imobiliárias, Créditos e similares (nota 21b)		5.312.338	3.068.992
Obrigações por empréstimo no país - instituições oficiais (nota 21c)		-	-
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (nota 21d)		344.439	806.675
Total		5.656.777	4.618.332

b) Recursos Letras Hipotecárias, Imobiliárias, Créditos e similares

1. Composição e prazos

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	309.463	662.477	1.108.269	2.216.680	332.812	6.516	4.636.217	2.717.114
Letras de Crédito do Agronegócio	4.792	15.637	158.029	287.506	22.970	118	489.052	189.067
Letras Financeiras	-	-	-	187.069	-	-	187.069	162.811
Total em 31.12.2022	314.255	678.114	1.266.298	2.691.255	355.782	6.634	5.312.338	-
Total em 31.12.2021	126.996	260.997	385.382	1.260.215	1.027.988	7.414	-	3.068.992

b.2. Despesa de Letras

	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de letras de crédito imobiliário		(224.192)	(390.305)	(43.056)
Despesas de letras de crédito do agronegócio		(9.379)	(16.168)	(3.262)
Despesas de letras financeiras		(164.407)	(278.835)	(141.707)
Total		(397.978)	(685.308)	(188.025)

c) Obrigações por empréstimos no país - instituições oficiais

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	De 31 a 90 dias	De 181 dias a 1 ano	31.12.2022	31.12.2021
Letras Financeiras Garantidas (1)		-	-	741.771
Refinanciamentos		-	-	894
Total em 31.12.2022	-	-	-	-
Total em 31.12.2021	-	742.665	-	742.665

(1) Essa LFG foi liquidada em 7/12/2022 e foi realizada de acordo com a Resolução nº 4.795/2020, a Circular nº 3.996/2020 e da Instrução Normativa BCB nº 45/2020, alteradas pelos respectivos normativos a Resolução CMN nº 4.953/2021, a Resolução BCB nº 144/2021 e a Instrução Normativa BCB nº 163/2021.

d) Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

d.1. Segregação por tipo de recursos

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado		
			Vencimento final	31.12.2022	31.12.2021
Tesouro Nacional	3% a.a.	Polobrasília e Profir/OECF	Outubro de 2025	41	54
Banco do Brasil (FCO)	1,12% a.a. até 8,18% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica	Dezembro de 2035	199.972	136.081
BNDES	0,7% a.a. até 1,25% a.a. + TLP	POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural	Outubro de 2033	108.215	127.736
Finame	0,5% a.a. até 1,15% a.a. + TLP	Programas automático, especial e agrícola	Outubro de 2032	9.940	18.315
Fungetur	Selic	Apoio ao setor de serviços turísticos	Mai de 2029	15.863	524.489
Funcafé	4% a.a. até 8% a.a.	Apoio à cafeicultura	Outubro de 2023	10.408	-
Total				344.439	806.675

d.2. Segregação por vencimento

BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 15 anos	31.12.2022	31.12.2021
Tesouro Nacional	13	28	-	-	41	54
Fungetur	4.544	8.851	2.381	87	15.863	-
Funcafé	10.408	-	-	-	10.408	524.489
Banco do Brasil (FCO)	20.933	53.170	49.448	76.421	199.972	136.081
Empresarial	4.996	9.634	7.346	3.380	25.356	21.177
Rural	15.937	43.536	42.102	73.041	174.616	114.904
BNDES	24.350	53.322	19.520	11.023	108.215	127.736
Empresarial	19.183	44.544	12.163	45	75.935	91.462
Rural	5.167	8.778	7.357	10.978	32.280	36.274
Finame	5.380	2.922	886	752	9.940	18.315
Empresarial	1.117	231	191	-	1.539	3.656
Rural	4.263	2.691	695	752	8.401	14.659
Total em 31.12.2022	65.628	118.293	72.235	88.283	344.439	-
Total em 31.12.2021	573.755	94.067	64.406	74.447	-	806.675

Nota 22 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

a) Contingências de risco provável e obrigações Legais

Natureza	BRB - Múltiplo					Saldo em 31.12.2022
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	
Trabalhistas	30.762	4.383	(7.647)	(9.275)	2.877	21.100
Cíveis	34.749	1.665	(4.490)	(14.098)	4.799	22.625
Subtotal	65.511	6.048	(12.137)	(23.373)	7.676	43.725
Fiscais – CSLL	572.054	-	-	-	40.871	612.925
INSS – PLR	19.169	-	-	-	712	19.881
Salário-Educação	2.468	-	-	-	71	2.539
IRPJ	15.725	-	-	-	844	16.569
Subtotal	609.416	-	-	-	42.498	651.914
Total	674.927	6.048	(12.137)	(23.373)	50.174	695.639

Natureza	BRB - Consolidado					Saldo em 31.12.2022
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	
Trabalhistas	34.428	5.643	(8.308)	(11.534)	3.881	24.110
Cíveis	41.063	14.526	(5.825)	(22.824)	6.433	33.373
Outras contingências	564	-	-	-	(8)	556
Subtotal	76.055	20.169	(14.133)	(34.358)	10.306	58.039
Fiscais – CSLL	573.319	74	(17)	(6)	40.689	614.059
INSS – PLR	19.169	-	-	-	712	19.881
Salário-Educação	2.468	-	-	-	71	2.539
IRPJ	15.461	-	-	-	1.108	16.569
Outros tributos	371	-	-	-	-	371
Subtotal	610.788	74	(17)	(6)	42.580	653.419
Total	686.843	20.243	(14.150)	(34.364)	52.886	711.458

O BRB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

a.1. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice TR (taxa referencial) e incidência de juros legais de 1% a.m. ou pela taxa SELIC em conformidade com a ADC 58 e 59 do STF.

a.2. Contingências cíveis

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e incidência de juros legais de 1% a.m.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor. Vale frisar que o BRB aderiu ao acordo firmado entre a Febraban e entidades de defesa de consumidores, homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

a.3. Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil são objeto de discussão na esfera administrativa. Uma delas refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco.

a.4. Obrigações legais (contingências fiscais)

As contingências referem-se, basicamente, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei nº 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória, em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita. O BRB realiza o caução mensal, nos autos da referida ação anulatória, das estimativas da CSLL desde o exercício de 2006, bem como provisiona integralmente os valores apurados para a CSLL.

Em 08.02.2023, o Plenário do STF, conforme amplamente veiculado, decidiu pela cessação dos efeitos da coisa julgada a partir do trânsito em julgado do Acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 15, em 01.08.2007, respeitada a anterioridade nonagesimal (Temas 881 e 885). Em que pese a pendência de publicação do Acórdão nos Temas 881 e 885 pelo STF, o provisionamento existente, bem como as presentes demonstrações financeiras, evidenciam de forma adequada os efeitos da decisão do STF proferida em 08.02.2023, em atendimento ao CPC 25.

A BRB-DTVM e a Financeira BRB discutiram judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, por meio de ação ordinária em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e das respectivas provisões para perdas a Financeira BRB e a BRB-DTVM aguardam levantamento do saldo remanescente.

Salário-Educação: A discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE contesta a aplicação de multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário-Educação.



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



Obrigações por convênios oficiais	14.249	13.876	14.249	13.876
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	30.019	30.449	30.019	30.449
Provisão para pagamentos a efetuar	266.847	242.940	319.329	294.385
Credores diversos – país (1)	265.669	76.750	523.339	653.222
Valores a pagar de sociedades ligadas (2)	26.475	475.051	650	613
Outras	6.746	6.294	10.451	16.174
Total	770.566	936.120	1.058.598	1.099.479

(1) No BRB – Múltiplo, em 2022, refere-se majoritariamente a receita diferida decorrente de parcerias negociais. No BRB – Consolidado, refere-se majoritariamente ao lucro não realizado decorrente da outorga do balcão do BRB à Corretora Seguros BRB; aos reflexos advindos de ajuste no Balanete da BRBCard referente ao reconhecimento do Projeto Safe em sua controlada (Corretora Seguros BRB); e aos juros sobre capital próprio antecipados cujo desembolso financeiro encontra-se pendente.
(2) No BRB – Múltiplo, em 2021, refere-se majoritariamente aos valores a pagar para BRBCard em decorrência da transferência de carteira de Empréstimo Rotativo de Cartão.

Nota 24 - Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal. O acionista majoritário, o Governo do Distrito Federal, detém 75,44% das ações ordinárias e 96,85% das preferenciais.

	31.12.2022	31.12.2021
Ordinárias	280.146.500	280.146.500
Preferenciais	82.900.000	82.900.000
Total	363.046.500	363.046.500

b) Lucro por ação

	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido atribuído aos acionistas	115.761	306.286	592.960
Controlador	82.645	273.170	532.259
Não controlador	33.116	33.116	60.701
Número de ações no período	363.046.500	363.046.500	363.046.500
Número médio ponderado de ações (básico)	363.046.500	363.046.500	358.205.880
Número médio ponderado de ações (diluído) ⁽¹⁾	362.842.032	362.842.032	358.171.893
Lucro por ação (básico) (R\$)	0,2276	0,7524	1,6554
Lucro por ação (diluído) (R\$)	0,2278	0,7529	1,6555

(1) A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (nota 29b), sendo respectivamente 204.468 e 33.987 em cada um dos períodos da tabela acima, com base na cotação das ações ordinárias de cada data-base.

c) Juros sobre capital próprio

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido	306.286	592.960
Reserva legal	(15.314)	(5.788)
Base de cálculo de dividendo	290.972	427.119
Dividendo proposto	72.560	106.780
Dividendos pagos antecipadamente	-	16.964
Juros sobre capital próprio pago antecipadamente	72.400	90.025
Juros sobre capital próprio proposto	343	-
Imposto de renda retido na fonte	(183)	(209)
Dividendos/Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores (pagos)	250.000	58.315
Dividendos/n.º de ações ON	0,2590	2,0890
Dividendos/n.º de ações PN	0,8753	2,6273

A Política de Distribuição de Dividendos do BRB, a qual dispõe que poderão ser efetuados pagamentos antecipados com valores e/ou períodos adicionais a serem definidos conforme deliberação do Conselho de Administração, considera lucro líquido orçado para o ano, o qual proporciona dividendos mínimos obrigatórios superiores aos Juros sobre Capital Próprio – JCP calculado.

Além de serem dedutíveis do Lucro Real e do Livro de Apuração da Contribuição Social - Lacs, os JCP podem ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, conforme disciplinado no artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

No exercício de 2022, os JCP foram calculados levando em consideração tanto o limite tributário quanto o limite da Política de Distribuição de Dividendos, sendo realizada a antecipação na proporção de 40% do lucro líquido e totalizando o valor de R\$ 72.743, descontado o percentual destinado para constituição de reserva legal (R\$ 230.930 em 2021).

d) Dividendos

No primeiro trimestre de 2022 foram pagos R\$ 250.000 de dividendos em decorrência de reservas para margem operacional constituídas até o exercício de 2019, mas não pagas naquele exercício devido a restrições impostas pelo Bacem em razão da Resolução nº 4.820/2020.

Nota 25 - Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	BRB - Múltiplo		BRB - Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes do IR, CSLL e participações	287.715	581.322	414.922	888.660
Participações nos lucros	(19.376)	(98.031)	(27.303)	(52.753)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	268.339	483.291	387.619	835.907
Alíquotas vigentes	46%	50%	46%	50%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(123.436)	(241.646)	(178.305)	(375.077)
Efeitos tributários				
Equivalência patrimonial	70.415	69.934	18.833	(1.460)
Juros sobre capital próprio	33.304	38.709	33.304	38.709
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	1.553	(1.153)	4.371	(1.860)
Efeito da majoração da CSLL	378	17.201	353	29.577
Outros valores (1)	55.733	7.286	73.227	182.999
Valor devido de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(96.245)	(59.082)	(123.938)
Passivo fiscal diferido	54.078	(1.707)	54.762	(1.727)
Ativo fiscal diferido	(16.131)	(11.717)	(43.897)	(1.447)
Valor devido de imposto de renda e contribuição social	37.947	(109.669)	(48.217)	(127.112)

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não banco, a partir de 2020, e das empresas não financeiras, em relação à demonstrada; (ii) Adições e Exclusões não permanentes; (iii) compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL; e (iv) incentivos fiscais.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	BRB – Múltiplo			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	349.046	427.930	(576.567)	200.409
Provisões trabalhistas	13.819	3.278	(7.603)	9.494
Provisões cíveis	15.625	3.105	(8.550)	10.180
Provisões fiscais	11.464	3.835	(614)	14.685
Provisão para perdas com FCVS	30.443	5.109	-	35.552
Desvalorização de títulos livres	12.051	-	(12.050)	1
Provisão para desvalorização de bens não de uso	7.209	357	(304)	7.262
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	4.177	2.517	(3.353)	3.341
Previdência complementar	132.328	122.921	(166.400)	88.849
Outras	4.122	6.860	(9.823)	1.159
Total de diferenças Intertemporais	580.284	575.912	(785.264)	370.932
Prejuízo fiscal do IR 25%	-	114.272	(24.816)	89.456
Base negativa da CSLL 15%	-	91.913	(19.715)	72.198
Total	580.284	782.097	(829.795)	532.586

	BRB – Consolidado			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	392.852	456.880	(615.324)	234.408
Provisões trabalhistas	14.781	3.284	(7.604)	10.461
Provisões cíveis	17.957	3.383	(8.830)	12.510
Provisões fiscais	11.613	3.835	(614)	14.834
Provisão para perdas com FCVS	30.443	5.110	-	35.553
Desvalorização de títulos livres	20.899	0	(13.547)	7.352
Provisão para desvalorização de bens não de uso	7.209	357	(305)	7.261
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	4.179	2.517	(3.353)	3.343
Previdência complementar	132.329	122.921	(166.400)	88.850
Outras	19.456	26.329	(34.222)	11.563
Total de diferenças Intertemporais	651.718	624.616	(850.199)	426.135
Prejuízo fiscal do IR 25%	103	121.542	(24.919)	96.726
Base negativa da CSLL 15%	89	96.409	(19.805)	76.693
Total	651.910	842.567	(894.923)	599.554

c) Estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	BRB – Múltiplo					
	Estimativa de realização do crédito tributário	Diferenças Intertemporais	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	TVM	Total
2022	174.110	23.872	19.008	-	-	216.990
2023	57.160	55.308	44.176	-	-	156.644
2024	33.644	10.276	9.014	-	7	52.941
2025	31.013	-	-	-	-	31.013

2026	42.991	-	-	-	42.991
2027 a 2031	28.674	-	-	3.333	32.007
Total	367.592	89.456	72.198	3.340	532.586

	BRB – Consolidado					
	Estimativa de realização do crédito tributário	Diferenças Intertemporais	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	TVM	Total
2022	208.803	23.872	19.007	-	-	251.682
2023	59.533	55.308	44.176	-	-	159.017
2024	35.474	17.546	13.510	-	7	66.537
2025	32.872	-	-	-	-	32.872
2026	44.809	-	-	-	-	44.809
2027 a 2031	41.304	-	-	-	3.333	44.637
Total	422.795	96.726	76.693	3.340	599.554	

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

d) Passivo fiscal diferido

	BRB – Múltiplo			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
TVM	3.701	10.659	(14.315)	45
Passivo Fiscal Reorganização BRB CARD	2.384	-	-	2.384
Diferenças intertemporais	54.078	10.540	(64.618)	-
Total	60.163	21.199	(78.933)	2.429

	BRB – Consolidado			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
TVM	3.727	10.752	(14.374)	105
Passivo Fiscal Reorganização BRB CARD	2.384	-	-	2.384
Diferenças intertemporais (1)	56.893	251.888	(65.424)	243.357
Total	63.004	262.640	(79.798)	245.846

Valor de constituição do passivo fiscal diferido referente a diferenças intertemporais impactado em R\$ 219.074 referente ao lucro não realizado da parceria da BRB Corretora e a Wiz Soluções.

Nota 26 - Receitas e despesas

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Sem	31.12.2022	31.12.2021	2º Sem	31.12.2022	31.12.2021
Rendas de prestação de serviços	49.770	89.894	69.053	136.607	257.839	409.167
Rendas de cartão	9.356	18.472	18.260	64.268	120.815	100.132
Rendas de administração de fundos	-	-	-	7.818	16.729	11.661
Serviços de custódia e corretagem	-	-	-	22.662	47.030	246.446
Comissão de depósitos judiciais	1.527	3.095	3.285	1.527	3.095	3.284
BRB Mobilidade	18.629	36.405	29.089	18.629	36.405	29.088
Operacionalização de planos de saúde	10.986	20.775	17.141	10.986	20.775	17.141
Outras rendas de prestação de serviços	9.272	11.147	1.278	10.717	12.990	1.415
Rendas de tarifas	99.148	184.545	178.367	125.882	230.973	208.672
Rendas de pessoa física	26.846	58.295	71.021	56.779	112.351	112.688
Rendas de pacotes de serviços	17.047	35.346	39.816	17.047	35.346	39.816
Rendas de serviços prioritários	4.894	9.735	10.776	8.282	15.376	15.825
Rendas de serviços diferenciados	2.849	8.945	17.045	29.394	57.359	53.663
Rendas de serviços especiais	2.056	4.269	3.384	2.056	4.270	3.384
Rendas de pessoa jurídica	72.302	126.250	107.346	69.103	118.622	95.984
Total	148.918	274.439	247.420	262.489	488.812	617.839

b) Despesas de pessoal

	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Sem	31.12.2022	31.12.2021	2º Sem	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de pessoal - benefícios	(72.282)	(137.027)	(110.028)	(87.318)	(163.594)	(136.597)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(141.719)	(272.435)	(245.970)	(153.355)	(294.875)	(270.042)
Despesas de pessoal - proventos	(325.287)	(625.860)	(557.309)	(356.209)	(683.442)	(621.852)
Despesas de honorários	(3.951)	(7.801)	(7.506)	(9.494)	(18.506)	(18.962)
Outros	(7.825)	(14.450)	(8.453)	(8.522)	(15.402)	(9.417)
Total	(551.064)	(1.057.573)	(929.266)	(614.898)	(1.175.819)	(1.056.870)

c) Outras despesas administrativas

|--|



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



Nota 27 - Resultado recorrente

A seguir, os eventos não recorrentes que impactaram no resultado líquido.

NOTA	BRB - Múltiplo			BRB - Consolidado		
	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado nota 3w)	2º Semestre	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado nota 3w)
Resultado líquido contábil	115.761	306.286	592.960	115.761	306.286	592.960
Eventos não recorrentes	(92.267)	(145.622)	(314.553)	(92.267)	(145.622)	(314.553)
Receita de leilão de imobilizado (agências) do banco	12	(6.158)	(182.593)	-	(6.158)	(182.593)
Receita referente a venda das ações da Visa e Master	-	-	(231.424)	-	-	(360.668)
Receita referente à parceria estratégica com a Wíz Soluções	-	-	-	-	-	(477.128)
Despesa de IOF referente à venda das ações da Visa e Master	-	-	874	-	-	874
Receita de variação cambial decorrente da venda das ações da Visa e Master	-	-	(10.761)	-	-	(5.970)
Despesas de corretagens referente à venda das ações Visa e Master	-	-	101	-	-	2.316
Receita referente ao contrato de exclusividade da BRBCard com a visa (incentivo Visa)	-	-	-	(70.000)	(70.000)	-
Baixa das operações de Chargeback (BRBCard)	-	-	-	417	417	-
Despesas com funcionários (exceto salários) relacionadas ao Projeto BRB na Bahia	-	4.331	-	-	4.331	-
Receita da parceria com a Genial Investimentos	-	-	-	-	(4.267)	(17.988)
Multas	-	-	-	-	226	-
Reorganização societária da CIP	14	(4.559)	-	-	(4.559)	-
Despesa de auditoria forense	-	-	5.039	-	-	5.039
Despesa de consultoria	-	-	5.166	-	-	5.790
Despesa de aluguel de software	-	-	48	-	-	48
Despesa com serviços de tradução	-	-	18	-	-	18
Despesa com taxa de distribuição primária	-	-	702	-	-	702
Receita de parte da provisão para pagamento de assessor jurídico do follow on	-	(185)	-	-	(185)	-
Perda com falha operacional	-	64.686	2.827	-	64.732	2.827
Eventos não operacionais	-	-	-	-	-	317
Dividendos recebidos	-	-	-	-	(573)	-
Resultado de participações em controladas	(26.653)	(28.159)	(364.484)	-	-	-
Despesas de PDVI	-	-	21.421	-	-	21.421
Devolução do teto remuneratório aos diretores ativos e desligados	-	-	257	-	-	257
Agravamento de rating de PCLD	-	-	303.558	-	-	303.558
Atualização de processos trabalhistas relacionados com o índice Selic, em conformidade com a ADC 58 e 59 do STF.	-	-	2.808	-	-	(8.738)
Despesas tributárias	-	8	652	6.475	6.483	2.602
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os eventos não recorrentes	(59.456)	849	(51.355)	(34.216)	29.151	188.967
Participação dos não controladores	-	-	-	11.215	11.215	21.203
Lucro líquido recorrente	23.494	160.664	278.407	23.494	160.664	278.407

Nota 28 - Gestão de riscos e gestão do capital

a) Gestão de Riscos

O BRB dispõe de políticas, normas e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e do capital compatíveis com seu modelo de negócio, com a natureza de suas operações e com a complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos. Esses instrumentos estabelecem princípios gerais de atuação, expressos pela Alta Administração, e estão alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

O detalhamento da estrutura, bem como dos indicadores e demais informações do gerenciamento de riscos e capital, pode ser consultado no site de Relações com Investidores do BRB – Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital (Pilar III) ou através do link: <http://ri.br.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-de-risco/>.

b) Gestão do Capital

O BRB busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades, fazer face aos riscos mensuráveis assumidos (em situações normais ou de estresse), suportar eventuais perdas oriundas de riscos não mensuráveis e viabilizar possíveis oportunidades de negócios, sem deixar de cumprir as exigências regulatórias vigentes.

A Instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou estratégias de negócio, permitindo assim um gerenciamento contínuo e integrado do capital, conforme exigência dos órgãos reguladores.

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/2021. Durante o período, o BRB cumpriu todos os requerimentos mínimos obrigatórios.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Valores em mil R\$.

Patrimônio de Referência		30.12.2022	31.12.2021
Nível I (Capital Principal + Complementar)		2.169.555	2.533.227
Nível II		1.352.880	322.653
Total		3.522.435	2.855.880

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		31.12.2022	31.12.2021
Parcela de risco de crédito		22.373.710	16.835.024
Parcela de risco de mercado – ações		-	20.559
Parcela de risco de mercado – câmbio		27.381	14.051
Parcela de risco de mercado – commodities		-	1.255
Parcela de risco operacional		1.417.427	1.088.719
Total		23.818.518	17.959.608

Índices		31.12.2022	31.12.2021
Índice de Capital Principal		7,81%	12,69%
Índice de Nível I		9,11%	14,11%
Índice de Basileia		14,79%	15,90%

c) Análise de sensibilidade

Foi realizada análise de sensibilidade do Conglomerado BRB, em atendimento à Deliberação CVM nº 684 de 30/8/2012, que torna obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para as companhias abertas. Nesta análise de sensibilidade, as operações foram segregadas em duas carteiras: negociação e bancária (de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e a Circular BCB nº 3.354/2007).

- A carteira de negociação (*trading book*) é formada pelos instrumentos detidos com intenção de negociação (isto é, aqueles assumidos para reverte, para obtenção de benefício decorrente de preços ou para realização de arbitragem) ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade.

- A carteira bancária (*banking book*) é constituída pelos instrumentos não classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação do Conglomerado Prudencial BRB é composta por disponibilidades em moedas estrangeiras. A carteira bancária, por sua vez, é formada por operações de crédito, captações, títulos públicos federais, operações compromissadas, depósitos interfinanceiros, títulos privados, fundos, ações, operações indexadas a cupom de dólar, dentre outros papéis.

As análises de sensibilidade da carteira de negociação (*trading book*) e da carteira bancária (*banking book*) são baseadas em uma avaliação estatística das exposições da Instituição. Dessa forma, não consideram a capacidade dinâmica de reação do Conglomerado BRB, que aciona medidas mitigadoras quando são identificadas situações de alta vulnerabilidade, a fim de minimizar a possibilidade de ocorrência de perdas significativas.

Para a análise de sensibilidade, foram considerados três cenários, os quais foram aplicados às carteiras de negociação (*trading book*) e bancária (*banking book*).

Cenário I: acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixadas, em cupons cambiais, em cupons de índices de preços e em cupons de taxas de juros, e incremento de 1% nos preços de moedas estrangeiras e de ações;

Cenário II: foram aplicados choques paralelos de 25% (tanto para mais, quanto para menos) sobre as curvas dos fatores de mercado associados às exposições da Instituição e, em seguida, considerou-se as piores perdas obtidas (para cada fator de risco) nesses eventos adversos.

Cenário III: foram aplicados choques paralelos de 50% (tanto para mais, quanto para menos) sobre as curvas dos fatores de mercado associados às exposições da Instituição e, em seguida, considerou-se as piores perdas obtidas (para cada fator de risco) nesses eventos adversos.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação:

Variação da Exposição Financeira (R\$ mil)			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Preços de Moedas Estrangeiras	54.873	(1.371.828)	(2.743.657)
Total	54.873	(1.371.828)	(2.743.657)

A seguir, estão descritos os resultados para a carteira bancária:

Variação da Exposição Financeira (R\$ mil)			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros Prefixada	(4.058)	(1.181.815)	(2.187.656)
Cupons de Índices de Preços	684	(121.571)	(291.906)
Cupons de Taxas de Juros	2.176	(559.073)	(1.007.749)
Preços de Ações	133	(3.327)	(6.653)
Total	(1.065)	(1.865.786)	(3.493.964)

Cabe ressaltar que os impactos nas exposições da carteira bancária não necessariamente representam potencial prejuízo financeiro. Isso porque parte das operações de crédito que estão na carteira bancária é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são hedge natural para eventuais oscilações de taxa de juros. Essas variações de valor também não representam impacto efetivo sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Nota 29 - Transações com partes relacionadas

O Conglomerado BRB realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários (CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

As principais transações realizadas com o conglomerado estão assim representadas:

	31.12.2022	31.12.2021
	Saldo	Saldo
Ativo	38.794	35.492
Operações de crédito	38.794	35.492
Administração indireta (2)	-	17.375
Pessoal-chave da administração (4)	38.794	18.117
Passivo	3.425.243	3.304.279
Depósitos à vista	173.120	334.018
Administração direta (1)	63.173	199.880
Administração Indireta (2)	109.671	133.522
Vinculadas ao funcionalismo (3)	57	247
Pessoal-chave da administração (4)	198	159
Outros (5)	21	210
Depósitos a prazo	3.242.833	2.966.388
Administração direta (1)	2.624.113	2.565.906
Administração indireta (2)	555.948	294.492
Vinculadas ao funcionalismo (3)	56.383	56.914
Pessoal-chave da administração (4)	6.389	49.076
Outras obrigações	9.290	3.873
Administração direta (1)	3.674	1.533
Administração indireta (2)	5.616	2.340

- (1) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;
- (2) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;
- (3) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;
- (4) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes;
- (5) Compreendem Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. e Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (Companhia Energética de Brasília - CEB), água (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei n.º 6.404/1976.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius - Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB - Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB - é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

Instituto BRB - é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de natureza jurídica de direito privado, com atividades e funcionamento regulados pelo seu Estatuto. Foi reativado em 2017 com a missão de buscar modelos sustentáveis que promovam a qualidade de vida em comunidades onde atua o Conglomerado do BRB, além de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social exercidas pelo BRB.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar n.º 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar n.º 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

a) Transação com partes relacionadas - Controladas

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Ativos	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Disponibilidade	1.143	-	23.430	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.215.438	243.712	1.855.719	83.435
TVM (Fundo e CDB)	542.616	57.225	147.402	19.352
Outros créditos	167.950	-	486.029	-
Investimentos	901.263	153.157	1.325.736	581.434

Passivos	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Depósitos	2.672.055	(300.868)	2.717.171	(102.739)
Depósito à vista	1.143	-	22.084	-
Depósito a prazo	539.487	(57.155)	428.453	(19.304)
Depósito interfinanceiro	2.201.179	(242.576)	1.778.120	(82.877)
Obrigações operações compromissadas	14.258	(1.137)	157	(558)
Outras obrigações	(84.012)	-	488.357	-

Resultado		31.12.2022	31.12.2021
Receitas		242.739	(150.239)
Rendas de prestação de serviços		135.158	(55.729)
Serviços bancários		7.629	(11.362)
Ressarcimento de despesas operacionais		44.129	(41.124)
Outras receitas operacionais		55.823	(41.787)
Outras receitas não operacionais		-	(237)
Despesas		(247.721)	150.239
Despesas do sistema financeiro		(192)	157
Despesas administrativas		(85.243)	77.044
Despesas de serviços de terceiros		(28.873)	34.509
Outras despesas operacionais		(133.413)	38.529

a.1. Migração da carteira de Empréstimo Rotativo de cartão

Em dezembro de 2021, o Banco realizou a migração da carteira de Empréstimo Rotativo de Cartão da BRBCard por meio da cessão das operações pelo valor contábil de R\$ 467 milhões. A operação não ensejou em impacto no resultado.

a.2. Parceria para operacionalização da carteira de Empréstimo Rotativo

O Banco firmou parceria com a controlada BRBCard em razão da migração da carteira de Empréstimo Rotativo de Cartão. A parceria prevê remuneração pela operacionalização e origemação da carteira à título de intermediação de contrato (nota 26e).

b) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2021 a abril de 2022 foi fixado em R\$ 10.032, mais encargos de R\$ 2.574. Em maio de 2022 a abril de 2023 foi fixado em R\$ 10.032, mais encargos de R\$ 2.574.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta pelo Presidente, Diretores Executivos e Diretor Jurídico, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

A remuneração variável tem seu pagamento delimitado a 50% do valor devido em espécie, após distribuição dos dividendos; e os demais 50%, definidos pela variação percentual da cotação em bolsa das ações ordinárias do BRB-Banco de Brasília S.A., diferido nos 4 anos subsequentes.

Para o pagamento de remuneração variável baseada em ações, existe provisão de R\$ 3.680.

A saber, custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração fixa	7.682	7.207
Remuneração variável	3.967	4.825
Total	11.649	12.032

Nota 30 - Comprom



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



Nota 31 - Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (Banco e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

- Plano CD-05: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida, instituído em fevereiro de 2017. Tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, foi elaborado na modalidade Contribuição Definida, um plano individual, financeiro e com benefícios temporários.

a.1. Valores sumariados

	31.12.2022		31.12.2021	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(2.824.381)	(14.240)	(2.932.637)	(15.311)
Valor justo dos ativos do plano	2.626.938	51.625	2.638.573	39.977
Déficit/superávit no exercício	(197.443)	37.385	(294.064)	24.666

	31.12.2022		31.12.2021	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBaC	(2.198.510)	(6.699)	(2.192.028)	(8.331)
RMBC	(625.871)	(7.541)	(740.609)	(6.980)
Resultado do plano	(2.824.381)	(14.240)	(2.932.637)	(15.311)

a.2. Principais premissas biométricas

	Plano BD-01	Plano CV-03
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M & F - suavizada em 20%	AT-2012 Basic M & F
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80 M Basic	CSO 80 M Basic

a.3. Principais premissas econômicas

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa real de juros - Plano BD-01	5,94% a.a.	5,35% a.a.
Taxa real de juros - Plano CV-03	6,17% a.a.	5,43% a.a.
Taxa estimada de inflação	4,8% a.a.	5,03% a.a.
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano BD-01	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano CV-03	2,03% a.a.	2,03% a.a.
Taxa de crescimento salarial (ativos) - Plano BD-01	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial (ativos) - Plano CV-03	3,46% a.a.	3,46% a.a.
Capacidade de benefícios		
BD-01	97,88%	98,66%
CV-03	97,88%	98,66%
Capacidade salarial		
BD-01	97,88%	98,66%
CV-03	97,88%	98,66%
Índices dos Planos		
BD-01	IPCA	IPCA
CV-03	IPCA	IPCA

a.4. Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes	Participantes por Plano - Ativos							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	335	338	243	247	2.187	2.091	417	277
Regius	3	3	3	3	25	25	10	8
BRBCard	-	-	-	-	49	55	89	67
BRB Seguros	-	-	-	-	-	33	-	70
Saúde BRB	-	-	-	-	-	-	60	60
Total	338	341	246	250	2.261	2.204	576	482

Participantes	Participantes por Plano - Ativos em manutenção							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	6	6	-	-	-	-	-	-
Regius	-	-	-	-	-	-	-	-
BRBCard	-	-	-	-	-	-	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde BRB	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6	6	-	-	-	-	-	-

Participantes	Participantes por Plano - Autopatrocinados cedidos							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	2	3	2	-	10	8	-	-
Regius	-	-	-	-	-	-	-	-
BRBCard	-	-	-	-	-	-	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde BRB	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	3	2	-	10	8	-	-

Participantes	Participantes por Plano - Autopatrocinados e optantes							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	3	4	-	-	26	31	5	3
Regius	-	-	-	-	1	1	-	-
BRBCard	-	-	-	-	3	3	4	-
BRB Seguros	-	-	-	-	9	6	22	2
Saúde BRB	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	3	4	-	-	39	41	32	6

Participantes	Participantes por Plano - Regime especial							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	-	-	3	2	10	6	2	1
Regius	-	-	-	-	3	2	-	-
BRBCard	-	-	-	-	8	8	3	-
BRB Seguros	-	-	-	-	5	3	2	1
Saúde BRB	-	-	-	-	-	-	1	-
Total	-	-	3	2	26	19	8	2

Participantes	Assistidos por Plano							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	1.290	1.295	76	124	28	26	-	-
Regius	2	2	-	1	4	4	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	2	2	-	-
Total	1.292	1.297	76	125	34	32	-	-

Participantes	Pensionistas por Plano							
	Plano BD - 01		Plano CD - 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
BRB-Banco de Brasília	163	150	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	164	151	-	-	-	-	-	-

a.5. Alocação por categoria de ativo

Plano BD-01	31.12.2022				31.12.2021				
	Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%
	Títulos de renda fixa	2.323.024	89	2.078.766	84				
	Títulos de renda variável	78.644	3	94.253	4				
	Investimentos estruturados	56.363	2	163.726	7				
	Imóveis	119.481	5	99.847	4				
	Empréstimos a participantes	28.810	1	32.199	1				
	Investimentos no exterior	11	-	7	-				
	Disponibilidades	47	-	279	-				
	Depósitos judiciais	(510)	-	(1.500)	-				
	Contingências	8.252	-	(941)	-				
	Outros	2.614.122	100	2.466.636	100				
Total		2.323.024	89	2.078.766	84				

O plano BD-01 possui um total de R\$ 71.471 (R\$ 65.612 em 31.12.2021) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	31.12.2022			31.12.2021			
	Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
	Títulos de renda fixa	73.368	95	74.028	95		
	Estruturados	3.910	5	4.232	5		
	Disponibilidades	3	-	2	-		
	Outras	(6)	-	(11)	-		
Total		77.275	100	78.251	100		

O plano CD-02 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CV-03	31.12.2022			31.12.2021			
	Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
	Títulos de renda fixa	571.700	92	52.518	39		
	Títulos de renda variável	19.754	3	32.492	24		
	Estruturados	26.541	4	35.826	26		
	Imobiliário	558	-	559	-		
	Empréstimos a participantes	12.908	2	14.951	11		
	Investimentos no exterior	-	-	-	-		
	Disponibilidades	29	-	8	-		
	Outros	(103)	-	(120)	-		
Total		631.387	101	136.234	100		

O plano CV-03 possui um total de R\$ 17.868 (R\$ 16.403 em 31.12.2021) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-05	31.12.2022			31.12.2021			
	Categorias	Posição	%	Posição	%	Posição	%
	Títulos de renda fixa	14.712	92	9.001	86		
	Títulos de renda variável	537	3	576	6		
	Estruturados	562	4	768	7		
	Empréstimos	100	1	81	1		
	Disponibilidades	6	-	1	-		
	Outros	-	-	(2)	-		
Total		15.917	100	10.425	100		

O plano CD-05 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

a.6. Conciliação da obrigação atuarial

	BD-01	CV-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2020	3.279.624	10.825
Custos dos juros	240.840	1.280
Custo do serviço corrente	(100)	296
Reembolso do serviço corrente	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(180.365)	(831)
Contribuição dos participantes ativos	34.929	64
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(442.291)	3.677
Valor presente da obrigação em 31.12.2021	2.932.637	15.311
Custos dos juros	197.404	1.744
Custo do serviço corrente	(3.318)	160
Benefícios pagos pelo fundo	(210.932)	(979)
Contribuição dos participantes ativos	33.372	56
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(124.782)	(2.052)
Valor presente da obrigação em 31.12.2022	2.824.381	14.240

a.7. Conciliação de ativos do plano

	BD-01	CV-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2020	2.844.800	34.481
Rendimento esperado dos ativos do plano	210.691	2.986
Contribuições recebidas pelo fundo - participante	34.929	64
Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador	40.428	828



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



O objeto da Saúde BRB é a instituição e manutenção de planos e programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios. Os serviços de saúde são realizados nos prestadores da rede credenciada e na Clínica Saúde BRB, que atua sob o modelo de APS – Atenção Primária à Saúde.

Os Beneficiários abrangem empregados ativos e diretores que mantêm vínculo empregatício e respectivos dependentes, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal) e seus dependentes, além dos avulsos, que são os ex-empregados demitidos sem justa causa, na forma da Lei nº 9.656/1998, por período mínimo de 6 meses e máximo de 2 anos.

O plano de custeio, determinado no regulamento do Plano A-1, realiza-se nos seguintes percentuais:

Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.: contribuição mensal de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular (incluindo horas extras, substituições e décimo-terceiro salário);

Das associadas AEBRB – Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.; Cartão BRB S.A.; Regius e Saúde BRB Caixa de Assistência: contribuição mensal de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular;

De todas as Associadas: contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos Beneficiários titulares; para custear as despesas administrativas do Plano.

Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

c) Participação nos lucros e resultados

O Programa de PLR do 2º semestre de 2022 e 1º semestre de 2023 é orientado pelo I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2022/2024, que regula a participação dos empregados do BRB, efetivos e contratados em Emprego ou Cargo em Comissão, nos lucros e resultados da instituição, para segundo semestre do ano de 2022 e primeiro semestre do ano de 2023, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 10.101/2000 e pelo art. 189 da Lei nº 6.404/76.

O programa de PLR não se aplica aos cargos estatutários do BRB, das empresas controladas, coligadas, parceiras ou de qualquer outra empresa do conglomerado.

O Valor Total da Premiação pelo alcance do lucro e do resultado a ser pago no PROGRAMA ajustado entre o BRB e as entidades sindicais, corresponderá aos percentuais de lucratividade do BRB inscritos na tabela seguinte:

Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre	Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR
De 0,1% a 14,00%	15,00%
De 14,01% a 19,99%	17,00%
Igual ou maior que 20%	20,00%

A distribuição da PLR considera lucro líquido, o lucro do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 190 da Lei nº 6.404/1976, após destinação à reserva legal e ajustes devedores ou credores de exercícios anteriores, conforme definição no artigo 186, §1º da lei retro mencionada.

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais é dividido nos seguintes critérios: (a) Índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei nº 10.101/2000) e (b) Índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei nº 10.101/2000).

Conforme o índice de lucratividade, 60% do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% do valor total da premiação, sendo distribuído, exclusivamente, para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 - VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com AG; o valor do somatório do VP1 com a respectiva função gratificada, exclusivamente, para os empregados ocupantes das funções de Analista Tecnológico Júnior, Analista Tecnológico Pleno e Analista Tecnológico Sênior; e o valor de referência, nos casos dos empregados com as demais funções gratificadas. Sobre este valor de salário será aplicado um percentual igual para todos os empregados que fizerem jus a receber a premiação, ressalvados os casos específicos de premiação proporcional aos dias trabalhados previstos nos regulamentos.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participam do Programa de PLR é definido de forma detalhada no I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2022/2024, esclarecendo, ainda, quanto aos empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

Nota 32 - Outras informações

a) Reorganização Societária

Em junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco, aprovou por unanimidade o Plano Geral de Reorganização Societária do Conglomerado BRB, que visa simplificar a estrutura societária do conglomerado BRB e viabilizar novos negócios, compreendendo 4 fases:

- Fase 1: Permuta de ações entre GDF e AEBRB;
- Fase 2: Contribuição pelo GDF das ações da BRBCard em aumento de capital do BRB;
- Fase 3: Cisão parcial da Corretora Seguros BRB e versão da participação na BRB Serviços para BRBCard;
- Fase 4: Cisão parcial da BRBCard e versão das participações acionárias na Corretora Seguros BRB, BSB Participações e BRB Serviços para BRB.

A Fase 1 foi concluída em novembro de 2021 por meio da assinatura do Contrato de Permuta de Ações e outras Avenças entre o DF e a Associação de Empregados do BRB (AEBRB).

A Fase 2, que previa o aumento de capital do BRB por meio da integralização das ações da BRBCard, foi aprovada em AGE no dia 17.12.2021 e os atos societários necessários ao aumento de capital foram submetidos à apreciação pelo Banco Central do Brasil (BCB), que o indeferiu o pedido em setembro de 2022, conforme Fato Relevante publicado no dia 20 de setembro de 2022.

Após os ajustes societários e contábeis realizados no 3T2022, decorrentes do indeferimento do aumento de capital pelo BCB, o BRB e seu Controlador definiram nova estratégia para consecução do Plano Geral de Reorganização Societária, qual seja, tomar as empresas Cartão BRB, BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. e BRB Serviços, subsidiárias integrais vinculadas diretamente ao BRB, de modo a aprimorar a governança das subsidiárias do Conglomerado BRB e viabilizar a expansão dos negócios, com benefício direto para o BRB e seus stakeholders.

Dessa forma, em 01.12.2022, foi aprovada em AGE a aquisição pelo BRB das ações da BRBCard detidas pelo DF, como alternativa para efetivação da Fase 2 do Plano de Reorganização. As Fases 3 e 4 seguirão após a execução da Fase 2.

b) Parcerias comerciais

b.1. Wiz Soluções – Projeto Safe 1

A parceria societária e estratégica entre o Conglomerado BRB e a Wiz Soluções, viabilizada pela primeira fase da reorganização societária, resultou na constituição de uma nova corretora de seguros (BRB Corretora de Seguros S.A.) pelo BRB, mediante cessão de ativos e obrigações relacionados à operação de produtos de segurança do Conglomerado BRB. Em dezembro de 2021, a Wiz Soluções adquiriu 50,1% das ações da nova companhia.

No âmbito da parceria societária estratégica com a Wiz Soluções de Corretagem S.A., as partes assinaram, em dezembro de 2022, o 3º Aditivo ao Contrato de Compra e Vendas de Ações entre o Banco de Brasília S.A., Corretora de Seguros BRB e WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A. que versa sobre a prorrogação do prazo para o pagamento da parcela do *earnout* de 2023, referente ao exercício de 2022, com *wave off* de R\$ 17.259.000,00, a serem pagos ao BRB no exercício de 2024.

b.2. Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. e Mapfre Seguros Gerais S.A. – Projeto Safe 2

Em continuidade à estratégia de expansão e modernização dos negócios de seguridade, o BRB celebrou parcerias comerciais estratégicas, para operar no mercado de seguros, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com as multinacionais Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. e a Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Cardif") nos ramos de seguros de Vida, Prestamista e Cartão Protegido e com a empresa a Mapfre Seguros Gerais S.A. nos ramos de seguros Residencial e Habitacional.

Dessas novas parcerias, além dos resultados esperados a partir do início operacional dos negócios por meio do compartilhamento do resultado, foram acordados o pagamento de R\$ 127 milhões pela Cardif e R\$ 18 milhões pela Mapfre, a título de *Signing bonus* pelo direito de exploração da rede de distribuição e acesso à base de clientes do BRB.

c) Banese – Projeto Atalaia

O Projeto Atalaia consiste na avaliação de investimento em participação societária em outra instituição financeira no país, que objetiva o crescimento inorgânico das operações/negócios do BRB e geração de valor a partir das sinergias com a potencial investida.

Assim, o BRB enviou ao Governo do Estado de Sergipe (Secretaria da Fazenda do Estado do Sergipe) oferta vinculante ("Oferta") para subscrever novas ações ordinárias do Banco do Estado do Sergipe S.A. ("BANESE"), em aumento de capital, sem alteração de controle acionário.

A transação está alinhada ao planejamento estratégico do Banco, e visa fortalecer as duas instituições em suas funções econômicas e sociais, bem como contribuir para geração de novos negócios e valor para seus acionistas.

O anúncio dos termos e condições finais da operação ocorrerá após a aprovação da oferta pelo Acionista Controlador do BANESE, e da conclusão dos procedimentos de diligência e cumprimento das condições precedentes.

Até o encerramento do exercício de 2022, a proposta encontrava-se sob avaliação das instituições competentes do Estado.

d) Loterias

Em 10 de junho de 2022, por meio da Lei Distrital nº 7.155/22, o Estado outorgou ao BRB o direito de exclusividade de exploração do jogo lotérico e similares, incluindo o jogo eletrônico por meio físico e digital, observada a legislação federal.

A fim de explorar o negócio de loterias, o BRB lançou ao mercado em outubro de 2022, processo competitivo para seleção de parceiro estratégico para desenvolvimento dessa linha de negócios em conjunto com o Banco.

e) Contrato firmado com o Tribunal de Justiça do estado da Bahia

Em agosto de 2021, o Banco firmou contrato com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia decorrente de uma licitação por eles realizada, com o objetivo de contratar instituição financeira como agente exclusivo na prestação de serviços de captação e administração de depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de requisições de pequeno valor - RPV no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Nesta migração, que perdurou até o mês de abril de 2022, acolhemos quase 7 bilhões de reais em valor financeiro, dos quais aproximadamente 2,2 bilhões completam a valores repassados a Entes Federativos, conforme Lei Complementar 151/2015 e Emenda Constitucional 99/2017. Em continuidade a prestação dos serviços, em maio do corrente ano, foram assinados contratos entre o BRB e o Estado da Bahia e o Município de Salvador, onde esse Tribunal de Justiça da Bahia aparece como interveniente e dá anuência a inclusão dos mesmos na sistemática de repasses baseados na LC 151/15 e EC 99/17. Assim, a partir do mês de maio de 2022, o BRB iniciou a realização da gestão dos valores e transferências destinadas a pagamentos de precatórios.

Este processo de repasse aos entes consiste na retirada efetiva das contas judiciais, do montante ao qual o Estado/Município possui direito, tudo conforme determina a normativa EC 99/17 e LC 151/15 - e na transferência desses valores, da seguinte forma:

- Uma parcela para uma conta de depósitos vinculada ao Núcleo de Precatórios;
- Outra parcela a uma conta corrente de titularidade do Estado/Município destinada à composição de Fundo de Reservas.

Em análise ao Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial 001/2021 - TJBA, foi possível observar que a Média dos Saldos Diários deve contemplar exclusivamente os valores integros e contidos sob gestão da Instituição Financeira vencedora.

Por conseguinte, foi identificado que na composição das faturas pagas pelo BRB com referência de Dez/2021 e Set/2022, a Média dos Saldos Diários (MSD) foi atrelada ao Saldo Financeiro dos Depósitos Judiciais. Ou seja, ao saldo das contas integras mais ao saldo das contas repassadas aos Entes Federativos na forma da lei. Onde no qual, consoante ao Edital de Licitação e Contrato 39/2021, dever-se-ia vincular apenas ao saldo contábil e íntegro das contas TJBA geridas pelo BRB. Tal cenário gerou divergência orçamentária e impactou diretamente nos resultados esperados pela gestão dos depósitos judiciais pelo BRB.

O valor da diferença apurada nas faturas encontra-se em análise pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

f) Investigações em andamento

f.1. Operação Chorumbe

Por meio de investigação interna, o BRB apurou os fatos citados na Operação Chorumbe, deflagrada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal em São Paulo, acerca de operações de câmbio realizadas pela agência 023 do BRB naquela capital, nos anos de 2013 e 2014.

Para realização dos trabalhos, foi contratada a empresa Alvarez e Marsal por meio do competente processo licitatório, que conduziu os trabalhos de investigação, sob a supervisão de Comissão de Investigação Preliminar – CIP constituída por meio de Portaria exarada pela Presidência do BRB, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência.

Iniciado em setembro de 2020, os trabalhos encerraram-se em 31.03.2021, com a emissão de Relatório Final do qual constam recomendações que foram devidamente encaminhadas à Diretoria Executiva de Controle e Riscos (Dicor) para acompanhamento e gestão da implementação.

Registra-se que, em decorrência dos fatos citados na Operação Chorumbe, o BRB procedeu com a instauração de 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares (PAD). O primeiro PAD foi instaurado em 2018, no âmbito da Comissão Permanente de Disciplina do BRB, sendo concluído e arquivado em 2019. Quanto ao segundo PAD, registra-se que está em tramitação no âmbito da Corregedoria do BRB, sob sigilo, em razão da natureza do procedimento.

Não foram encontrados elementos que possam impactar nas demonstrações financeiras do BRB.

f.2. Operação Circus Maximus:

Conforme divulgado em fato relevante, no dia 29.01.2019 foi deflagrada a operação Circus Maximus, na qual o Ministério Público Federal apurava suposto esquema de pagamento de propinas a ex-diretores do BRB. Tal operação teve como objetivo a apuração de irregularidades em fundos de investimentos ocorridas em empresas que compõem o conglomerado BRB. Dentre os denunciados, foram incluídos antigos gestores do BRB – Banco de Brasília e de suas empresas, o que justificou a necessidade de instauração de investigação forense sobre operações realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2019, envolvendo as seguintes empresas do conglomerado: BRB – Banco de Brasília, BRB DTMV, Financeira BRB, Corretora Seguros BRB, BRBCard e BRB Serviços.

Considerando os acontecimentos, o Presidente do BRB instituiu, à época, a Comissão de Investigação Forense - CIF, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência do Banco. A finalidade da Comissão foi supervisionar e acompanhar os trabalhos da assessoria independente, contratada para realização de auditoria forense no âmbito das empresas citadas acima. A investigação foi concluída em 20 de dezembro de 2019 e não houve ajustes a serem realizados.

Em decorrência das recomendações da Investigação Forense que trataram de matéria disciplinar, a Corregedoria instaurou 6 (seis) Processos Administrativos Disciplinares – PADs e 2 (dois) processos de Tomada de Contas Especial – TCE. Em relação aos PADs, 5 (cinco) encontram-se concluídos e arquivados e 1 (um) ainda está em fase de apuração no âmbito da Corregedoria. Já quanto às TCEs, 1 (uma) foi encerrada pela Comissão de Tomada de Contas Especial, após análise preliminar do objeto do processo e a outra foi concluída no âmbito do BRB (fase interna) e os autos encaminhados à Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF para análise e posterior remessa ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

Dentre outras medidas, até o momento, houve a destituição de todos os diretores presos; suspensão de contratos de trabalho de ex-diretores funcionários; fornecimento de informações/documentos a órgãos externos; providências para criação de Corregedoria; habilitação do Banco como Assistente de Acusação do Ministério Público Federal na ação penal e acompanhamento dos processos relacionados à operação; além de adoção de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de *compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

A Administração continua atuando no sentido de auxiliar as autoridades e de minimizar eventuais impactos sobre o Conglomerado, tendo em vista que a investigação permanece em andamento no Ministério Público Federal – MPF.

g) Resolução CMN nº 4.966/2021

Em atendimento ao artigo nº 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o BRB preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano, preparado e aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma que a adoção ocorra em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Entendemos que a adoção da Res. CMN nº 4.966/2021 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas do Banco e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pelo Banco foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 31.12.2022 ainda existiam definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por ora aprovado.

O BRB espera concluir as análises e documentações dos itens: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros, Definição de Modelos de Negócios, elaboração da classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/modelo de tratamento de risco de crédito, considerando os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, até junho de 2023.

No âmbito de sistemas e tecnologia o BRB espera também concluir até agosto de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de Juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros ("stop accrual"), avaliar os impactos tributários referentes a dedutibilidade fiscal das perdas badadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/2022 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/2022 e Instrução Normativa BCB nº 318/2022.

Sobre os temas relacionados a capital regulatório e demais documentos regulatórios, o BRB ajusta as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e criação de planos de implementação mais detalhados sobre os assuntos.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (Presidente)
Cristiane Maria Lima Bukowitz
Cynthia Judite Pericario Borges
Dario Oswaldo Garcia Júnior
Eugênia Regina de Melo
Fabiano Pereira Cortes
Heli João de Melo
Luana de Andrade Ribeiro

DIRETORIA JURÍDICA

Hellen Falcão de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Kaline Gonzaga Costa (Presidente)
Alberto Castilho De Siqueira
Engels Augusto Muniz
João Antônio Fleury Teixeira
José Eduardo Pereira Filho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Talafico (Presidente)
André Luiz de Mello Peruzzo
Hugo Ferreira Braga Tadeu
Luís Fernando de Lara Resende
Paulo Cesar Paqi Chaves
Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Reinaldo Busch Alves Carneiro
Romes Gonçalves Ribeiro

COMITÊ DE AUDITORIA

Reinaldo Busch Alves Carneiro (Presidente)
Cláudio Lysias de Toledo Pereira
Glauco Alves e Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E TRIBUTOS

Taiana Ferreira da Silva
Contadora CRC/DF n.º 023708/O-7
CPF: 012.274.151-09

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria do **BRB - Banco de Brasília S.A.** Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. ("Banco"), identificadas como "BRB Múltiplo" e "BRB consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 11.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que, em 31 de dezembro de 2022, o Banco (BRB Múltiplo e BRB consolidado) possuía créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ("FCVS") no montante de R\$205.074 mil. A realização desses créditos depende da homologação do FCVS quanto à aderência de certos requisitos regulamentares dos financiamentos habitacionais encerrados que possuam cobertura do FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar os respectivos financiamentos habitacionais encerrados que não estariam aderentes aos requisitos do FCVS e, com base nisso, reconheceu uma provisão para realização desses créditos no montante de R\$94.689 mil, em 31 de dezembro de 2022. Os créditos decorrentes dos financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, portanto realizáveis, estão em processo de securitização previsto na Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3.w às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.924/2021 (equivalentes ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros) para refletir: (a) insuficiência no direcionamento obrigatório de recursos ao Banco Central do Brasil, ocorrida em exercícios anteriores, (b) despesas administrativas incorridas em 2021, e (c) ajustes retrospectivos relativos à participação do Banco na Cartão BRB S.A em função do indeferimento do aumento de capital por parte do Banco Central do Brasil. Em 25 de fevereiro de 2022, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Banco, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustadas de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e de suas controladas são altamente dependentes de suas estruturas de tecnologia e de seus sistemas de informação, os quais passam por mudanças constantes, possuem alto nível de integração entre si e com fontes de informação externas ao Banco e suas controladas e, ainda, processam um alto volume de transações. Devido a essas razões, consideramos o ambiente de tecnologia um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ 00.000.208/0001-00



eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles automatizados considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações do Banco e de suas controladas. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia, relacionadas sobremaneira à governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças. Como consequência, alteramos o nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, os saldos brutos de operações de crédito eram de R\$27.684.945mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$31.297.785 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$652.023 mil e de R\$734.329 mil, respectivamente. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidas, em base líquida, despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R\$438.829 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$453.273 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. Devido ao fato da mensuração contábil das supra citadas provisões requerer julgamentos complexos pela diretoria do Banco na atribuição de "ratings" a seus clientes assim como a relevância dos saldos contábeis mencionados para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, consideramos as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria para avaliação do risco de crédito de seus clientes, com consequente atribuição de ratings, avaliação do desenho e da efetividade de controles relevantes para análise e aprovação de limites de crédito, formalização e análise da suficiência de garantias recebidas, monitoramento de informações sobre a capacidade de pagamento de seus clientes. Nossos procedimentos substantivos de auditoria incluíram testes de detalhe sobre uma amostra de operações de crédito, para as quais, realizamos inspeções das documentações de análise de crédito e recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações, observando os critérios mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Avaliamos, ainda, a acurácia e razoabilidade das informações divulgadas em notas explicativas relacionadas ao saldo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco e suas controladas são aceitáveis e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão razoavelmente mensuradas e apresentadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários

Conforme divulgado na nota explicativa nº 25.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, o BRB Múltiplo possuía R\$532.586 mil em créditos tributários, enquanto o BRB Consolidado possuía R\$599.554 mil. Esses créditos tributários foram apurados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A diretoria do Banco elabora estudos de realização de tais créditos tributários, os quais contemplam o emprego de premissas e julgamentos relevantes e complexos. Devido a esse fator e considerando também a relevância para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos a realização dos créditos tributários um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários e bases de contribuição social, estimados pela diretoria, avaliação da razoabilidade sobre as premissas de realização das diferenças temporárias, conciliação dos créditos tributários com os registros contábeis e controles fiscais, avaliação geral sobre o atendimento dos estabelecidos pela Resolução nº 3.059/02 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, assim como avaliação da acurácia e razoabilidade das divulgações relacionadas ao saldo nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco e suas controladas são aceitáveis para fins de análise da realização dos créditos tributários, os quais estão razoavelmente apresentados e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para obrigações atuariais

Conforme descrito na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, o Banco (BRB Múltiplo e BRB Consolidado) possui R\$197.443 mil reconhecido para obrigações atuariais. Essas obrigações se referem a plano de previdência complementar estruturado na modalidade de benefício definido, os quais o Banco figura como patrocinador. O referido plano se encontra deficitário, principalmente no atual cenário macroeconômico, o qual apresenta taxa de juros nos menores patamares históricos das últimas décadas. Para estimar tal déficit, o Banco se vale de um estudo atuarial complexo, envolvendo premissas relevantes para calcular o valor presente das obrigações atuariais do plano. Considerando isso e, em que pese também a relevância do saldo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, consideramos a provisão para obrigações atuariais um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração valor presente total das obrigações atuariais do supracitado plano, inspeção documental, para uma amostra de itens, dos dados cadastrais dos beneficiários do plano. Também realizamos o recálculo do valor justo dos ativos da carteira do plano e revisamos as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para avaliação da provisão para obrigações atuariais são aceitáveis, que as bases de dados com informações dos beneficiários utilizada nos cálculos matemáticos são consistentes e que as divulgações foram adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Divulgação e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas o Banco e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios, para os quais constitui provisões, em 31 de dezembro de 2022, nos montantes de R\$695.639 mil no BRB Múltiplo e de R\$711.458 mil no BRB Consolidado. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas, eventuais consultorias externas para casos mais complexos e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Consideramos esse principal assunto de auditoria devido a relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Como nossa auditoria tratou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e suas controladas para 31 de dezembro de 2022 e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram para os processos mais relevantes, discussão com a diretoria sobre os principais temas e teses em andamento, teste do cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliação dos prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvemos nossos profissionais de impostos e assessoria jurídica especializada na execução desses procedimentos. Analisamos também as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais o Banco e suas controladas são parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco e suas controladas sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras e individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do resultado, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração. Com base no exame efetuado, nas informações e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S, sem ressalvas, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

Kaline Gonzaga Costa
Presidente

Alberto Castilho de Siqueira
Conselheiro

João Antônio Fleury Teixeira
Conselheiro

Engels Augusto Muniz
Conselheiro

Rodrigo Frantz Becker
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 805ª Reunião Ordinária, realizada em 10/03/2023, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria do BRB referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e decidiu, por maioria de seus membros, encaminhar a matéria à Assembleia Geral de Acionistas do BRB-Banco de Brasília S.A., com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e, ainda, com o artigo 29, inciso VII, do Estatuto Social do BRB.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

Marcelo Talarico
Presidente

André Luiz de Mello Perezino
Conselheiro

Hugo Ferreira Braga Tadeu
Conselheiro

Paulo Cesar Pagi Chaves
Conselheiro

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Conselheiro

Luis Fernando de Lara Resende
Conselheiro

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Conselheiro

Romes Gonçalves Ribeiro
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º Semestre de 2022

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário com vínculo direto ao Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S.A., regido pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto DF nº 37.967/2017, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, disponível em <http://ri.br.com.br/regulamentos-e-politicas/>, e demais normas aplicáveis. Atua, também, sobre todas as empresas controladas pelo Banco, que integram o Conglomerado BRB.

O Comitê de Auditoria é composto por um Conselheiro de Administração e outros dois integrantes, todos independentes, e tem como atribuições principais: zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações financeiras.

As análises e avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores internos e dos auditores independentes, além de suas observações diretas nas atividades de monitoramento e supervisão. Realiza reuniões periódicas com gestores, especialistas e auditores, e acompanha os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos reguladores e de controle.

Os Administradores do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis pela adoção de todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que compõem as demonstrações financeiras, inclusive a geração e emissão de relatórios. Os mesmos gestores devem garantir a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos, da aplicação das políticas e procedimentos internos, assim como da conformidade das operações com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que aprova e acompanha a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna. Nos seus trabalhos, os auditores internos também avaliam com independência a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade dos processos contábeis.

A Ernst Young Auditores Independentes SS – EY é responsável por avaliar a qualidade e a efetividade dos controles internos relevantes para o processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, além de atestar a sua adequada condição para demonstrar a posição financeira e patrimonial das empresas integrantes do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades no Período

Para cumprimento de todas as suas atribuições, o Comitê elabora um programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração, e neste semestre realizou reuniões presenciais e através de videoconferência, registradas em atas, e esteve permanentemente à disposição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para discussão dos assuntos de sua competência.

O Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, análise de relatórios, documentos internos e externos, informações recebidas sobre assuntos relacionados a controles internos, conformidade, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, gestão de riscos, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, segurança cibernética, relacionamento com clientes e usuários dos serviços bancários e canais de atendimento, transações com partes relacionadas, programa de integridade, aspectos relacionados à previdência complementar e assistência à saúde e projetos institucionais em andamento e atualização de políticas organizacionais.

Permaneceu acompanhando as medidas específicas adotadas pela Administração, as normas editadas no período, os apontamentos efetuados pela supervisão prudencial e de conduta do Banco Central do Brasil e de outros órgãos, e a participação em eventos de educação continuada.

Neste resumo, destacados as seguintes atividades:

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou a atuação da Auditoria Interna, discutiu seus relatórios trimestrais, o relatório de atividades do ano anterior, o planejamento e a execução dos trabalhos, seus resultados e conclusões, as ações de melhoria e de atualização organizacional adotadas, bem como de seu plano de capacitação.

Nesse processo, o Comitê não identificou ocorrências que pudessem comprometer a objetividade e sua independência, e concluiu que a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna do BRB permanecerão adequados ao desempenho de suas funções, em vista do processo de ampliação de seu quadro em andamento.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pelo Banco.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a diretoria e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CIRC SP-015199/O

Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC- RJ076328/O-2

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO **CLAUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA** **GLAUCO ALVES E SANTOS**



**BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ 33.850.686/0001-69



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO DE 2022

Apresentação

A BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BRB DTVM apresenta o Relatório da Administração relativo ao ano de 2022.

Mensagem da Administração

No processo de reorganização de suas operações e em decorrência da parceria estratégica firmada pelo Banco, BRB DTVM e Genial Investimentos, a Administração da BRB DTVM tem enviado esforços contínuos na evolução de seus modelos de negócios, com o objetivo de ser o agente de investimentos preferencial dos clientes do Conglomerado.

A Companhia tem se organizado no sentido de conectar uma experiência inovadora à oferta completa de produtos e serviços aos seus clientes, atuando como agente de investimentos do BRB, complementando a jornada de relacionamento no Conglomerado, respeitando os princípios e valores éticos e adotando as melhores práticas de governança e gestão.

Atentos à construção da perenidade da Distribuidora, a Administração busca ampliar a oferta de produtos e serviços de investimentos e estreitar o relacionamento dos clientes com o Conglomerado, equilibrando esforços de curto, médio e longo prazo nas implementações de novas parcerias e na constante diversificação e alcance geográfico dos produtos e serviços disponibilizados ao público, sempre de olho na inovação digital.

Cenário Macroeconômico

Economia Internacional

Após consolidar a recuperação da crise sanitária em 2021, com expansão de 6,06%, a variação do PIB da economia global deve desacelerar para 2,86%, em 2022, e continuar em trajetória semelhante este ano, com expectativa de crescimento em 2,21%. Espera-se ainda, uma leve recuperação em 2024, conforme o gráfico 1.

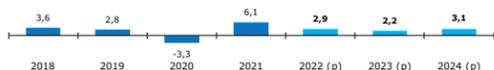


Gráfico 1: Taxa de Variação do PIB Mundial (%)
Fonte: LCA Consultores | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

O cenário internacional adverso reflete o esfriamento da atividade nas principais economias. A projeção em 2022 para a China está por volta da metade do triênio 2017-19, com leve aquecimento para os próximos anos. Estados Unidos e Zona do Euro devem aprofundar o quadro de estagnação no horizonte relevante.



Gráficos 2, 3 e 4: Taxa de Variação do PIB – Estados Unidos, Zona do Euro e China (%)
Fonte: LCA Consultores | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

Não obstante a expectativa de menor crescimento em 2023, as perspectivas da inflação americana e europeia continuam sensíveis. Espera-se decompressão ao longo dos próximos meses nos Estados Unidos, enquanto que para a Zona do Euro a crise energética deve pressionar os preços ao longo do ano. Portanto, as autoridades monetárias nesses respectivos países têm o desafio de combinar a normalização nos níveis de preços sem penalizar demasiadamente a atividade econômica.

Inflação - Estados Unidos (%)

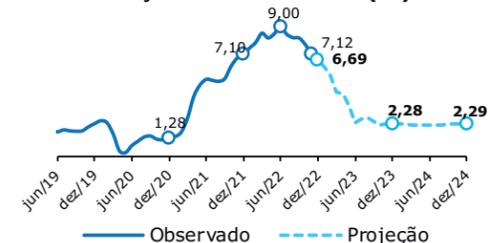
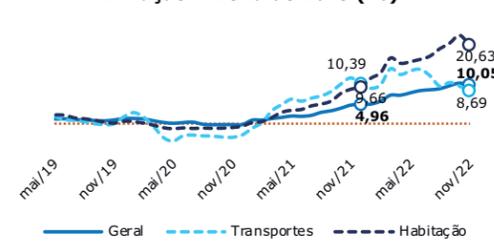


Gráfico 5: Inflação nos Estados Unidos e na Zona do Euro – acumulado em 12 meses (%)
Fonte: LCA Consultores e Eurostat | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos

Inflação - Zona do Euro (%)



Gráficos 5 e 6: Inflação nos Estados Unidos e na Zona do Euro – acumulado em 12 meses (%)
Fonte: LCA Consultores e Eurostat | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos

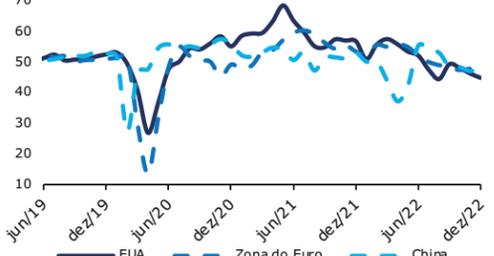
Como o mercado de trabalho nos países desenvolvidos segue com patamares de desemprego historicamente baixos, os bancos centrais vêm elevando as taxas básicas de juros de forma contínua, com encerramento do ciclo de alta esperada para meados de 2023.

Dessa forma, a conjuntura é especialmente complicada uma vez que os dados são conflitantes. Não obstante os níveis elevados de emprego, os dados de alta frequência, como os PMIs, que medem a compra de insumos essenciais à produção, apresentam esfriamento na atividade econômica.

Juros - Euro e EUA (% a.a.)



Índice de Compras Gerenciais (PMI)



Gráficos 7 e 8: Taxa Básica de Juros nos Estados Unidos e na Zona do Euro (% a.a.) e Índice de Compras Gerenciais (PMI) – abaixo de 50,0 pontos indica contração e acima expansão.
Fonte: LCA Consultores e Markit | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

Cenário Nacional – Atividade Econômica

No 3º trimestre de 2022, a produção brasileira cresceu abaixo das expectativas de mercado, que eram de 0,6%. Embora abaixo do esperado, o aumento do PIB demonstrou que o crescimento foi impulsionado pelos Serviços (1,08%), que representam aproximadamente 70% do total do PIB e tiveram quase todos os segmentos em alta na comparação marginal, com exceção do Comércio (-0,1%).

Em geral, esses resultados ainda são reflexo do processo de superação dos efeitos da pandemia de Covid-19, com a retirada praticamente total de medidas restritivas, o aumento da mobilidade e das atividades presenciais. A Indústria (0,8%) também teve um resultado positivo no 3º trimestre, impulsionada mais uma vez pela Construção Civil (1,1%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (0,6%).

Apesar dos juros mais elevados, os lançamentos de imóveis e as concessões feitas no passado recente, bem como o contexto eleitoral favoreceram o primeiro segmento; já o segundo é beneficiado pela melhora do regime pluviométrico e menor despacho de termelétricas (que têm custo mais elevado, portanto maior consumo intermediário e menor valor adicionado). A Agropecuária (-0,9%), por sua vez, piorou em relação ao trimestre anterior principalmente por conta de cana-de-açúcar e mandioca, culturas que têm safra relevante no 3º trimestre. Com o fim das políticas fiscais de estímulo, juros em campo restritivo e recessão da economia global, espera-se que o PIB sofra desaceleração nos próximos trimestres.

	4º Tri 2021	1º Tri 2022	2º Tri 2022	3º Tri 2022
PIB Total	0,86	1,35	0,98	0,40
Agropecuária	4,68	0,15	0,12	-0,89
Indústria	-0,33	0,76	1,66	0,78
Serviços	0,94	1,03	1,28	1,08

Tabela 1: Produto Interno Bruto do Brasil – variação trimestral (%)
Fonte: IBGE | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

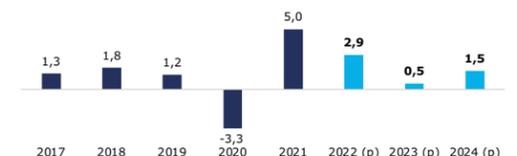


Gráfico 15: PIB Brasileiro (var. %)
Fonte: LCA Consultores
Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

Cenário Nacional – Política Fiscal

No mês de novembro/2022, o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) apresentou um déficit primário de R\$ 14,7 bilhões (acima da mediana das expectativas de mercado, em um déficit de R\$ 13,8 bilhões), frente a um superávit de R\$ 4,2 bilhões em novembro/2021.

O setor público consolidado, em novembro, apresentou um déficit primário de R\$ 20,1 bilhões, fruto dos resultados do governo central e dos governos regionais, enquanto as empresas estatais registraram avanço. No acumulado de 12 meses, o superávit primário do setor público consolidado ficou em cerca de 1,4% do PIB.

Conforme o gráfico 18, espera-se que o setor público consolidado apresente superávit em 2022, mas com um quadro deficitário para 2023 em diante. Em relação à dívida bruta, espera-se uma queda para níveis abaixo de 80% do PIB, mas que retorne a uma trajetória ascendente nos próximos anos, indicando um possível cenário de risco fiscal, o que pode impactar negativamente os juros e a atividade econômica do país.

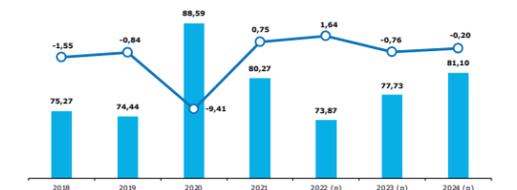


Gráfico 18: Dívida Bruta e Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% PIB)
Fonte: Banco Central e LCA Consultores | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos

Cenário Nacional – Política Monetária

Com uma variação mensal de 0,62% em dezembro de 2022, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano passado com uma inflação de 5,75%, representando uma redução de 42% em relação ao ano de 2021. Contudo, o Bacen, possivelmente emitirá outra Carta Aberta à sociedade justificando o não cumprimento da meta monetária estipulada em 3,50% a.a.

O acumulado em 12 meses foi explicado pela alta dos grupos Vestuário (18,02%); Alimentação e Bebidas (11,64%); e Saúde e Cuidados Pessoais (11,43%). Apenas Comunicação (-1,02%) e Transportes (-1,29%) apresentaram deflação. Destaca-se que o recuo do indicador para Transportes foi impactado pela desoneração dos impostos promovido pelo executivo federal.

Em relação à variação mensal (nov-dez), a totalidade dos grupos do indicador apresentaram alta, com destaque para saúde e cuidados pessoais (1,60%), seguido de: Vestuário (1,52%); e Alimentação e Bebidas (0,66%), grupos estes que responderam por aproximadamente 42% do IPCA naquele mês de 2022.

Em projeções internas, a curva de inflação para 2023 mostra que o IPCA fechará em 5,35% a.a.

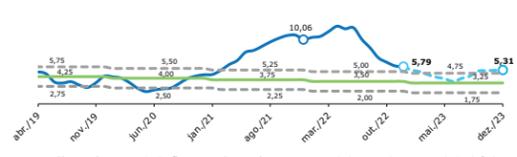


Gráfico 19: Índice Preços ao Consumidor Amplo – Acumulado 12 meses (%).
Fonte: IBGE e projeções da GECEEN. | Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN.

Em virtude dos elevados índices de preços no Brasil, a política monetária do Banco Central atua em campo restritivo. Todavia, ao que tudo indica, chegamos ao fim do ciclo de aumentos na Selic Meta.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro/22, foi decidido pela manutenção da taxa básica de juros, permanecendo no atual patamar de 13,75% a.a. Como as expectativas do IPCA apontam para a inflação encerrando 2023 fora do regime de metas, é esperado que a Selic Meta se mantenha acima de dois dígitos durante todo o período em análise, como demonstra o gráfico 20.

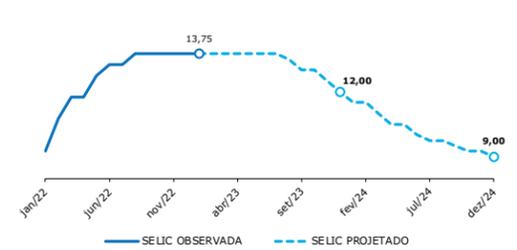


Gráfico 20: Taxa Selic Meta (% a.a.)
Fonte: Supra/Geceen
Elaboração: Gerência de Pesquisas e Cenários Econômicos – GECEEN

Cenário setorial

Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a indústria de fundos de investimento fechou o ano de 2022 com captação líquida negativa em R\$ 162,9 bilhões no ano, a pior captação líquida desde 2004 e apenas o segundo ano de saída líquida no histórico da indústria. O outro ano com resgate líquido foi 2008 (Crise nos EUA).

Em termos de patrimônio, a indústria cresceu 7,1%, dada a valorização das carteiras. Tivemos, porém, um ano bastante desafiador na captação, com uma quantidade relevante de recursos dos investidores saindo dos fundos, contrariando as previsões do início de 2022.

O resultado negativo na captação líquida foi puxado, principalmente, pelas categorias de renda fixa, com resgates líquidos de R\$ 48,9 bilhões no ano (contra captação positiva de R\$ 232,7 bilhões em 2021), de ações e multimercados, com saídas líquidas de R\$ 70,5 bilhões e de R\$ 87,6 bilhões, respectivamente (em 2021, essas classes tiveram aportes de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 68,8 bilhões, na mesma ordem).

O número de contas de investidores subiu de 30,8 milhões, em 2021, para 34,5 milhões até novembro do ano passado, com alta de 11,9%. O destaque é para os fundos estruturados: os FIPs (Fundos de Investimento em Participação) tiveram aumento de 127,8% da base de investidores de um ano para o outro, seguidos dos FIIs (Fundos Imobiliários), com 49,9% e dos FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), com 23,9%. A quantidade total de fundos também passou de 26.085 para 28.866, o que representa avanço de 10,7%.

Com a disseminação de informações acerca de como investir e o fácil acesso às plataformas de investimentos, muitos brasileiros têm alocado seus recursos diretamente em papéis, dispensando a utilização do veículo fundos de investimento, ratificado pela verificação do aumento do número de investidores frente à redução de captação em fundos observada em 2022, com destaque para os altos rendimentos que os títulos públicos e privados têm obtido em face do alto patamar da taxa Selic, que serve de base para a maioria dos papéis de renda fixa.

Principais ações no período

Plataforma de Investimentos

O patrimônio custodiado nas Plataformas BRB Investimentos atingiu o montante de R\$ 450 milhões, o que representa uma captação líquida de R\$ 435 milhões em 2022 e um aumento de 148% em comparação a posição ao final do 1º Semestre de 2022.

Em 2022, a BRB DTVM teve aumento de 125% na quantidade de contas abertas na plataforma, alcançando o patamar de 22.884 contas no fechamento do ano.

Por meio da Plataforma, é possível que os clientes do BRB apliquem em mais de 600 produtos de investimento, inclusive no exterior, de previdência, home broker, tesouro direto, dentre outros. Destaca-se, ainda, a disponibilização do Fundo BRB FIRF IMA-S Longo Prazo na Plataforma de Investimentos, possibilitando a expansão do seu público-alvo.

PL Administrado

A BRB DTVM finalizou o ano de 2022 com um Patrimônio Líquido administrado de R\$ 3,32 bilhões, sendo que R\$ 2,09 bilhões foram de fundos abertos, destaque especial para o Fundo de Movimentação Automática, se consolidando como um dos principais fundos ofertados na rede do Banco, encerrando o período com um PL de R\$ 956 milhões.

Esse patrimônio está distribuído dentre os 19.155 clientes. Ao todo, o número de clientes em fundos e plataformas de investimento chegou em 42.039, representando aumento de 28% em relação ao 1º semestre de 2022.

Comunicação

No 1º semestre de 2022 foi criado podcast Minuto do Investimento, no Instagram, no canal oficial do BRB. O conteúdo disponibiliza informações dos principais acontecimentos do mercado financeiro, diariamente.

Além da presença digital, também foi desenvolvido o BRB Talks Investimentos, com o intuito de gerar interação com o público de alta renda, clientes do BRB, posicionando o Banco, também, como agente de relacionamento de investimentos.

Negociação de Produtos de Investimentos

Por meio da mesa de operações da BRB DTVM e das Plataformas de Investimento, foram negociados mais de R\$ 300 milhões em produtos de tesouraria de emissão do BRB, inclusive gerando liquidez para os títulos no mercado secundário.

Produtos de Investimentos

A BRB DTVM, via plataforma de investimento, disponibilizou pela primeira vez aos seus clientes um fundo de investimento imobiliário do agronegócio, o FIAGRO. O objetivo do fundo é investir em ativos do setor de agronegócio, que representa 27% do PIB do Brasil. Um dos principais atrativos do fundo é a isenção de impostos de renda sobre os lucros distribuídos mensalmente aos cotistas.

Outro produto oferecido via plataforma de investimentos foi o Genial Eletrobrás Fundo de Mútuo de Privatização (FMP) FGTS, através do qual os clientes da plataforma de investimentos poderiam aplicar até 50% do seu saldo do FGTS em ações da oferta pública de privatização da Eletrobrás. O produto possibilita diversificar a alocação dos recursos do FGTS e buscar um rendimento acima da remuneração do fundo, que é 3% a.a. + TR.

Destques

A BRB DTVM recebeu dois prêmios no Guia FGV de Fundos de Investimento 2022, a de melhor gestora de recursos de fundos de investimento de renda fixa na categoria Alta Renda e Money Market, no grupo de gestores de nicho. Na primeira categoria os fundos destaques foram o BRB Capital FIC FIRF LP e BRB FIC FIRF DI Longo Prazo 1 Milhão. Já na outra categoria, os destaques foram o BRB Mais e o BRB Simples Tesouro FIC FI.

No ranking veiculado pelo Portal Terra, o fundo de investimentos BRB Petrovale, também administrado e gerido pela BRB DTVM, alcançou a primeira colocação no país devido a sua rentabilidade em 2022. A análise foi desenvolvida pela Luz Soluções Financeiras, empresa com mais de 20 anos de atuação no mercado financeiro e considerou o desempenho de mais de 264 fundos de ações e de 429 fundos de renda fixa.

No 1º Semestre de 2022 foi realizada a venda de ativo estressado que compunha a carteira de títulos e valores mobiliários da BRB DTVM. O ativo estava inadimplido desde 2020 e, ao longo desse período, seus credores buscaram inúmeras alternativas para a recuperação do crédito e a retomada dos pagamentos com o objetivo de preservar o patrimônio da DTVM.

Principais Resultados

Resultado Operacional

O ano de 2022 encerrou com um resultado operacional de R\$ 14,1 milhões, um crescimento de 130% na comparação com o mesmo período do ano anterior.



Resultado da Intermediação Financeira

O resultado de tesouraria variou 221%, positivamente, em relação ao ano anterior, acumulando R\$ 8,3 milhões no ano. O resultado se deu principalmente pelo aumento na Selic, captação e elevação do patrimônio da carteira e, venda de ativo estressado.

Receita com Prestação de Serviços - RPS

O ano de 2022 encerrou com produção de R\$ 18,5 milhões em receitas com prestação de serviços, crescimento de 43% na comparação com 2021, decorrente, principalmente da elevação do patrimônio administrado dos fundos.

Receita com prestação de serviços

Correio Braziliense • Brasília, sábado, 22 de abril de 2023



BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 33.850.686/0001-69



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
DISPONIBILIDADES	5	172	130	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9	7.805	6.280
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		55.512	47.644	Sociais e estatutárias	9b	1.951	919
Aplicações interfinanceiras	5	14.258	157	Valores a pagar a sociedades ligadas	9a	1.196	2.438
Títulos e valores mobiliários	6a	34.363	37.577	Outras	9c	4.658	2.923
Outros instrumentos financeiros	6b	6.891	9.910	PROVISÕES	10	3.129	2.677
OUTROS ATIVOS	7	3.690	2.572	OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	12	82	767
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		-	(1)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	57.025	50.789
IMOBILIZADO DE USO	8	88	88	Capital		40.000	40.000
DEPRECIÇÃO	8	(85)	(84)	Reservas de lucros		16.947	10.758
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	12b	8.664	10.164	Outros resultados abrangentes		78	31
TOTAL DO ATIVO		68.041	60.513	TOTAL DO PASSIVO		68.041	60.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	NOTA	2º semestre	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.185	8.259	2.570
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		-	-	143
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6a	3.185	8.259	2.427
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.185	8.259	2.570
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		121	5.861	4.637
Receitas de prestação de serviços	13a	8.711	18.512	12.945
Despesas de pessoal	13b	(1.334)	(2.721)	(3.262)
Outras despesas administrativas	13c	(6.608)	(12.481)	(13.407)
Despesas tributárias		(1.005)	(2.259)	(1.821)
Outras receitas operacionais	13d	539	5.273	10.786
Outras despesas operacionais	13e	(182)	(463)	(604)
DESPESAS DE PROVISÕES		-	-	(1.080)
Outras		-	-	(1.080)
RESULTADO OPERACIONAL		3.306	14.120	6.127
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-	-	(41)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		3.306	14.120	6.086
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(519)	(4.906)	(2.487)
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	13f	(488)	(1.098)	(350)
RESULTADO LÍQUIDO		2.299	8.116	3.249
N.º DE AÇÕES		1.000.000	1.000.000	1.000.000
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) (R\$)		2,30	8,12	3,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	2º semestre	31.12.2022	31.12.2021
Resultado do período	2.299	8.116	3.249
Outros resultados abrangentes	21	47	31
Ganhos/perdas de ativos disponíveis para venda próprios	29	80	55
Efeito fiscal TVM	(8)	(33)	(24)
Total do Lucro Abrangente	2.320	8.163	3.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS DE LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
Saldos em 31.12.2020	40.000	2.678	5.603	-	-	48.281
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	31	31
Lucro líquido	-	-	-	3.249	-	3.249
Destinações:						
Reserva legal	-	162	-	(162)	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	2.315	(2.315)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	(272)	-	(272)
Dividendos propostos	-	-	-	(500)	-	(500)
Saldos em 31.12.2021	40.000	2.840	7.918	-	31	50.789
Mutações no período	-	162	2.315	-	31	2.508
Saldos em 31.12.2021	40.000	2.840	7.918	-	31	50.789
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	47	47
Lucro líquido	-	-	-	8.116	-	8.116
Destinações:						
Reserva legal	-	406	-	(406)	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	5.783	(5.783)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	(1.381)	-	(1.381)
Dividendos propostos	-	-	-	(546)	-	(546)
Saldos em 31.12.2022	40.000	3.246	13.701	-	78	57.025
Mutações no período	-	406	5.783	-	47	6.236
Saldos em 30.06.2022	40.000	3.131	12.063	-	57	55.251
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	21	21
Lucro líquido	-	-	-	2.299	-	2.299
Destinações:						
Reserva legal	-	115	-	(115)	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	1.638	(1.638)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(546)	-	(546)
Saldos em 31.12.2022	40.000	3.246	13.701	-	78	57.025
Mutações no período	-	115	1.638	-	21	1.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	NOTA	31.12.2022	31.12.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		14.120	6.086
LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS		14.120	6.086
Depreciações	8	1	1
Provisão para contingências		-	1.080
Despesa com atualizações	10	452	266
Créditos tributários		33	24
Participação no Lucro		(1.098)	(350)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		13.508	7.107
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		2.562	(29.688)
Instrumentos financeiros		6.280	(27.873)
Outros ativos		(1.118)	(1.857)
Outras obrigações		1.524	1.828
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(4.124)	(1.786)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.070	(22.581)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(1.927)	(772)
Dividendos pagos		(1.927)	(772)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(1.927)	(772)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		14.143	(23.353)
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		14.143	(23.353)
Início do período	5	287	23.640
Fim do período	5	14.430	287
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		14.143	(23.353)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	2º semestre	%	31.12.2022	%	31.12.2021	%
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.646		19.101		11.171	
Receitas da intermediação financeira	3.185		8.259		2.570	
Receitas de prestação de serviços	8.711		18.512		12.945	
Outras receitas/despesas operacionais	(5.931)		(7.008)		(3.832)	
Outras receitas e despesas	-		-		(41)	
Serviços de terceiros	(319)		(662)		(471)	
VALOR ADICIONADO	5.646		19.101		11.171	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.646		19.101		11.171	
Despesas depreciação	(1)		(1)		(1)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.645		19.100		11.170	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Remuneração do trabalho (pessoal)	1.615	29	3.369	18	3.061	27
Salários e honorários	997		1.997		2.450	
Benefícios, encargos sociais e treinamento	130		274		261	
Participações no lucro	488		1.098		350	
Remuneração do governo	1.731	30	7.615	40	4.860	44
INSS sobre salários	207		450		552	
Despesas tributárias	1.006		2.259		1.821	
Imposto de Renda/Contribuição Social	518		4.906		2.487	
Remuneração dos acionistas	2.299	41	8.116	42	3.249	29
Juros sobre capital próprio/dividendos	546		1.927		-	
Lucro retido	1.753		6.189		3.249	
VALOR DISTRIBUÍDO	5.645	100	19.100	100	11.170	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Correio Braziliense • Brasília, sábado, 22 de abril de 2023



BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 33.850.686/0001-69



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto operacional

A BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB DTVM) é uma Instituição Financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A., com sede no Centro Empresarial CNC Setor de Autarquias Norte, Quadra 5 Lote C, Bloco C, 2º andar, em Brasília - DF, autorizada a operar com a distribuição de títulos e valores mobiliários, operações no mercado financeiro e de capitais, incluindo a administração de carteiras de investimentos, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e administração de fundos.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (n.º 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009), Lei do Sistema Financeiro Nacional (n.º 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN n.º 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e, por meio da Resolução BCB n.º 2/2020, estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01.01.2021, de maneira prospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da BRB DTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A BRB DTVM revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN n.º 4.924/2021;

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN n.º 4.524/2016;

- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN n.º 4.818/2020;

- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN n.º 4.534/2016;

- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN n.º 4.818/2020;

- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN n.º 3.989/2011;

- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;

- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN n.º 4.818/2020;

- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN n.º 3.823/2009;

- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN n.º 4.535/2016;

- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN n.º 4.877/2020;

- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução BCB n.º 2/2020;

- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN n.º 4.924/2021; e

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Resolução CMN n.º 4.924/2021.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Conselho de Administração do controlador em 10 de março de 2023.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. Os créditos tributários, independentemente de sua expectativa de realização, são classificados no ativo não circulante.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na nota 4.

A apresentação das contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial é baseada na liquidez e na exigibilidade. O montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para os itens apresentados no ativo e no passivo é evidenciada em nota explicativa.

b) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da BRB DTVM são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BRB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

e) Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos de disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e as aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de contratação seja inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor justo, que são gerenciados pela BRB DTVM para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

f) Instrumentos financeiros

l - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são as operações compromissadas avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. O valor de mercado das aplicações interfinanceiras de liquidez, tanto pós quanto prefixadas, é o mesmo do custo acrescido dos rendimentos.

II - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial. Eles são classificados em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente embora possam vir a serem negociados. Estes títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado;

- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias e que não sejam prováveis de serem recuperadas, são refletidas no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;

- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na B3;

- Na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;

- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo.

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

- As obrigações legais (fiscais e previdenciárias): são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativo e Passivo), PIS, Cofins e ISS

Calculados às alíquotas a seguir demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	15,00% / 16,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	Até 5,00%

(1) A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota aplicada à BRB DTVM foi de 15% conforme disposto na Lei n.º 14.183 de 14.07.2021, que alterou o artigo 3º da Lei n.º 7.689 de 15.12.1988. Entre agosto e dezembro de 2022 as alíquotas de 15% das empresas financeiras irão aumentar em 1 ponto percentual, conforme disposto na Medida Provisória n.º 1.115 de 28.04.2022.

São constituídos créditos tributários para:

- Diferenças temporárias - alíquota de 25% referente ao IRPJ e de 15% para a CSLL;

- Prejuízo fiscal de imposto de renda - alíquota de 25%;

- Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido - alíquota de 15%.

Os créditos tributários de diferenças temporárias são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e avaliações da Administração, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.842/2020.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15%).

m) Patrimônio líquido

Capital social: as ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social, totalmente integralizado e dividido em 1.000.000 (um milhão de ações).

Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinada para constituição de reserva legal, limitado a 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial: Ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB n.º 2/2020.

Nota 4 - Segregação do balanço em curto e longo prazo

ATIVO	Nota	31.12.2022		31.12.2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
DISPONIBILIDADES	5	172	-	130	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		21.027	34.485	28.219	19.425
Aplicações interfinanceiras	5	14.258	-	157	-
Títulos e valores mobiliários	6a	110	34.253	22.816	14.761
Outros instrumentos financeiros	6b	6.659	232	5.246	4.664
OUTROS ATIVOS	7	3.631	59	2.236	336
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		-	-	-	(1)
IMOBILIZAÇÃO DE USO	8	-	88	-	88
DEPRECIÇÃO	8	-	(85)	-	(84)
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	12b	-	8.664	-	10.164
TOTAL DO ATIVO		24.830	43.211	30.585	29.928

PASSIVO	Nota	31.12.2022		31.12.2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9	7.768	37	5.429	851
Sociais e estatutárias	9b	1.951	-	203	716
Valores a pagar a sociedades ligadas	9a	1.196	-	2.438	-
Outras	9a	4.621	37	2.788	135
PROVISÕES	10	-	3.129	-	2.677
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	12	-	82	-	767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	-	57.025	-	50.789
Capital	-	-	40.000	-	40.000
Reservas de lucros	-	-	16.947	-	10.758
Outros resultados abrangentes	-	-	78	-	31
TOTAL DO PASSIVO		7.768	60.273	5.429	55.084

Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades (nota 16)	172	130
Equivalentes de caixa (1)	14.258	157
Aplicações em operações compromissadas (nota 16)	14.258	157
Total	14.430	287

(1) Refere-se às operações com vencimento de curto prazo cujo prazo de contratação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 6 - Instrumentos financeiros

a) Títulos e valores mobiliários

a.1. Resumo

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos disponíveis para venda	110	34.253	22.816	13.805
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	956
Total	110	34.253	22.816	14.761

Os títulos da carteira da BRB DTVM estão custodiados em conta de custódia própria sendo os títulos públicos registrados na Selic e os títulos privados na Cetip.

a.2. Composição por carteira

	31.12.2022			31.12.2021		
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil
Carteira própria	34.261	102	34.363	37.522	55	37.577
Total	34.261	102	34.363	37.522	55	37.577

a.3. Composição e prazos nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

Vencimento em dias	31.12.2022				31.12.2021			
	Valor contábil		Total		Valor contábil		Total	
	Sem venc.	Acima de 1 ano	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Contábil	Custo Corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Contábil
Títulos disponíveis para venda	110	34.253	34.261	102	34.363	36.566	55	36.621
Letras Financeiras do Tesouro	-	34.253	34.151	102	34.253	36.490	55	36.545
Fundo de Investimento Banco da Amazônia	110	-	110	-	110	76	-	76
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	956	-	956
Debêntures (1)	-	-	-	-	-	956	-	956
Total	110	34.253	34.261	102	34.363	37.522	55	37.577

(1) Debênture do Correio Braziliense liquidada em 13.06.2022

A respeito do Fundo de Investimento Banco da Amazônia (Finam), não se vislumbra a possibilidade de negociação do ativo no curto prazo, haja vista as condições de mercado não favoráveis. Desta forma, em 2021, de acordo com a Circular Bacen n.º 3.068/2001, houve a reclassificação para que o ativo seja registrado como "disponível para a venda" e não mais "livre negociação".

Em junho de 2020, considerando a Circular Bacen n.º 3.068/2001, houve reclassificação da debênture CRBZ11 cujo emissor é o Correio Braziliense S.A., passando o título de "disponível para venda" para "mantido até o vencimento". O movimento foi realizado em alinhamento com a estratégia do Controlador da BRB-DTVM que a época aguardaria o vencimento do instrumento, não havendo intenção de venda. Destaca-se que a época o índice de GAP, quanto ao fluxo de caixa acumulado contratado e acumulado, demonstrava capacidade para manutenção do TVM até o vencimento em 25.05.2023.



**BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ 33.850.686/0001-69



Em junho de 2022, a classificação foi alterada para "disponível para venda" em face de potencial negociação do ativo na qual, por meio de estudos internos, foi desenhada a vantagem de alienação das debêntures.
Em 13.06.2022, ocorreu a venda das Debêntures - CRBZ11 - pertencentes à carteira própria da BRB DTVM pelo valor de R\$ 4.242, nos termos da decisão autorizada pelo Conselho de Administração em sua 780ª reunião de 23.05.2022. A operação gerou um resultado positivo de R\$ 3.015 após impostos e despesas dedutíveis.

a.4. Títulos e valores mobiliários por nível de hierarquia de valor justo

	31.12.2022	31.12.2021
Nível 1 - valor de mercado	34.363	36.621
Ativos financeiros disponíveis para venda	34.363	36.621

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Caso fossem mensurados a valor justo (nível 1), teriam valor de R\$ 956 em 2021, não havendo saldo em 2022.

Os critérios utilizados para fins de precificação dos títulos da Carteira da BRB DTVM a valor justo foram:

Para os Títulos Públicos Federais, foi utilizado o critério de preço de mercado divulgado pela Anbima para a data de 31.12.2022 com a marcação a mercado de cada título. Esses preços representam efetivamente os valores dos negócios com os Títulos Públicos Federais contidos na Carteira da BRB DTVM na data mencionada.

a.5 Resultado de operações com instrumentos financeiros

	2º semestre	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 16)	940	1.135	557
Títulos de rendas fixa (1)	2.245	7.124	865
Títulos de renda variável	-	-	1.005
Total	3.185	8.259	2.427

(1) Em 2022, refere-se majoritariamente ao resultado com títulos de renda fixa devido à venda das debêntures do Correio Braziliense, conforme descrito na nota 6a.3.

b) Outros instrumentos financeiros

b.1. Resumo

	31.12.2022	31.12.2021
Rendas a receber (nota 6b.2)	1.881	5.192
Negociação e intermediação de valores (nota 6b.3)	24	24
Devedores por depósitos em garantia (nota 6b.4)	4.986	4.694
Total	6.891	9.910

b.2. Rendas a receber

	31.12.2022	31.12.2021
Comissões e corretagens	-	84
Taxa de administração de fundos de investimentos	1.726	1.799
Taxa de custódia	155	150
Parceria negocial (1)	-	3.159
Total	1.881	5.192

(1) Em 2021, refere-se majoritariamente aos valores a receber decorrente da parceria estratégica junto à Genial Investimentos (nota 18b).

b.3. Negociação e intermediação de valores

	31.12.2022	31.12.2021
Negociação e intermediação de valores	24	24
Total	24	24

b.4. Devedores por depósitos em garantias

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais (Contribuição Social)	232	220
Fiscais (Pis e Cofins)	4.106	3.869
Cíveis	648	605
Total	4.986	4.694

São depósitos judiciais de recursos fiscais, trabalhistas e cíveis, que estão sendo questionados judicialmente e encontram-se aprovacionados em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

Nota 7 - Outros ativos

a) Resumo

	31.12.2022	31.12.2021
Outros créditos (nota 7b)	3.690	2.571
Investimentos	-	1
Total	3.690	2.572

b) Outros créditos

b.1. Impostos e contribuições a compensar

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda a compensar (1)	2.149	1.241
CSLL a compensar (1)	1.217	841
ISS a compensar	27	27
IOF a compensar	-	4
Total	3.393	2.113

(1) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda (IR) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados a partir da base de cálculo estimada e recolhidos mensalmente.

b.2. Diversos

	31.12.2022	31.12.2021
Pagamentos a ressarcir	60	331
Antecipação de PLR aos administradores	187	23
Valores a receber - sociedades ligadas (nota 16)	50	100
Devedores diversos - país	-	4
Total	297	458

Nota 8 - Imobilizado de Uso

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31.12.2022	31.12.2021
Instalações, móveis e equipamentos de uso	0% a 10%	73	(70)	3	4
Sistema de comunicação e segurança	10%	3	(3)	-	-
Sistemas de processamento de dados e transporte	20%	12	(12)	-	-
Total		88	(85)	3	4

b) Movimentação dos ativos imobilizados

	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Móveis e equipamentos de uso	10%	73	-	-	-	73
Sistema de processamento de dados	20%	12	-	-	-	12
Sistema de comunicação e segurança	20%	3	-	-	-	3
Subtotal	-	88	-	-	-	88
Depreciação acumulada	-	(84)	(1)	-	-	(85)
Total	-	4	(1)	-	-	3

Nota 9 - Outras obrigações

a) Resumo

	31.12.2022	31.12.2021
Sociais e Estatutárias (nota 9b)	1.951	919
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 16)	1.196	2.438
Outras	4.658	2.923
Fiscais e previdenciárias (nota 9c.1)	4.417	2.108
Negociação de intermediação e valores	28	421
Diversas (nota 9c.2)	213	394
Total	7.805	6.280

b) Sociais e estatutárias

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos e bonificações a pagar (nota 16)	546	272
Provisão para participação nos lucros	919	325
Gratificações e participações a pagar (1)	486	322
Total	1.951	919

(1) Trata-se de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos Administradores relativa aos exercícios de 2019 e de 2021.

c) Outras

c.1. Fiscais e previdenciárias

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições sobre salários	109	155
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8	3
Impostos e contribuições - outros	175	164
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.125	1.786
Total	4.417	2.108

c.2. Diversas

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão - pagamentos a efetuar (1)	213	370
Pendências a regularizar	-	24
Total	213	394

(1) Trata-se de provisionamento para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos Administradores.

Nota 10 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A BRB DTVM é parte em processos fiscais, que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

A Administração da BRB DTVM entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos contenciosos.

a) Contingências de risco provável e Obrigações Legais

Natureza	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2022
Cíveis (a.1)	2.455	-	-	-	442	2.897
Subtotal	2.455	-	-	-	442	2.897
Fiscais - CSLL (a.2)	222	-	-	-	10	232
Subtotal	222	-	-	-	10	232
Total	2.677	-	-	-	452	3.129

Existem dois processos, um de natureza fiscal e outro de natureza cível com provisão constituída, conforme informações acima, cujas contingências classificadas como risco de perda "provável" tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza:

a.1. Provisões cíveis

Em 21.05.2020 foi constituída provisão para o Processo Cível no qual os clientes Manchester Serviços LTDA, Observe Tecnologia e Serviços LTDA, Harpia Locação de Veículos e Equipamentos LTDA, Harpia Negócios Imobiliários e Serviços LTDA, Unitrans Mudanças e Transportes EIRELI, Laura Castro Aves Neves e Maria Teresa de Castro Alves Neves ingressaram com ação judicial contra a BRB DTVM e BRB Banco requerendo reparação material pelos prejuízos causados pelo investimento realizado por meio dos fundos nos quais aplicavam (Fundos BRB DI 1 milhão e BRB DI 100 mil), junto ao Hotel LSH (FIP e debêntures). Os cotistas alegam em sua peça que as lâminas dos fundos em que investiam indicavam que não haveria aplicação em crédito privado. Informou ainda que a alegação dos cotistas foi aceita pelo juiz eis que a sentença consigna violação à política de investimento contida nas lâminas dos fundos.

a.2. Provisões fiscais

A BRB DTVM discutia judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), por meio da ação Ordinária, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulava a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras. Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, a empresa requereu a conversão de parte dos depósitos em rendas da União e levantamento do saldo remanescente.

a) Contingências de risco possível

Natureza	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	3	39.798	3	35.677
Total	3	39.798	3	35.677

Para as ações promovidas contra a BRB DTVM cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3k.

Os processos de natureza cível promovidos contra a BRB DTVM cuja probabilidade de perda está definida como possível, referem-se a ações envolvendo pedido de devolução de valores referentes a aquisição de cotas de fundos de investimento.

Nota 11 - Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações

	31.12.2022	31.12.2021
Ordinárias	1.000.000	1.000.000
Total	1.000.000	1.000.000

O Capital Social é de R\$ 40.000, totalmente integralizado e dividido em 1.000.000 de ações ordinárias nominativas com direito a voto, sem valor nominal. O acionista majoritário, BRB - Banco de Brasília S.A., detém 99% das ações ordinárias e a sua subsidiária integral BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. possui 1%.

b) Base de cálculo dos dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do período	8.116	3.249
Reserva legal	406	162
Base de cálculo de dividendo	7.710	3.087
Dividendos pagos antecipadamente	1.381	272
Dividendos propostos	546	500
Reserva para margem operacional	5.783	2.315

Nota 12 - Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstrativo da apuração do imposto de renda e da contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes do IR, CSLL e participações	14.120	6.086
Participações nos lucros	(1.098)	(350)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.022	5.736
Aliquotas vigentes	41%	45%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.339)	(2.581)
Efeitos tributários		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	242	(306)
Efeito da Majoração da CSLL	(102)	376
Outros Valores (1)	293	24
Valor devido de imposto de renda e contribuição social corrente	(4.124)	(1.786)
Passivo Fiscal Diferido	718	(43)
Ativo Fiscal Diferido	(1.500)	(658)
Valor devido de imposto de renda e contribuição social	(4.906)	(2.487)

(1) Efeito da alíquota adicional do IRPJ.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisões cíveis	981	177	-	1.158
Provisões fiscais	1	-	-	1
Desvalorização de títulos livres	8.849	-	(1.496)	7.353
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1	-	-	1
Outras	141	156	(145)	152
Total Diferenças Intertemporais	9.973	333	(1.641)	8.665
Prejuízo Fiscal do IR 25%	103	-	(103)	-
Base Negativa da CSLL	88	-	(89)	(1)
Total	10.164	333	(1.833)	8.664

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social

Estimativa de realização do crédito tributário	Diferenças Intertemporais	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	TVM	Total
2023	1.288	-	-	-	1.288
2024	11	-	-	-	11
2025	6	-	-	-	6
2026	6	-	-	-	6
2027	-	-	-	-	-
2028 a 2032	7.354	-	(1)	-	7.353
Total	8.665	-	(1)	-	8.664

d) Passivo Fiscal Diferido

	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
TVM	24	93	(60)	57
Diferenças Intertemporais	743	86	(804)	25
Total	767	179	(864)	82

Nota 13 - Receitas e despesas

a) Receitas de prestação de serviços

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Rendas de administração e gestão de fundos de investimentos	7.821	16.736	11.668
Serviços de custódia e corretagem	890	1.776	1.277
Total	8.711	18.512	12.945

b) Despesas de pessoal

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de pessoal			



**BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ 33.850.686/0001-69



c) Outras despesas administrativas

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de processamento de dados	(62)	(119)	(1.151)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(74)	(151)	(138)
Despesas de serviços de terceiros	(100)	(200)	(5)
Despesas de serviços técnicos especializados	(128)	(245)	(166)
Despesas de amortização e depreciação	(1)	(1)	(2)
Ressarcimento de despesas administrativas ao Banco (1)	(6.070)	(11.245)	(11.357)
Contribuição a entidades associativas	(66)	(131)	(134)
Outras despesas administrativas	(107)	(389)	(454)
Total	(6.608)	(12.481)	(13.407)

(1) Ressarcimento de outras despesas administrativas efetuadas ao BRB – Banco de Brasília S.A., referente a cessão de pessoal, incluído PLR, e uso da infraestrutura, conforme convênio firmado entre as partes (nota 16).

d) Outras receitas operacionais

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de encargos e despesas	361	671	1.528
Reversão de provisões operacionais	1	6	28
Atualização - depósito judicial	159	292	172
Atualização de tributos	18	36	4
Receita com parcerias negociais (1)	-	4.268	9.054
Total	539	5.273	10.786

(1) Receitas decorrentes da parceria estratégica firmada junto à Genial Investimentos com o objetivo de reformular sua estratégia de distribuição de investimentos para clientes pessoas físicas e institucionais em todos seus canais de distribuição (nota18b).

e) Outras despesas operacionais

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Atualização monetária de riscos fiscais	(6)	(10)	(4)
Atualização monetária de litígios cíveis	(165)	(442)	(262)
Outras	(11)	(11)	(338)
Total	(182)	(463)	(604)

f) Participação no lucro

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Participação no lucro	(488)	(1.098)	(350)
Total	(488)	(1.098)	(350)

Nota 14 – Resultado recorrente

A seguir, os eventos não recorrentes que impactaram no resultado líquido.

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido contábil	2.299	8.116	3.249
Eventos não recorrentes	(805)	(3.276)	(5.029)
Receita com parcerias negociais (nota 13d)	-	(4.268)	(9.055)
Autuação	-	150	532
Indébito	(805)	(805)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (1)	-	1.647	3.494
Resultado líquido recorrente	1.494	4.840	(1.780)

(1) Efeito tributário sobre os eventos não recorrentes.

Nota 15 – Gestão de risco e gestão de capital

O gerenciamento de risco e a gestão do capital da BRB DTVM são realizados pelo controlador para o conglomerado prudencial.

Nota 16 - Transações com partes relacionadas

a) Com o controlador

As transações com partes relacionadas são efetuadas em comutatividade aos valores, aos prazos e às taxas médias vigentes nas respectivas datas, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão resumidas a seguir:

Ativos	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Disponibilidade (nota 5)	172	-	130	-
Operações compromissadas (nota 5 e 6a.5)	14.258	195	157	557
Outros créditos (nota 7b.2)	50	-	100	-

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Resultado			
Receitas			
Outras receitas operacionais	299	609	1.496
Despesas			
Outras despesas administrativas (nota 13c) (1)	(6.070)	(11.245)	(11.357)

(1) Corresponde ao ressarcimento de custos administrativos relativos a pessoal, estagiários, cedidos pelo controlador e demais despesas administrativas (tais como, processamento de dados) necessárias para a manutenção das atividades da BRB DTVM.

b) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros da Diretoria Colegiada da BRB-DTVM, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional. Para o período de maio de 2021 a abril de 2022, foi fixado em R\$ 4.792.396,71 mais encargos de R\$ 1.274.940,94. De maio de 2022 a abril de 2023, foi fixado em R\$ 2.702.289,52 mais encargos de R\$ 739.651,50.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta pelo Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Instituição, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 4 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 486.175,65 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial (R\$ 322.233,75 em 2021).

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias e ao Conselho Fiscal:

	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração fixa	(1.997)	(2.450)
Remuneração variável	(404)	(75)
Total	(2.401)	(2.525)

Nota 17 - Administração de recursos de terceiros

A BRB DTVM administra diversos fundos de investimentos, cujo patrimônio líquido total combinado é (FICs e Máster) de R\$ 3.320 mil (R\$ 3.289 mil em 31.12.2021), que gerou rendas de administração e gestão de fundos de Investimentos de R\$ 16.763 (R\$ 11.668 em 31.12.2021) registrada em "Rendas de administração e gestão de fundos de investimentos" (Nota 13a).

Nota 18 - Outras informações

a) Investigações em andamento

Conforme divulgado em fato relevante, no dia 29.01.2019 foi deflagrada a operação *Circus Maximus*, na qual o Ministério Público Federal apurava suposto esquema de pagamento de propinas a ex-diretores do BRB. Tal operação teve como objetivo a apuração de irregularidades em fundos de investimentos ocorridas em empresas que compõem o conglomerado BRB. Dentre os denunciados, foram incluídos antigos gestores do BRB – Banco de Brasília e de suas empresas, o que justificou a necessidade de instauração de investigação forense sobre operações realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2019, envolvendo as seguintes empresas do conglomerado: BRB – Banco de Brasília, BRB DTVM, Financeira BRB, Corretora Seguros BRB, BRBCard e BRB Serviços.

Considerando os acontecimentos, o Presidente do BRB instituiu, à época, a Comissão de Investigação Forense - CIF, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência do Banco. A finalidade da Comissão foi supervisionar e acompanhar os trabalhos da assessoria independente, contratada para realização de auditoria forense no âmbito das empresas citadas acima. A investigação foi concluída em 20 de dezembro de 2019 e não houve ajustes a serem realizados.

Em decorrência das recomendações da Investigação Forense que trataram de matéria disciplinar, a Corregedoria instaurou 6 (seis) Processos Administrativos Disciplinares – PADs e 2 (dois) processos de Tomada de Contas Especial – TCE. Em relação aos PADs, 5 (cinco) encontram-se concluídos e arquivados e 1 (um) ainda está em fase de apuração no âmbito da Corregedoria. Já quanto às TCEs, 1 (uma) foi encerrada pela Comissão de Tomada de Contas Especial, após análise preliminar do objeto do processo e a outra foi concluída no âmbito do BRB (fase interna) e os autos encaminhados à Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF para análise e posterior remessa ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

Dentre outras medidas, até o momento, houve a destituição de todos os diretores presos; suspensão de contratos de trabalho de ex-diretores funcionários; fornecimento de informações/documentos a órgãos externos; providências para criação de Corregedoria; habilitação do Banco como Assistente de Acusação do Ministério Público Federal na ação penal e acompanhamento dos processos relacionados à operação; além de implementação de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de *compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

A Administração continua atuando no sentido de auxiliar as autoridades e de minimizar eventuais impactos sobre o Conglomerado, tendo em vista que a investigação permanece em andamento no Ministério Público Federal – MPF.

b) Parceria negocial

Com o objetivo de reformular sua estratégia de distribuição de investimentos para clientes pessoas físicas e institucionais em todos seus canais de distribuição, o BRB realizou processo competitivo organizado, com apoio de assessor financeiro independente, para seleção de parceiro comercial. A Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. foi aprovada como parceira estratégica de negócios de investimentos, incluindo distribuição de títulos e valores mobiliários através dos canais do BRB, pelo Conselho de Administração do BRB em 29 de abril de 2021.

O contrato formaliza a parceria estratégica nos negócios de gestão e administração de recursos de terceiros, e das atividades de distribuição e corretagem de títulos e valores mobiliários.

Quanto à contrapartida às condições de remuneração, a Genial Investimentos terá o direito de exclusividade de ofertar os produtos nos Canais BRB pelo prazo da parceria (20 anos), de modo que o BRB não poderá permitir que quaisquer instituições concorrentes à Genial explorem os Canais BRB para venda de produtos.

Adicionalmente, o contrato prevê remuneração extraordinária, sem qualquer vinculação com o direito de exclusividade, pela assunção do direito de transferência para a Genial Investimentos da gestão de fundos atualmente geridos pela BRB DTVM. O contrato foi assinado em 07.06.2021 e o pagamento das duas parcelas acordadas foi realizado, sendo a primeira em junho de 2021 e a segunda em junho de 2022 (nota 6b2 e nota 13d).

O contrato estabelece ainda remuneração por meio de *profit sharing* e a possibilidade de constituição de *Joint Venture* entre a Genial Investimentos e a BRB DTVM, a depender do atingimento de determinadas condições.

O início operacional da parceria ocorreu em 21.09.2021, com o lançamento da plataforma BRB Investimentos e a disponibilização aos clientes do Banco, há mais de 600 produtos, além do *home broker*, que permite operar diretamente no mercado de ações.

c) Resolução CMN nº 4.966/2021

Em atendimento ao artigo nº 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o BRB DTVM preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano de implementação, preparado e aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

Entendemos que a adoção da Res. CMN 4.966/2021 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas da BRB DTVM e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pela companhia foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 31.12.2022 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por ora aprovado.

A BRB DTVM espera concluir até junho de 2023 as análises e documentações dos itens de: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros, Definição de Modelos de Negócios, elaboração da classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/ modelo de tratamento de risco de crédito, considerando os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021

No âmbito de sistemas e tecnologia, a BRB DTVM espera também concluir até agosto de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros ("stop accrual"), avaliar os impactos tributários referente a dedutibilidade fiscal das perdas baixadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/2022 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/2022 e Instrução Normativa BCB nº 318/2022.

Sobre os temas relacionados aos demais documentos regulatórios, a BRB DTVM aguarda as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e criação de planos de implementação mais detalhados sobre os assuntos.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Emerson Vasconcelos Rizza
Kellen Kris Alves Flores Brito

CONSELHO FISCAL

Paulo Wanderson Moreira Martins (Presidente)
Dannyel Lopes de Assis
Jorge Luis da Silva Aguiar

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E TRIBUTOS

Taiana Ferreira da Silva
Contadora CRC/DF nº 023708/O-7
CPF: 012.274.151-09

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/O

Gilberto Bizerra de Souza

Contador CRC- RJ076328/O-2



**BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ 33.850.686/0001-69



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., no exercício de suas atribuições legais, consoante artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, incluindo a proposta de Destinação do Resultado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa e com base no Relatório dos Auditores Independentes, bem como as manifestações jurídicas, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do resultado estão em condições de serem encaminhados para aprovação dos Senhores Acionistas, nos termos da análise do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2023.

PAULO WANDERSON MOREIRA MARTINS
Presidente

DANNYEL LOPES DE ASSIS
Conselheiro

JORGE LUÍS DA SILVA AGUIAR
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 805ª Reunião Ordinária, realizada em 10/03/2023, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria da BRB-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BRB-DTVM referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e decidiu encaminhar a matéria à Assembleia Geral de Acionistas da BRB-DTVM, com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e, ainda, com o artigo 29, inciso VII, do Estatuto Social do BRB.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

MARCELO TALARICO
Presidente

ANDRÉ LUIZ DE MELLO PEREZINO
Conselheiro

PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA
Conselheiro

HUGO FERREIRA BRAGA TADEU
Conselheiro

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Conselheiro

LUIS FERNANDO DE LARA RESENDE
Conselheiro

ROMES GONÇALVES RIBEIRO
Conselheiro

PAULO CESAR PAGI CHAVES
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2022

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário com vínculo direto ao Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S.A., regido pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto DF nº 37.967/2017, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, disponível em <http://ri.br.com.br/regulamentos-e-politicas/>, e demais normas aplicáveis. Atua, também, sobre todas as empresas controladas pelo Banco, que integram o Conglomerado BRB.

O Comitê de Auditoria é composto por um Conselho de Administração e outros dois integrantes, todos independentes, e tem como atribuições principais: zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações financeiras.

As análises e avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores internos e dos auditores independentes, além de suas observações diretas nas atividades de monitoramento e supervisão. Realiza reuniões periódicas com gestores, especialistas e auditores, e acompanha os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos reguladores e de controle.

Os Administradores do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis pela adoção de todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que compõem as demonstrações financeiras, inclusive a geração e emissão de relatórios. Os mesmos gestores devem garantir a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos, da aplicação das políticas e procedimentos internos, assim como da conformidade das operações com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que aprova e acompanha a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna. Nos seus trabalhos, os auditores internos também avaliam com independência a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade dos processos contábeis.

A Ernst Young Auditores Independentes SS – EY é responsável por avaliar a qualidade e a efetividade dos controles internos relevantes para o processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, além de atestar a sua adequada condição para demonstrar a posição financeira e patrimonial das empresas integrantes do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades no Período

Para cumprimento de todas as suas atribuições, o Comitê elabora um programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração, e neste semestre realizou reuniões presenciais e através de videoconferência, registradas em atas, e esteve permanentemente à disposição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para discussão dos assuntos de sua competência.

O Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, analisou relatórios, documentos internos e externos, informações recebidas sobre assuntos relacionados a controles internos, conformidade, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, gestão de riscos, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, segurança cibernética, relacionamento com clientes e usuários dos serviços bancários e canais de

atendimento, transações com partes relacionadas, programa de integridade, aspectos relacionados à previdência complementar e assistência à saúde e projetos institucionais em andamento e atualização de políticas organizacionais.

Permaneceu acompanhando as medidas específicas adotadas pela Administração, as normas editadas no período, os apontamentos efetuados pela supervisão prudencial e de conduta do Banco Central do Brasil e de outros órgãos, e a participação em eventos de educação continuada.

Neste resumo, destacados as seguintes atividades:

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou a atuação da Auditoria Interna, discutiu seus relatórios trimestrais, o relatório de atividades do ano anterior, o planejamento e a execução dos trabalhos, seus resultados e conclusões, as ações de melhoria e de atualização organizacional adotadas, bem como de seu plano de capacitação.

Nesse processo, o Comitê não identificou ocorrências que pudessem comprometer a objetividade e sua independência, e concluiu que a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna do BRB permanecerão adequados ao desempenho de suas funções, em vista do processo de ampliação de seu quadro em andamento.

Auditoria Independente

O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Independente, aprovou seu planejamento, discutiu o conteúdo dos seus relatórios e concluiu que os serviços foram adequados às necessidades e que não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a sua independência ou a sua qualidade.

Ao analisar as demonstrações financeiras do Banco individuais e consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o COAUD discutiu com o auditor independente o seu relatório, datado de 10/03/2023, emitido sem ressalva.

Demonstrações Financeiras

O Comitê acompanhou os trabalhos da Superintendência de Contabilidade e Tributos no período, e revisou as demonstrações financeiras trimestrais, que foram analisadas e discutidas também com as Auditorias Interna e Independente.

Controles Internos, Conformidade e Integridade

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu os relatórios periódicos relativos ao sistema de controles internos, as atividades de conformidade (compliance) e de integridade, e manteve outras interações com a Superintendência de Controle Institucional.

Acompanhamos diversas ações de melhoria adotadas no período para adequação e manutenção dos controles internos e dos processos de conformidade e de integridade, objeto de preocupação constante por parte da Administração. Também foram discutidos diversos planos de ação para correção de deficiências acompanhados pelo Comitê de Auditoria, apontadas pelas auditorias, por órgãos reguladores ou pelo próprio Comitê.

Gerenciamento de Riscos

O suporte direto ao Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos e de capital é atribuído ao Comitê de Riscos - CORIS, também composto por membros independentes, e o Comitê de Auditoria avaliou e monitorou as exposições de risco do Conglomerado BRB através das informações obtidas em reuniões conjuntas e nos documentos emitidos pela Administração e pelo CORIS.

Ouvیدoria

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu com a Ouvidoria o relatório semestral apresentado, com as questões relativas aos clientes e usuários dos serviços prestados pelo BRB no período e suas recomendações, e acompanhou as alterações de estrutura e de sistema operacional para adequação ao significativo crescimento da sua base de clientes nos últimos anos.

Canal de Denúncias

O Comitê de Auditoria possui canal para recepção de informações acerca de eventual descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis, disponível no endereço <http://ri.br.com.br/servicos-aos-investidores/falecom-comite/>.

No período, todas as mensagens recebidas neste canal não referiam-se a assuntos fora do âmbito de tratamento do Comitê de Auditoria, tendo sido direcionadas para as áreas adequadas ao tratamento das questões.

Denúncias efetuadas por outros canais são encaminhadas primeiramente à Auditoria Interna e são acompanhadas nas reuniões periódicas realizadas com a área e em seus relatórios semestrais.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as limitações inerentes ao alcance de sua atuação e responsabilidades, concluiu que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletiram, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2022.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO

CLAUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA

GLAUCO ALVES E SANTOS



**BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO S.A.**
CNPJ 33.136.888/0001-43



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

Apresentação

Em cumprimento às exigências legais pertinentes e regimentos aplicáveis, apresentamos o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2022.

A BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. é uma empresa controlada pelo BRB - Banco de Brasília S.A., constituída sob a forma de Sociedade Anônima, regida pela Lei 6.404/76 e opera conforme autorização do Banco Central do Brasil. Foi incorporada ao Conglomerado em 11 de abril de 1986 e é a única financeira pública em atividade no país, posicionada entre as principais financeiras do Brasil.

Desempenho financeiro

Análise do Resultado

Em 2022, a Financeira BRB reforçou o novo posicionamento do Conglomerado BRB, de ser cada vez mais completo, moderno e inovador com a ampliação de seu portfólio de produtos. Além do Consignado Público e do Financiamento de Veículos, a Financeira BRB possui em seu portfólio os produtos Antecipação de Saque-Aniversário FGTS, Home Equity e Financiamento de Placas Fotovoltaicas.

Além de contribuir para o crescimento e diversificação da carteira, o processo de criação de cada um dos produtos gerou grande aprendizado nas equipes, que precisaram construir novas jornadas com foco na experiência do cliente, firmar parcerias estratégicas e consolidar a presença da Financeira BRB no mundo digital. Foram incluídas 5 novas esteiras de contratação e 4 novas plataformas de contratação, além de melhorias de infraestrutura e implementação de novas funcionalidades.

A carteira de crédito alcançou o montante de R\$ 2.52 bilhões, um aumento de 9,8% em relação ao exercício anterior, com diminuição de 0,54 pontos percentuais na inadimplência entre os mesmos períodos chegando a 2,54% em dezembro de 2022. Estamos expandindo a concessão de crédito e mantendo baixos índices de inadimplência. Isso se deve à qualidade da nossa carteira, que é composta majoritariamente de operações de crédito consignado. Em termos de classificação de risco, ao final do ano de 2022, 96,5% das operações estavam classificadas entre os níveis de AA e A, enquanto 3,1% tinham classificação D e 3,5% estão nos níveis de E e H.

As Receitas da Intermediação Financeira totalizaram R\$ 325,42 milhões, 2,87% acima do exercício de 2021. As Receitas de Prestação de Serviços aumentaram 79,51%. Quanto às outras despesas administrativas, grupo composto pelos gastos com terceiros, manutenção, tecnologia, publicidade e ressarcimento ao BRB da folha de pagamento de empregados da Financeira BRB, registrou-se um incremento de apenas 2,31%. É o resultado do esforço de crescimento das concessões em conformidade com a estratégia da Financeira BRB de ampliação de seus negócios, mantendo controlados os indicadores de desempenho.

É sabido que em 2022, as Instituições Financeiras sofreram com a alta da taxa Selic, o que impactou todo o mercado financeiro brasileiro. Nesse cenário, o resultado foi comprometido. Pode-se citar que houve um aumento de 192,69% nas Operações de Captação no Mercado ocasionado pelo forte movimento da Selic de 9,25% a.a. no final de 2021 para 13,75% a.a. no final de 2022. Essa variação da taxa de juros ocasiona a diminuição da margem financeira.

Os processos de cobrança e recuperação de crédito foram revisitados, com a construção de painéis de monitoramento da eficiência, estruturação de rotinas focadas na redução da pré-inadimplência e na cobrança preventiva e a disponibilização de regularização de dívidas por meio digital.

A Financeira BRB avança mais um ano com uma carteira sólida, atenta ao cenário de possibilidade de recessão global e ao risco de que a inflação de serviços, ainda persistente nas economias globais, demore a se dissipar. Mesmo diante de um panorama de ameaças, a organização mantém seu foco no crescimento sustentável contando com um direcionamento que garanta o desenvolvimento dos negócios e a perenidade da Instituição.

Plano Estratégico e Perspectiva do Negócio

O Planejamento Estratégico 2022-2026, aprovado em 2022, fortaleceu a continuidade de crescimento da Financeira BRB, com manutenção nos indicadores de desempenho. Houve direcionamento pela busca de parcerias estratégicas para acelerar a expansão dos negócios, com crescimento da carteira de crédito e modernização e diversificação do portfólio de produtos e serviços, com foco em resultado e na experiência superior, completa e inovadora para o cliente.

No que tange aos processos, teve-se como foco a melhoria da eficiência operacional, a simplificação, racionalização, digitalização e automatização dos processos de maneira estratégica, direcionada à redução de custos e ao fortalecimento da Governança, dos controles internos e da gestão de riscos.

No âmbito de tecnologia, a Financeira BRB buscou implementar novas tecnologias e plataformas de modo a otimizar as jornadas tanto para o cliente, quanto para os colaboradores, além de disponibilizar informações mais assertivas e tempestivas para as tomadas de decisões e também fortalecer a infraestrutura tecnológica para garantir a disponibilidade dos sistemas.

Por fim, a Financeira BRB envidou esforços para manter um clima organizacional favorável para a qualidade de vida de seus colaboradores, com reconhecimento em ser uma das melhores empresas para se trabalhar, impulsionando assim resultados superiores e uma cultura de aprendizado, resultados, inovação, digital, cliente e eficiência.

Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Financeira BRB segue as políticas de gestão de riscos estabelecidas pelo Controlador, formalizados por meio de Termo de Adesão. A descrição do processo de gestão de riscos, bem como as medições e indicadores pertinentes encontram-se publicados no site de relações com investidores (<http://ri.br.com.br>), no link "Relatório de Gestão de Riscos".

Clientes e produtos

Alinhado ao planejamento estratégico de expansão, a Financeira BRB celebrou 11 novos convênios, principalmente no âmbito da Justiça do Trabalho, totalizando 56 convênios em seu portfólio. A base de clientes cresceu 33,44%, chegando ao montante de 63.379.

Modernizações tecnológicas

A Financeira BRB possui como visão ser reconhecida pela experiência inovadora e completa, portanto necessita manter-se atual e em constante evolução. Nos últimos dois anos, três novos produtos foram lançados, focados na experiência dos clientes desde sua concepção, exigindo também processos mais rápidos, com informações sendo processadas e distribuídas com melhor qualidade e com baixo custo.

Tendo a eficiência como um dos valores institucionais, as equipes são orientadas a simplificar, digitalizar e automatizar seus processos, de forma a aprimorar a experiência do cliente, trazer inovação e amparar o crescimento dos negócios de forma sustentável.

Como destaque, a Financeira BRB aprimorou os processos relativos à cobrança e recuperação de crédito, permitindo realizar conexões com demais sistemas, o que possibilitou, por exemplo, a sua participação no Serasa Limpa Nome.

Segurança Empresarial

Prevenção de Lavagem de Dinheiro

A Financeira BRB é aderente às regras de PLD estabelecidas pelo BRB, seu controlador, elaboradas com base na legislação vigente.

Gestão de Pessoas

Apesar de a alta da taxa Selic ter afetado diretamente as Instituições Financeiras, comprometendo seus resultados, no ano de 2022, a Financeira BRB se mostrou atenta às oportunidades e às ameaças externas. Com a análise desses cenários, a Financeira BRB pôde revisar processos e reestruturar rotinas internas, com foco na eficiência operacional. Isso foi possível graças ao foco no desenvolvimento de pessoas que o BRB e suas subsidiárias têm adotado nos últimos anos. Como resultado desse investimento, líderes e equipes da Financeira BRB desenvolveram competências que foram fundamentais ao longo de 2022 e que certamente deixam a organização melhor preparada para os próximos anos.



Como parte da estratégia de inovação do BRB, bem como de sua necessidade de se adaptar às circunstâncias e às mudanças mencionadas, no segundo semestre de 2022 o Banco implementou o BRB In Home, programa que permite que parte de seus funcionários trabalhem em Home Office. Tendência que ganhou destaque durante a pandemia, o Home Office, adotado em grandes empresas no Brasil e no mundo, traz vantagens tanto para as organizações quanto para seus colaboradores ao romper barreiras geográficas, gerando economia de tempo e de custos para os envolvidos, sem prejuízo no desenvolvimento de atividades. Depois de muito planejamento envolvendo tanto a alta direção quanto o corpo de funcionários, o BRB pôde implementar o programa de forma bem-sucedida tanto em sua estrutura quanto na de suas coligadas. Dessa forma, as gerências da Financeira BRB possuem, em média, 20% de seus colaboradores trabalhando em home office.

Somos GPTW



Como destaque, em setembro de 2022, a Financeira BRB foi agraciada pela segunda vez em sua história com o 1º lugar entre as Melhores Empresas para Trabalhar do setor Instituições Financeiras, na categoria financeiras de pequeno porte (até 100 funcionários). O selo Great Place to Work é um reconhecimento de relevância internacional que envolve aspectos organizacionais como clima, liderança, diversidade e satisfação dos colaboradores. Tal premiação reflete o cuidado e o comprometimento da Financeira BRB com seus colaboradores, que são valorizados como o principal ativo da organização. Sem uma correta gestão de seu capital intelectual, certamente muitos dos objetivos alcançados até aqui não teriam sido atingidos.

A Financeira BRB encerrou o ano com 52 empregados em seu quadro, uma diferença de 4 empregados a menos que 2021, e de 22 estagiários e jovens aprendizes, 2 a mais que 2021.

Sustentabilidade Socioambiental

Reafirmando o seu compromisso com a Sustentabilidade, um de seus valores, a Financeira BRB lançou o produto Fotovoltaico, que consiste no financiamento de placas fotovoltaicas. Proporcionar o consumo de energia elétrica limpa, bem como economia financeira a médio e longo prazos para seus clientes é o principal objetivo do produto.

A adoção de práticas ESG – Environmental, Social and Governance (Ambientais, Sociais e de Governança) – não é apenas uma tendência, mas passou a ser uma necessidade das organizações contemporâneas, e tem impacto direto em seu resultado. A preocupação em utilizar os recursos hoje disponíveis para suprir as necessidades sem comprometer a possibilidade de futuras gerações também satisfazerem as suas necessidades deve estar presente na consciência de todos os colaboradores da organização. Por isso, no ano de 2022 o BRB criou uma nova gerência – a Gerência Estratégica de ESG, que tem incentivado as áreas e os colaboradores do Banco e de seu Conglomerado a adotarem práticas sustentáveis.

Por entender a relevância da adoção de práticas ESG, em seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2023-2027, a Financeira BRB reafirmou o seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança. Em sua identidade estratégica, a organização deixa claro esse comprometimento ao estabelecer a Missão, a Visão, o Propósito e os Valores intimamente relacionados a essas questões.

Governança Corporativa

A Financeira BRB, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A. possui Diretoria Colegiada composta por um Presidente e dois Diretores Executivos. Possui, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.

A Financeira BRB submeteu-se ao Conselho de Administração do BRB e reporta-se à Auditoria Interna, aos Comitês de Auditoria Estatutário, de Riscos, de Remuneração e de Elegibilidade do BRB.

Informações Legais

Conforme disposto no art. 8º da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a Financeira BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Neste Relatório não estão sendo contempladas informações e comentários sobre os pontos a seguir listados, posto que, no período de competência, não ocorreram iniciativas da Empresa nesses campos:

- Investimentos
- Reformulações Administrativas
- Pesquisa e Desenvolvimento
- Investimentos em controladas e coligadas
- Direitos de acionistas e dados de mercado

Agradecimentos

A Diretoria da Financeira BRB agradece a confiança e a fidelidade de nossos clientes, o apoio de nosso acionista e dos demais diretores do Conglomerado BRB, bem como o trabalho e a dedicação de nossos colaboradores - empregados, prestadores de serviços e fornecedores.

Carlos Antônio Vieira Fernandes
Presidente

José Antônio Mendes Fernandes
Diretor Financeiro e de Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

ATIVO		Nota	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO		Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE			2.490.462	2.257.712	PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE			2.223.452	1.934.507
DISPONIBILIDADES		5	247	708	PASSIVOS FINANCEIROS			2.201.180	1.855.562
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			2.519.319	2.295.448	Depósitos		11	2.201.180	1.855.562
Operações de crédito		6	2.516.764	2.292.595	OUTRAS OBRIGAÇÕES			20.734	77.015
Outros instrumentos financeiros		7	2.555	2.853	Sociais e estatutárias		12b	488	4.770
PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO			(72.033)	(90.103)	Fiscais e previdenciárias		12c	565	46.872
Operações de crédito		6	(70.485)	(90.086)	Outras		12d	19.681	25.373
Outros créditos			(1.548)	(17)	PROVISÕES		13	1.538	1.930
OUTROS ATIVOS		8	5.659	16.533	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14	267.010	323.205
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS		15b	36.684	34.618	Capital			150.000	150.000
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS		9	570	508	Reservas de lucros			117.010	173.205
IMOBILIZADO DE USO		10	85	69	TOTAL DO PASSIVO			2.490.462	2.257.712
DEPRECIÇÃO		10	(69)	(69)					
TOTAL DO ATIVO			2.490.462	2.257.712					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	Nota	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de crédito	6f	172.912	325.425	158.070	316.355
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	-	-	(6)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
Operações de captações no mercado	11b	(139.794)	(242.576)	(59.553)	(82.877)
Provisões para perda esperada associada ao risco de créditos	6d	(19.208)	(26.074)	(28.174)	(52.646)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		13.910	56.775	70.343	180.832
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS					
Receitas de prestação de serviços	16a	2.041	2.854	1.535	1.590
Despesas de pessoal	16b	(1.291)	(2.674)	(1.254)	(2.319)
Outras despesas administrativas	16c	(18.758)	(36.382)	(18.941)	(35.560)
Despesas tributárias		(1.600)	(3.956)	(4.949)	(11.268)
Resultado de participações em coligadas	9	23	81	11	32
Outras receitas operacionais	16d	1.843	3.229	8.383	16.862
Outras despesas operacionais	16e	(18.410)	(27.024)	(26.311)	(52.027)
REVERSÃO/DESPESAS DE PROVISÕES					
Outras	16f	322	468	(4)	352
RESULTADO OPERACIONAL					
		(21.920)	(6.629)	28.813	98.494
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
		(18)	1.301	761	844
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES					
		(21.938)	(5.328)	29.574	99.338
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
PARTICIPACÃO NO LUCRO	15	8.726	2.033	(14.433)	(41.151)
RESULTADO LÍQUIDO					
N.º DE AÇÕES		420	420	420	420
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) (R\$)					
		(31,46)	(9,55)	34,99	136,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	2º sem	31.12.2022	31.12.2021
Resultado do período	(13.212)	(4.009)	57.166
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do Lucro Abrangente	(13.212)	(4.009)	57.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS DE LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31.12.2020	88.295	61.705	12.719	116.896	-	279.615
Aumento de capital	61.705	(61.705)	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	57.166	57.166
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.858	-	(2.858)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	(9.268)	(40.732)	(50.000)
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	50.000	-	50.000
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(10.086)	(10.086)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.490)	(3.490)
Saldos em 31.12.2021	150.000	-	15.577	157.628	-	323.205
Mutações no período	61.705	(61.705)	2.858	40.732	-	43.590
Saldos em 31.12.2021	150.000	-	15.577	157.628	-	323.205
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(4.009)	(4.009)
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	460	-	(460)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	(6.655)	6.655	-
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Dividendos propostos pagos	-	-	-	-	(2.186)	(2.186)
Saldos em 31.12.2022	150.000	-	16.037	100.973	-	267.010
Mutações no período	-	-	460	(56.655)	-	(56.195)
Saldos em 30.06.2022	150.000	-	16.037	114.185	-	280.222
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(13.212)	(13.212)
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	(13.212)	13.212	-
Saldos em 31.12.2022	150.000	-	16.037	100.973	-	267.010
Mutações no período	-	-	-	(13.212)	-	(13.212)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	Nota	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS		(21.938)	(5.328)	29.574	99.338
Depreciações	16c	-	-	1	2
Provisões para operações de crédito	6d	19.208	26.074	28.174	52.646
Reversão/despesas de provisão	16f	(322)	(468)	4	(352)
Créditos tributários diferidos	15	(33)	(33)	(47)	(47)
Resultados participação coligadas	9	(23)	(81)	(11)	(32)
Participação no Lucro		-	714	(1.021)	(1.021)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		(3.108)	20.878	56.674	150.534
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		55.330	30.847	(58.796)	(140.268)
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	21
Operações de crédito	(257.968)	(269.844)	(108.519)	(333.841)	
Outros instrumentos financeiros	(311)	298	(971)	(1.063)	
Outros ativos	429	12.405	(5.681)	2.277	
Depósitos	316.314	345.618	77.442	259.866	
Outras obrigações	(6.229)	(57.630)	(6.440)	(21.528)	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	3.095	-	(14.627)	(46.000)	
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		52.222	51.725	(2.122)	10.266
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos	16	16	2	7	
Aquisições em immobilizado de uso	10	(3)	(16)	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		13	-	2	7
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	(52.186)	(52.186)	(158)	(10.086)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(52.186)	(52.186)	(158)	(10.086)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		49	(461)	(2.278)	187
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA					
Início do período	5	198	708	2.986	521
Fim do período	5	247	247	708	708
AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		49	(461)	(2.278)	187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2022 E 31.12.2021 (em milhares de reais)

	2º Sem	%	31.12.2022	%	2º Sem	%	31.12.2021	%
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receitas da intermediação financeira	(17.847)	-	2.444	-	35.768	-	112.896	-
Receitas de prestação de serviços	2.041	2.854	1.535	1.590				
Provisões para perda esperada associada ao risco de créditos	(19.208)	(26.074)	(28.174)	(52.646)				
Outras receitas/despesas operacionais	(30.360)	(53.210)	(34.704)	(66.950)				
Resultado não operacional	(18)	1.301	761	844				
Operações de captações no mercado	(139.794)	(242.576)	(59.553)	(82.877)				
Materiais, energia e outros	(2)	(3)	(5)	(13)				
Serviços de terceiros	(3.418)	(5.273)	(2.162)	(3.407)				
VALOR ADICIONADO	(17.847)	2.444	35.768	112.896				
Resultado de participações em coligadas	23	81	11	32				
VALOR ADICIONADO BRUTO	(17.824)	2.525	35.779	112.928				
Despesas de depreciação	-	-	(1)	(2)				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(17.824)	2.525	35.778	112.926				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração do trabalho (pessoal)	1.088	(6)	2.943	117	1.477	4	2.907	3
Salários e honorários	978	1.981	904	1.649				
Benefícios, encargos sociais e treinamento	110	248	127	236				
Participações no lucro	-	714	446	1.022				
Remuneração do governo	(5.700)	32	3.591	142	19.605	55	52.853	47
INSS sobre salários	203	445	223	434				
Despesas tributárias	1.600	3.956	4.949	11.268				
Imposto de Renda/Contribuição Social	(7.503)	(810)	14.433	41.151				
Remuneração dos acionistas	(13.212)	74	(4.009)	(159)	14.696	41	57.166	50
Dividendos	-	2.186	-	10.086				
Lucro retido	(13.212)	(6.195)	14.580	47.080				
VALOR DISTRIBUÍDO	(17.824)	100	2.525	100	35.778	100	112.926	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto operacional

A BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira - BRB) é uma Instituição Financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A., com sede no Centro Empresarial CNC Setor de Autarquias Norte, Quadra 5 Lote C, Bloco C, 3º andar, em Brasília - DF, autorizada a operar com crédito, financiamento e investimento, atuando no segmento de varejo, crédito direto ao consumidor e financiamento.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (n.º 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009), Lei do Sistema Financeiro Nacional (n.º 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN n.º 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB n.º 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01.01.2021, de maneira prospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Financeira BRB evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Financeira BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN n.º 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN n.º 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN n.º 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN n.º 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN n.º 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN n.º 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN n.º 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução BCB n.º 2/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN n.º 4.924/2021; e
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Resolução CMN n.º 4.924/2021.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020.

Em atendimento ao artigo nº 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Financeira BRB preparou um plano de implementação à resolução e abaixo incluímos o resumo do plano de implementação, preparado e aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Conselho de Administração do controlador em 10 de março de 2023.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. Os créditos tributários, independentemente de sua expectativa de realização, são classificados no ativo não circulante.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na nota 4.

A apresentação das contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial é baseada na liquidez e na exigibilidade. O montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para os itens apresentados no ativo e no passivo é evidenciada em nota explicativa.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Financeira BRB são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da Financeira BRB, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de disponibilidades em contas correntes e as aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de contratação seja inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor justo, que são gerenciados pela Financeira BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

f) Instrumentos financeiros

- Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de AA a H, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal, conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação das operações	Percentual mínimo de provisionamento
de 15 a 30 dias	B	1%
de 31 a 60 dias	C	3%
de 61 a 90 dias	D	10%
de 91 a 120 dias	E	30%
de 121 a 150 dias	F	50%
de 151 a 180 dias	G	70%
superior a 180 dias	H	100%

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de créditos classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura do risco de crédito. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da carteira.

A Administração entende que a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

g) Investimentos

A participação da Financeira BRB de 1% (um por cento) no capital da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB-DTVM) é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976, Instrução CVM n.º 247/1996.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo.

i) Redução do valor recuperável de ativos - Impairment

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, a Financeira BRB avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Passivos financeiros

- Depósitos

Os depósitos interfinanceiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

- As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, integralmente nas demonstrações financeiras.

n) Imposto de renda e contribuição social (Ativo e Passivo), PIS, Cofins e ISS.

Calculados às alíquotas a seguir demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	15,00%/16,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	Até 5,00%

(1) A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota aplicada à Financeira BRB foi de 15% conforme disposto na Lei nº 14.183 de 14.07.2021, que alterou o artigo 3º da Lei nº 7.689 de 15.12.1988. Entre agosto e dezembro de 2022 as alíquotas de 15% das empresas financeiras irão aumentar em 1 ponto percentual, conforme disposto na Medida Provisória nº 1.115 de 28.04.2022.

São constituídos créditos tributários para:

- Diferenças temporárias - alíquota de 25% referente ao IRPJ e de 15% para a CSLL;

- Prejuízo fiscal de imposto de renda - alíquota de 25%;

- Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido - alíquota de 15%.

Os créditos tributários de diferenças temporárias são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e avaliações da Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15%).

o) Patrimônio líquido

Capital social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social. Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

p) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020.

Nota 4 - Segregação do Balanço em curto e longo prazo

ATIVO	Nota	31.12.2022		31.12.2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
DISPONIBILIDADES	5	247	-	708	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		608.360	1.910.959	540.044	1.755.404
Operações de crédito	6	606.729	1.910.035	539.252	1.753.343
Outros instrumentos financeiros	7	1.631	924	792	2.061
PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO		(13.779)	(58.254)	(17.337)	(72.766)
Operações de crédito	6	(12.231)	(58.254)	(17.337)	(72.749)
Outros créditos		(1.548)	-	-	(17)
OUTROS ATIVOS	8	2.148	3.511	16.402	131
Outros créditos		2.148	3.511	16.402	131
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	15b	-	36.684	-	34.618
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	9	-	570	-	508
IMOBILIZADO DE USO	10	-	85	-	69
DEPRECIACÃO	10	-	(69)	-	(69)
TOTAL DO ATIVO		596.976	1.893.486	539.817	1.717.895

PASSIVO	Nota	31.12.2022		31.12.2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PASSIVOS FINANCEIROS		2.201.180	-	1.855.562	-
Depósitos	11	2.201.180	-	1.855.562	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	20.654	80	77.015	-
Outras		20.654	80	77.015	-
PROVISÕES	13	123	1.415	-	1.930
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	-	267.010	-	323.205
Capital		-	150.000	-	150.000
Reservas de lucros		-	117.010	-	173.205
TOTAL DO PASSIVO		2.221.957	268.505	1.932.577	325.135

Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa

Disponibilidades	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos bancários (nota 19a)	247	708
Total	247	708

Nota 6 - Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoa física	2.516.764	100	2.292.564	100
Pessoa jurídica	-	-	31	-
Comércio	-	-	22	-
Transporte, armazenagem e correio	-	-	9	-
Total	2.516.764	100	2.292.595	100

b) Concentração das operações de crédito

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
10 maiores devedores	7.431	-	7.931	-
50 maiores devedores seguintes	29.294	1	32.888	1
100 maiores devedores seguintes	47.615	2	59.157	3
Demais devedores	2.432.424	97	2.192.619	96
Total	2.516.764	100	2.292.595	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível	Operações vencidas										31.12.2022	31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Até 14 dias	177	120	22	3	-	-	-	-	6		328	155
De 15 a 30 dias	9.124	8.162	31.724	1.380	419	265	209	158	615		52.056	46.663
De 31 a 60 dias	9.185	8.175	32.822	1.377	421	267	208	157	610		53.222	47.068
De 61 a 90 dias	9.052	8.030	32.388	1.359	411	259	204	154	598		52.455	46.220
De 91 a 120 dias	195	104	46	5	1	2	-	-	11		364	222
De 121 a 150 dias	311	157	102	11	5	-	-	3	7		596	426
De 151 a 180 dias	25.287	22.952	94.385	3.926	1.196	748	597	445	1.702		151.238	133.413
De 181 a												

Nível	Operações vencidas									31.12.2022	31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Até 14 dias	91	120	1.064	301	157	131	103	68	173	2.208	929
De 15 a 30 dias	38	14	382	137	71	64	69	55	267	1.097	1.769
De 31 a 60 dias	-	-	202	376	194	182	167	118	433	1.672	1.958
De 61 a 90 dias	-	-	-	245	199	190	170	115	425	1.344	1.717
De 91 a 120 dias	-	-	-	103	160	188	170	116	427	1.164	1.564
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	140	168	175	112	426	1.021	1.201
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	43	140	120	101	335	739	1.301
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	231	525	520	3.568	4.844	6.153
Total em 31.12.2022	129	134	1.648	1.162	964	1.294	1.499	1.205	6.054	14.089	-
Total em 31.12.2021	31	67	633	1.151	1.075	1.419	1.890	1.580	8.746	-	16.592

	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Total em 31.12.2022	379.066	1.631.489	77.555	21.895	14.523	11.733	8.774	31.393	2.516.764	-
Valor das Provisões em 31.12.2022	1.895	16.316	2.327	2.189	4.357	5.867	6.141	31.393	70.485	-
Total Geral em 31.12.2021	413.029	1.261.225	449.100	67.366	12.446	12.919	8.644	38.955	-	2.292.595
Valor das Provisões em 31.12.2021	2.065	12.612	13.473	6.737	3.734	6.459	6.051	38.955	-	90.086

d) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e créditos recuperados

	2º Sem	31.12.2022	2º Sem	31.12.2021
Saldo inicial	73.562	90.086	81.461	76.121
Constituição	34.995	67.085	47.139	91.352
Reversão	(15.787)	(41.011)	(18.965)	(38.706)
Total provisões constituídas (revertidas)	19.208	26.074	28.174	52.646
Transferência para prejuízo	(22.285)	(45.675)	(19.549)	(38.681)
Saldo final	70.485	70.485	90.086	90.086
Créditos recuperados	4.700	8.885	4.809	12.343

O Conglomerado BRB adota um processo contínuo de revisão dos seus processos de avaliação e mensuração de risco, realizando, no segundo trimestre de 2022, a atualização da revisão da conversão score vs rating da Financeira BRB. A revisão está em linha com o CPC 23, uma vez que se trata de mudança de estimativa contábil, e a despesa de provisão atual reflete o perfil de risco da carteira de consignado público e INSS da empresa.

As revisões dos processos de provisão geraram uma reversão de R\$ 17,38 milhões na despesa em junho de 2022. Os índices de cobertura das carteiras consignado público e INSS continuam adequados considerando o perfil de risco, não há perspectivas de impactos futuros.

e) Renegociações

	31.12.2022	31.12.2021
Operações renegociadas	161.864	230.792

Essas renegociações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada e reavaliação do perfil da carteira.

f) Rendas de operações de crédito

	2º Sem	31.12.2022	31.12.2021
Comercial	168.212	316.540	304.018
Pessoa física	168.212	316.540	304.004
Consignado	164.765	310.305	297.957
Crédito pessoal	879	1.184	11
Financiamento de veículo	2.473	4.950	6.036
Financiamento habitacional	95	101	-
Pessoa jurídica	-	-	14
Financiamento de veículo	-	-	14
Recuperação de prejuízo	4.700	8.885	12.343
Total	172.912	325.425	316.361

Nota 7 - Outros instrumentos financeiros

a) Resumo

	31.12.2022	31.12.2021
Rendas a receber (nota 7b)	233	792
Devedores por depósitos em garantia (nota 7c)	2.322	2.061
Total	2.555	2.853

b) Rendas a receber

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos/juros sobre capital próprio	5	3
Serviços prestados a receber	228	789
Total	233	792

c) Devedores por depósitos em garantia

São depósitos judiciais de recursos fiscais, trabalhistas e cíveis, que estão sendo questionados judicialmente e encontram-se provisionados em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais	924	862
Trabalhistas	223	206
Cíveis	1.175	993
Total	2.322	2.061

Nota 8 - Outros ativos

a) Outros créditos

	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos e antecipações salariais	163	-
Negociação e intermediação de valores	230	230
Impostos e contribuições a compensar (nota 8a.1)	3.514	13.276
Valores a receber – sociedades ligadas (nota 19a)	51	92
Devedores diversos	1.701	2.935
Total	5.659	16.533

a.1. Impostos e contribuições a compensar

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda a compensar (1)	2.241	8.745
CSLL a compensar (1)	1.271	4.529
Outros Impostos a compensar	2	2
Total	3.514	13.276

(1) refere-se à antecipação de Imposto de Renda (IR) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados a partir da base de cálculo estimada e recolhidos mensalmente.

Nota 9 - Investimentos - Participações em colgadas no país

	Quantidade de ações	BRB - DTVM
Capital social		40.000
N.º de ações ordinárias da Financeira BRB no capital social da BRB-DTVM		10
Percentual de participação		1%

Movimentação do investimento

	BRB - DTVM
Saldos em 31.12.2020	483
Equivalência patrimonial	32
Dividendos distribuídos	(7)
Saldos em 31.12.2021	508
Equivalência patrimonial	81
Dividendos deliberados	(19)
Saldos em 31.12.2022	570
Saldos em 30.06.2022	553
Equivalência patrimonial	23
Dividendos deliberados	(6)
Saldos em 31.12.2022	570

Nota 10 - Imobilizado de uso

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31.12.2022	31.12.2021
Instalações, móveis e equipamentos de uso	0% a 10%	55	(39)	16	-
Sistema de transporte	20%	30	(30)	-	-
Total		85	(69)	16	-

	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2021	Adições	Saldo em 31.12.2022
Imobilizações em curso	10%	-	16	16
Móveis e equipamentos de uso	10%	39	-	39
Veículos	20%	30	-	30
Subtotal	-	69	16	85
Depreciação acumulada	-	(69)	-	(69)
Total	-	-	16	16

Nota 11 - Depósitos

a) Segregação por prazo de exigibilidade

	Até 3 meses	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos interfinanceiros (nota 19a)	2.201.180	2.201.180	1.855.562
Total em 31.12.2022	2.201.180	2.201.180	-
Total em 31.12.2021	1.855.562	-	1.855.562

O saldo captado entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 foi remunerado à taxa de 106% do CDI (106% do CDI em 31.12.2021).

b) Despesas de depósitos

	2º Sem	31.12.2022	2º Sem	31.12.2021
Despesas de depósitos interfinanceiros (nota19a)	(139.794)	(242.576)	(59.553)	(82.877)
Total	(139.794)	(242.576)	(59.553)	(82.877)

Nota 12 - Outras obrigações

a) Resumo

	31.12.2022	31.12.2021
Sociais e estatutárias (nota 12b)	488	4.770
Fiscais e previdenciárias (nota 12c)	565	46.872
Outras (nota 12d)	19.681	25.373
Total	20.734	77.015

b) Sociais e estatutárias

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos e bonificações a pagar (nota 19a)	-	3.490
Provisão para participação nos lucros	-	751
Gratificações e participações a pagar (1)	488	529
Total	488	4.770

(1) Trata-se de Participações nos Lucros ou Resultados (PLR) aos Administradores.

c) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições sobre salários	100	133
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	113	85
Impostos e contribuições – outros	272	607
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	80	46.047
Total	565	46.872

d) Outras

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para pagamentos a efetuar	4.965	3.484
Valores a pagar a sociedades ligadas (1) (nota 19a)	2.524	4.765
Credores diversos (2)	11.727	16.674
Outras	465	450
Total	19.681	25.373

(1) Refere-se a ressarcimento de custos administrativos a pagar ao Controlador, referente ao compartilhamento de despesa de pessoal, de processamento de dados, e utilização de demais infraestruturas.

(2) Refere-se a repasse recebido antecipadamente do Governo do Estado do Goiás para liquidação de empréstimos consignados.

Nota 13 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

A Financeira BRB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

a) Contingências de risco provável e Obrigações Legais

Natureza	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2022
Trabalhistas	109	-	-	-	14	123
Cíveis	959	119	(105)	(587)	127	513
Subtotal	1.068	119	(105)	(587)	141	636
Fiscais – CSLL	862	-	-	-	40	902
Subtotal	862	-	-	-	40	902
Total	1.930	119	(105)	(587)	181	1.538

a.1 - Provisões trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços à Financeira BRB.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice TR (taxa referencial) e incidência de juros legais de 1% a.m ou pela taxa SELIC em conformidade com a ADC 58 e 59 do STF.

a.2 - Provisões cíveis

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente e inscrição em órgãos de proteção ao crédito.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e incidência de juros legais de 1% a.m.

a.3 - Obrigações legais (Contingências fiscais)

As contingências referem-se, basicamente, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

A Financeira BRB contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. A Financeira BRB discute judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postula a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas, a Financeira BRB aguarda levantamento do saldo remanescente.

b) Contingências de risco possível

Natureza	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	19	866	3	59.444
Trabalhista	1	49	-	-
Total	20	915	3	59.444

Para as ações promovidas contra a Financeira BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3m.

Os processos de natureza cível promovidos contra a Financeira BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível, referem-se a ações envolvendo fraudes, indenizações por falha na prestação de serviços, revisão de cláusulas contratuais e inclusão/manutenção indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito. Envolvem, também, ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas.

Nota 14 - Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal. O acionista majoritário, o BRB – Banco de Brasília S.A., detém 100% das ações ordinárias (210.000) e 100% das preferenciais (21

Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes do IR, CSLL e participações	(5.328)	99.338
Participações nos lucros	(714)	(1.021)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(6.042)	98.317
Alíquotas vigentes	41%	45%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	2.477	(44.243)
Efeitos tributários		
Equivalência Patrimonial	33	14
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(281)	(205)
Efeito da Majoração da CSLL (1)	(60)	2.925
Outros Valores (1)	(136)	358
Valor devido de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(46.000)
Passivo Fiscal Diferido	(33)	(47)
Ativo Fiscal Diferido	2.066	4.896
Reversão de IRPJ e CSLL de período anterior	-	-
Valor devido de imposto de renda e contribuição social	2.033	(41.151)

(1) Inclui basicamente a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não banco, a partir de 2021, em relação à demonstrada, conforme mencionado na nota 3l, e as deduções incentivadas.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Provisões para perda esperada associada ao risco de créditos	33.775	28.949	(38.757)	23.967
Provisões trabalhistas	44	6	-	50
Provisões cíveis	383	102	(280)	205
Outras	416	919	(639)	696
Total Diferenças Intertemporais	34.618	29.976	(39.676)	24.918
Prejuízo Fiscal do IR 25%	-	7.270	-	7.270
Base Negativa da CSLL	-	4.496	-	4.496
Total	34.618	41.742	(39.676)	36.684

c) Estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Estimativa de realização do crédito tributário	Diferenças Intertemporais	Total
2023		20.865	20.865
2024		4.053	4.053
2025		2.246	2.246
2026		1.946	1.946
2027		1.914	1.914
2028 a 2032		5.660	5.660
Total		36.684	36.684

d) Passivo Fiscal Diferido

	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Diferenças Intertemporais	47	34	(1)	80
Total	47	34	(1)	80

Nota 16 - Receitas e despesas

a) Receita de prestação de serviços

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Rendas de prestação de serviços	2.041	2.853	1.535	1.590
Rendas de serviços prioritários (1)	2.036	2.845	1.533	1.582
Rendas de serviços diferenciais	5	8	2	8
Rendas de tarifas	-	1	-	-
Rendas de outros serviços	-	1	-	-
Total	2.041	2.854	1.535	1.590

Refere-se majoritariamente a rendas de confecção de cadastro.

b) Despesas de pessoal

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Despesas de pessoal – benefícios	(16)	(32)	(15)	(31)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(297)	(646)	(323)	(627)
Despesas de honorários	(978)	(1.980)	(904)	(1.649)
Outros	-	(16)	(12)	(12)
Total	(1.291)	(2.674)	(1.254)	(2.319)

c) Outras despesas administrativas

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Despesas de processamento de dados	(4.226)	(7.563)	(5.226)	(9.660)
Despesas de propaganda e publicidade	(1.342)	(2.198)	(1.060)	(1.060)
Despesas de promoções e relações públicas	(12)	(81)	(17)	(71)
Despesas de publicações obrigatórias	(11)	(103)	(45)	(216)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.496)	(2.021)	(843)	(1.515)
Despesas de serviços de terceiros	(518)	(810)	(152)	(509)
Despesas de serviços técnicos especializados	(52)	(142)	(62)	(107)
Despesas de transportes	(8)	(17)	(1)	(6)
Despesas de depreciação	-	-	(1)	(2)
Ressarcimentos de despesas ao BRB (nota 19a) (1)	(10.473)	(22.313)	(11.086)	(21.550)
Outras despesas administrativas	(620)	(1.134)	(448)	(864)
Total	(18.758)	(36.382)	(18.941)	(35.560)

(1) Refere-se a ressarcimento de custos administrativos ao Controlador, referente a custo de processamento de dados e utilização de demais infraestrutura.

d) Outras receitas operacionais

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Recuperação de encargos e despesas	1.462	2.703	8.287	16.321
Reversão de provisões operacionais	302	394	31	430
Outras	79	132	65	111
Total	1.843	3.229	8.383	16.862

e) Outras despesas operacionais

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Atualização monetária	(61)	(181)	(118)	(252)
Indenizações	(752)	(2.731)	(881)	(1.340)
Comissão de correspondentes	(11.181)	(15.691)	(15.603)	(33.242)
Ressarcimento de custos operacionais	(6.359)	(8.306)	(9.663)	(17.082)
Outras despesas	(57)	(115)	(46)	(111)
Total	(18.410)	(27.024)	(26.311)	(52.027)

f) Reversão / despesas de provisões

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Outras	322	468	(4)	352
Total	322	468	(4)	352

g) Resultado não operacional

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Receitas não operacionais	99	2.296	761	943
Ganhos de capital (1)	99	2.159	-	-
Outras receitas não operacionais	-	137	761	943
Despesas não operacionais	(117)	(995)	-	(99)
Perdas de capital (1)	(117)	(995)	-	(99)
Total	(18)	1.301	761	844

(1) Referem-se à regularização de saldos de pendências devedoras e credoras, de longa data, após envidados todos os esforços para conciliação.

Nota 17 - Resultado recorrente

A seguir, o evento não recorrente que impactou no resultado líquido.

	2º sem	31.12.2022	2º sem	31.12.2021
Resultado líquido contábil	(13.212)	(4.009)	14.696	57.166
Eventos não recorrentes	-	-	2.604	1.590
Majoração da alíquota da CSLL	-	-	2.604	1.590
Resultado líquido recorrente	(13.212)	(4.009)	17.300	58.756

Nota 18 - Gestão de riscos e gestão de capital

O gerenciamento de risco e a gestão do capital da Financeira BRB são realizados pelo controlador para o conglomerado prudencial.

Nota 19 - Transações com partes relacionadas

a) Transação com o controlador e coligada

As transações com partes relacionadas são efetuadas em comutatividade aos valores, aos prazos e às taxas médias vigentes nas respectivas datas, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumarizadas a seguir:

Ativos	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Disponibilidade (nota 5)	247	-	708	-
Outros créditos (nota 8a)	51	-	92	-

Passivos	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Depósitos	2.201.180	(139.794)	1.855.562	(82.877)
Depósito interfinanceiro (nota 11)	2.201.180	(139.794)	1.855.562	(82.877)
Outras obrigações	2.524	-	8.255	-
Dividendos a pagar (nota 12b)	-	-	3.490	-
Outras obrigações (nota 12d)	2.524	-	4.765	-

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado	31.12.2022	31.12.2021
Receitas	-	611
Outras receitas operacionais	-	611
Despesas	(264.889)	(104.534)
Despesas do sistema financeiro	-	(107)
Despesas administrativas (nota 16c) (1)	(22.313)	(21.550)
Despesas de depósitos interfinanceiros (nota 11b)	(242.576)	(82.877)

(1) Corresponde ao ressarcimento de custos administrativos relativos a pessoal cedidos pelo controlador e demais despesas administrativas (tais como, processamento de dados) necessárias para a manutenção das atividades da Financeira BRB e dividendos.

b) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros da Diretoria Colegiada da Financeira BRB, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2021 a abril de 2022 foi fixado em R\$ 2.912 mais encargos de R\$ 784. A partir de maio de 2022 a abril de 2023, foi fixado em R\$ 3.788 mais encargos de R\$ 1.071.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal. Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta pelo Presidente e Diretores Executivos, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 4 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 488 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial (R\$ 464 em 2021).

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias e ao Conselho Fiscal:

	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração fixa	1.981	(1.649)
Remuneração variável	926	(577)
Total	2.907	(2.226)

Nota 20 - Outras informações

a) Investigações em andamento

Operação *Circus Maximus*:

Conforme divulgado em fato relevante, no dia 29.01.2019 foi deflagrada a operação *Circus Maximus*, na qual o Ministério Público Federal apurava suposto esquema de pagamento de propinas a ex-diretores do BRB. Tal operação teve como objetivo a apuração de irregularidades em fundos de investimentos ocorridas em empresas que compõem o conglomerado BRB. Dentre os denunciados, foram incluídos antigos gestores do BRB – Banco de Brasília e de suas empresas, o que justificou a necessidade de instauração de investigação forense sobre operações realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2019, envolvendo as seguintes empresas do conglomerado: BRB – Banco de Brasília, BRB DTVM, Financeira BRB, Corretora Seguros BRB, BRBCard e BRB Serviços.

Considerando os acontecimentos, o Presidente do BRB instituiu, à época, a Comissão de Investigação Forense - CIF, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência do Banco. A finalidade da Comissão foi supervisionar e acompanhar os trabalhos da assessoria independente, contratada para realização de auditoria forense no âmbito das empresas citadas acima. A investigação foi concluída em 20 de dezembro de 2019 e não houve ajustes a serem realizados.

Em decorrência das recomendações da Investigação Forense que trataram de matéria disciplinar, a Corregedoria instaurou 6 (seis) Processos Administrativos Disciplinares – PADs e 2 (dois) processos de Tomada de Contas Especial – TCE. Em relação aos PADs, os 6 (seis) encontram-se concluídos e arquivados no âmbito da Corregedoria. Já quanto às TCEs, 1 (uma) foi encerrada pela Comissão de Tomada de Contas Especial, após análise preliminar do objeto do processo e a outra foi concluída no âmbito do BRB (fase interna) e os autos encaminhados à Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF para análise e posterior remessa ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCFD.

Registra-se que, em razão da concessão de todos os processos (PADs e TCEs) relacionados às Operações *Circus Maximus* e Chorume no âmbito da Corregedoria, considera-se concluída a função da Corregedoria nos casos em comento.

Dentre outras medidas, até o momento, houve a destituição de todos os diretores presos; suspensão de contratos de trabalho de ex-diretores funcionários; fornecimento de informações/documentos a órgãos externos; providências para criação de Corregedoria; habilitação do Banco como Assistente de Acusação do Ministério Público Federal na ação penal e acompanhamento dos processos relacionados à operação; além de implementação de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de compliance, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

A Administração continua atuando no sentido de auxiliar as autoridades e de minimizar eventuais impactos sobre o Conglomerado, tendo em vista que a investigação permanece em andamento no Ministério Público Federal – MPF.

b) Resolução CMN nº 4.966/2021

Entendemos que a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 é um processo que abrange diversas áreas e estruturas da Financeira BRB e que traz diferentes desafios tais como definições conceituais, operacionais, técnicas, de tecnologia, entre outras, dessa forma o plano de adequação elaborado pela companhia foi estruturado buscando englobar todos os macro conceitos definidos pela resolução, quais ações serão necessárias para a adequação, bem como definindo as áreas responsáveis e interdependentes entre si, além de identificar os sistemas e estruturas de tecnologia envolvidos em cada uma das ações e estabelecendo os prazos de implementação de cada ação. Importante ressaltar que até 31/12/2022 ainda existem definições a serem emitidas pelo Banco Central e que podem gerar a necessidade de alteração/complementação do plano por ora aprovado.

A Financeira BRB espera concluir até junho de 2023 as análises e documentações dos itens de: Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros. Definição de Modelos de Negócios, elaboração da classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros e elaboração de metodologia/modelo de tratamento de risco de crédito, considerando os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

No âmbito de sistemas e tecnologia a Financeira BRB espera também concluir até agosto de 2023 a avaliação de impactos sistêmicos relacionados a mensuração da Taxa de juros efetiva, seu respectivo critério de reconhecimento contábil, avaliar impactos sistêmicos relacionados a mudança no prazo de paralização de reconhecimento de receita de juros ("stop accrual"), avaliar os impactos tributários referente a dedutibilidade fiscal das perdas baixadas para prejuízo, considerando as alterações de tratamento contábil previstas pela Lei nº 14.467/2022 bem como avaliar os impactos a serem gerados pelo novo plano de contas COSIF que está em discussão pelo BACEN junto ao mercado, discussão esta que já gerou itens iniciais conforme a Resolução BCB nº 255/2022 e Instrução Normativa BCB nº 318/2022.

Sobre os temas relacionados aos demais documentos regulatórios, a Financeira BRB aguarda as definições normativas a serem divulgadas pelo BACEN para a correta avaliação dos temas e criação de planos de implementação mais detalhados sobre os assuntos.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA
Carlos Antônio Vieira Fernandes
José Antônio Mendes Fernandes

CONSELHO FISCAL
Eumar Roberto Novacki (Presidente)
Paulo Sérgio Gehm Hoff
Robson Cândido da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Taiana Ferreira da Silva
Contadora CRC-DF nº: 023708/O-7
CPF: 012.274.151-09

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da BRB – Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRB – Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB – Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 11 e 19(a) às demonstrações financeiras, considerando que a Instituição realiza transações significativas com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Instituição, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/O

Gilberto Bizerra de Souza
Contador CRC- RJ076328/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB-Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no exercício de suas atribuições legais, consoante artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, incluindo a proposta de absorção do prejuízo da Financeira relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, bem como as manifestações jurídicas, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do resultado estão em condições de serem encaminhados para aprovação dos Senhores Acionistas, nos termos da análise do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Brasília-DF, 09 de março de 2023.

EUMAR ROBERTO NOVACKI
Presidente

PAULO SERGIO GEHM HOFF
Conselheiro

ROBSON CÂNDIDO DA SILVA
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 805ª Reunião Ordinária, realizada em 10/03/2023, examinou o Relatório de Administração e as Contas da Diretoria da Financeira BRB referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e decidiu encaminhar a matéria à Assembleia Geral de Acionistas da Financeira BRB, com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e, ainda, com o artigo 29, inciso VII, do Estatuto Social do BRB.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

MARCELO TALARICO
Presidente

ANDRÉ LUIZ DE MELLO PEREZINO
Conselheiro

HUGO FERREIRA BRAGA TADEU
Conselheiro

LUIS FERNANDO DE LARA RESENDE
Conselheiro

PAULO CESAR PAGI CHAVES
Conselheiro

PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA
Conselheiro

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Conselheiro

ROMES GONÇALVES RIBEIRO
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2022

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário com vínculo direto ao Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S.A., regido pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto DF nº 37.967/2017, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, disponível em <http://ri.br.com.br/regulamentos-e-politicas/>, e demais normas aplicáveis. Atua, também, sobre todas as empresas controladas pelo Banco, que integram o Conglomerado BRB.

O Comitê de Auditoria é composto por um Conselho de Administração e outros dois integrantes, todos independentes, e tem como atribuições principais: zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações financeiras.

As análises e avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores internos e dos auditores independentes, além de suas observações diretas nas atividades de monitoramento e supervisão. Realiza reuniões periódicas com gestores, especialistas e auditores, e acompanha os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos reguladores e de controle.

Os Administradores do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis pela adoção de todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que compõem as demonstrações financeiras, inclusive a geração e emissão de relatórios. Os mesmos gestores devem garantir a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos, da aplicação das políticas e procedimentos internos, assim como da conformidade das operações com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que aprova e acompanha a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna. Nos seus trabalhos, os auditores internos também avaliam com independência a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade dos processos contábeis.

A Ernst Young Auditores Independentes SS – EY é responsável por avaliar a qualidade e a efetividade dos controles internos relevantes para o processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, além de atestar a sua adequada condição para demonstrar a posição financeira e patrimonial das empresas integrantes do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Atividades no Período

Para cumprimento de todas as suas atribuições, o Comitê elabora um programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração, e neste semestre realizou reuniões presenciais e através de videoconferência, registradas em atas, e esteve permanentemente à disposição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para discussão dos assuntos de sua competência.

O Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, analisou relatórios, documentos internos e externos, informações recebidas sobre assuntos relacionados a controles internos, conformidade, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, gestão de riscos, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, segurança cibernética, relacionamento com clientes e usuários dos serviços bancários e canais de atendimento, transações com partes relacionadas, programa de integridade, aspectos relacionados à previdência complementar e assistência à saúde e projetos institucionais em andamento e atualização de políticas organizacionais.

Permaneceu acompanhando as medidas específicas adotadas pela Administração, as normas editadas no período, os apontamentos efetuados pela supervisão prudencial e de conduta do Banco Central do Brasil e de outros órgãos, e a participação em eventos de educação continuada.

Neste resumo, destacados as seguintes atividades:

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou a atuação da Auditoria Interna, discutiu seus relatórios trimestrais, o relatório de atividades do ano anterior, o planejamento e a execução dos trabalhos, seus resultados e conclusões, as ações de melhoria e de atualização organizacional adotadas, bem como de seu plano de capacitação.

Nesse processo, o Comitê não identificou ocorrências que pudessem comprometer a objetividade e sua independência, e concluiu que a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna do BRB permanecerão adequados ao desempenho de suas funções, em vista do processo de ampliação de seu quadro em andamento.

Auditoria Independente

O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Independente, aprovou seu planejamento, discutiu o conteúdo dos seus relatórios e concluiu que os serviços foram adequados às necessidades e que não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a sua independência ou a sua qualidade.

Ao analisar as demonstrações financeiras do Banco individuais e consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o COAUD discutiu com o auditor independente o seu relatório, datado de 10/03/2023, emitido sem ressalva.

Demonstrações Financeiras

O Comitê acompanhou os trabalhos da Superintendência de Contabilidade e Tributos no período, e revisou as demonstrações financeiras semestrais, que foram analisadas e discutidas também com as Auditorias Interna e Independente.

Controles Internos, Conformidade e Integridade

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu os relatórios periódicos relativos ao sistema de controles internos, as atividades de conformidade (compliance) e de integridade, e manteve outras interações com a Superintendência de Controle Institucional.

Acompanhamos diversas ações de melhoria adotadas no período para adequação e manutenção dos controles internos e dos processos de conformidade e de integridade, objeto de preocupação constante por parte da Administração. Também foram discutidos diversos planos de ação para correção de deficiências acompanhados pelo Comitê de Auditoria, apontadas pelas auditorias, por órgãos reguladores ou pelo próprio Comitê.

Gerenciamento de Riscos

O suporte direto ao Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos e de capital é atribuição do Comitê de Riscos - CORIS, também composto por membros independentes, e o Comitê de Auditoria avaliou e monitorou as exposições de risco do Conglomerado BRB através das informações obtidas em reuniões conjuntas e nos documentos emitidos pela Administração e pelo CORIS.

Ouvidoria

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu com a Ouvidoria o relatório semestral apresentado, com as questões relativas aos clientes e usuários dos serviços prestados pelo BRB no período e suas recomendações, e acompanhou as alterações de estrutura e de sistema operacional para adequação ao significativo crescimento da sua base de clientes nos últimos anos.

Canal de Denúncias

O Comitê de Auditoria possui canal para recepção de informações acerca de eventual descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis, disponível no endereço <http://ri.br.com.br/servicos-aos-investidores/falecom-o-comite/>.

No período, todas as mensagens recebidas neste canal referiam-se a assuntos fora do âmbito de tratamento do Comitê de Auditoria, tendo sido direcionadas para as áreas adequadas ao tratamento das questões.

Denúncias efetuadas por outros canais são encaminhadas primeiramente à Auditoria Interna e são acompanhadas nas reuniões periódicas realizadas com a área e em seus relatórios semestrais.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as limitações inerentes ao alcance de sua atuação e responsabilidades, concluiu que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2022.

Brasília-DF, 10 de março de 2023.

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO

CLAUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA

GLAUCO ALVES E SANTOS